

**DITADURA MILITAR,  
DIREITOS HUMANOS E IGREJA:  
SUBMISSÃO DE MAIS,  
RESISTÊNCIAS DE MENOS**



**ONEIDE BOBSIN**



Oneide Bobsin

**DITADURA MILITAR,  
DIREITOS HUMANOS E IGREJA:  
SUBMISSÃO DE MAIS,  
RESISTÊNCIAS DE MENOS**



São Leopoldo  
2018

2018 © Oneide Bobsin

**Faculdades EST**

Rua Amadeo Rossi, 467, Morro do Espelho

93.010-050 – São Leopoldo – RS – Brasil

Tel.: +55 51 2111 1400

Fax: +55 51 2111 1411

[www.est.edu.br](http://www.est.edu.br) | [est@est.edu.br](mailto:est@est.edu.br)



Esta publicação foi licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial- Sem Derivados 3.0 Não Adaptada.

**Conselho Editorial ad hoc desta publicação**

André Sidnei Musskopf (UFJF, Juiz de Fora/MG, Brasil); Iuri Andréas Reblin (EST, São Leopoldo/RS, Brasil); Kathlen Luana de Oliveira (IFRS, Osório/RS, Brasil); Rudolf von Sinner (PUCPR, Curitiba/PR, Brasil).

O texto foi aprovado para publicação pelo Conselho de Publicações da Faculdades EST e pelo conselho editorial por meio do sistema blind peer review, submetido a escrutínio especializado de consultoria ad hoc.

**Capa:** Rafael von Saltié

**Revisão ortográfica e técnica:** Dilceu Locir Witzke

**Editores:** Kathlen Luana de Oliveira e Iuri Andréas Reblin

Esta é uma publicação sem fins lucrativos, disponibilizada gratuitamente no Portal de Livros Digitais da Faculdades EST, bem como outros espaços.

Qualquer parte pode ser reproduzida, desde que citada a fonte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B663d Bobsin, Oneide

Ditadura militar, direitos humanos e igreja: submissão  
Demais, resistências de menos / Oneide Bobsin. – São  
Leopoldo : EST, 2018.

196 p.; 21 cm.

ISBN 978-85-7005-030-4

E-book

1. Ditadura – História – Brasil – Séc. XX. 2. Direitos  
Humanos. 3. Igreja. 4. Política – Brasil. 5. Brasil – História – 1964-  
1985. I. Bobsin, Oneide.

CDD 981.063

# SUMÁRIO

<b>Prefácio</b>	<b>5</b>
<b>Apresentação e nota metológica</b>	<b>11</b>
<b>Cronologia da ditadura militar e democratização</b>	<b>17</b>
<b>Entrevistas</b>	<b>27</b>
- - Cantando a América Latina torturada	27
- - Movimento estudantil, trabalhadores sem terra e igreja	55
- - Movimento estudantil, educação e cidadania	81
- - Da escola comunitária eclesial para a resistência à ditadura	97
- - Política partidária, administração pública e vida profissional	121
<b>Eixos Temáticos</b>	<b>135</b>
<b>Igreja e ditadura civil-Militar: Vozes Dissonantes</b>	<b>145</b>
<b>Pós-facio: A luta continua: direito à memória e à verdade histórica</b>	<b>163</b>
<b>Anexo 1 : Resenha “Mulheres, Ditaduras e Memória”</b>	<b>171</b>
<b>Anexo 2: Relatório Azul 2014</b>	<b>185</b>
<b>Anexo 3: Certificado Comissão da Verdade</b>	<b>191</b>

**Anexo 4: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) 193**

**Anexo 5: Apresentação do livro “Conflito, libertação e  
reconciliação” 195**

## PREFÁCIO

Há pelo menos duas maneiras acentuadamente repulsivas de lidar com acontecimentos do passado.

Uma é a interpretação desses acontecimentos de maneira distorcida, efetuada seja deliberadamente, seja por ingênuas desinformação. Em relação ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), há quem o classifique como o melhor que o Brasil já experimentou em sua história. O país teria vivido um período de ordem e paz, com segurança para a população e progresso econômico generalizado. Quanto às infrações aos direitos humanos, ou se nega peremptoriamente que elas tenham ocorrido ou com elas abertamente se concorda, alegando terem sido justificadas e necessárias para evitar a implantação do comunismo no país. Ora, mesmo que as alegações de paz e duradouro progresso naquele período fossem verdadeiras – e não o são –, elas não justificariam infrações aos direitos humanos, que são, por definição de direito internacional, crimes imprescritíveis.

A outra maneira, quicá ainda mais nefasta do que a anterior, é o ocultamento ou o esquecimento dos fatos. Lamentavelmente, o Brasil é especialista nisto. Enquanto países vizinhos têm se empenhado no desvelamento de casos de tortura, morte nas prisões e desaparecimentos em seus períodos ditatoriais, bem como no julgamento dos responsáveis por esses crimes, como dito, imprescritíveis, no Brasil o regime militar impôs que a lei da anistia, adotada em 1979, a previse para “ambos os lados”, isto é, nivelando aqueles “terroristas”, que tiveram a sorte de sobreviver, mas sofreram punições, prisão (inclusive com torturas) e exílio, aos perpetradores das infrações aos direitos humanos, os quais nunca sofreram sanção alguma.

Se é compreensível que em 1979 a sociedade, no afã de superar o período de repressão experimentado até então, tenha concordado com o condicionante de uma anistia “bilateral”, embora gravemente desequilibrada, não é de se compreender

como um Supremo Tribunal Federal, já décadas no período de redemocratização, tenha em 2010 sancionado e tornado, aparentemente, definitivo aquele entendimento.<sup>1</sup> Restou à cidadania inconformada com essa decisão propugnar ao menos pelo esclarecimento da verdade.

Aliás, um esforço nesse sentido foi efetuado ainda nos últimos anos do regime militar, quando um grupo de advogados e pesquisadores brasileiros desenvolveu durante seis anos, com apoio substancial do Conselho Mundial de Igrejas-CMI, representado no Brasil pelo pastor presbiteriano Jaime Wright<sup>2</sup> e coordenado desde Genebra pelo encarregado da área de direitos humanos no CMI, Charles R. Harper, e sob a proteção do arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, o projeto “Brasil: Nunca Mais”. O projeto consistiu em que advogados, utilizando suas prerrogativas profissionais, vasculhassem os arquivos do Superior Tribunal Militar referentes a processos contra opositores do regime presos, à busca de informações sobre as condições sofridas em seus encarceramentos. Secretamente, eram efetuadas cópias desses documentos, que por sua vez eram levadas para salvaguarda no exterior por parte de Charles H. Harper, em cada uma de suas visitas ao país. O exaustivo e sem dúvida perigoso trabalho rendeu doze extensos volumes de documentos abrigados hoje em Genebra, nos arquivos do CMI. Na reta final do projeto, o jornalista Ricardo Kotscho e Frei Beto redigiram um livro-resumo e que foi publicado em 1985, quase que de imediato após o término do regime militar, sob o título de “Brasil: Nunca Mais”.<sup>3</sup> No ano de

---

<sup>1</sup> Em linha com um mascaramento da verdade histórica, o atual Presidente do STF, Dias Toffoli classificou recentemente o golpe de 1964 como “movimento”, triste eufemismo ocultador.

<sup>2</sup> Paulo Wright, irmão do pastor Jaime Wright, é um dos desaparecidos brasileiros. Até hoje não é sabido onde se encontram seus restos mortais.

<sup>3</sup> BRASIL: Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985. O livro se tornou imediatamente um grande *best-seller* e causou grande comoção na opinião pública. Os bastidores e a história do projeto Brasil: Nunca Mais estão descritos detalhadamente na obra de Charles R. HARPER, *El acompañamiento: Acción ecuménica por los derechos humanos em América Latina, 1970-1990*. Genebra e Montevideu: CMI e Trilce, 2006 e 2007.



2011, em ato celebrado na Procuradoria Regional de São Paulo, com significativa cobertura da imprensa, pude, como moderador do Comitê Central do CMI, posição que à época detinha, conjuntamente com seu secretário-geral, Olav Fykse Tveit, da Noruega, efetuar a entrega solene de cópia da documentação em poder do CMI, ao Procurador Geral de República, Roberto Gurgel.

Em 2012, em ato celebrado pela Presidenta Dilma Roussef, ela própria no passado presa política e torturada, foi instalada a Comissão Nacional da Verdade, que dois anos após entregou seu relatório. A Comissão não tinha autoridade para propor ou encaminhar processos penais, mas através de seu trabalho pôde identificar detenções ilegais, a prática da tortura, também violência sexual, execuções e desaparecimentos forçados por parte de agentes do Estado brasileiro. Também classificou esses crimes como de “lesa humanidade”. Mais de 400 mortos e desaparecidos foram elencados e 377 agentes do Estado responsáveis por esses atos de arbítrio foram identificados. Seguiu-se a constituição de várias comissões estaduais da verdade, que colheram inúmeros depoimentos e identificaram muitos outros casos de infração aos direitos humanos em nosso país. De uma delas, a do Rio Grande do Sul, o pastor e professor de teologia Oneide Bobsin, o autor desta pesquisa que aqui prefacio, foi integrante.

É muito provável que a constituição dessas comissões da verdade tenha contribuído para a campanha sem quartel desenvolvida por múltiplos meios contra a presidenta Dilma Roussef, campanha que por fim levou a seu *impeachment*. Pois essas comissões colocavam em cheque a tácita, mas deliberada, política de ocultamento, quando não de negação, das infrações cometidas contra os direitos humanos durante o regime militar. E com alta probabilidade também está no nascedouro de uma onda de glorificação dos agentes de Estado responsáveis pelos crimes cometidos. Mais e mais, os torturadores são apresentados como heróis da Pátria. Isso quando não se nega pura e simplesmente seus atos. Mas quando reconhecidos, já que pesquisa isenta os revela sem sombra de dúvida, são apresentados como atos

indispensáveis na defesa dos valores maiores da Nação diante de violência e terror por opositores do regime.

Como o regime militar teve seu fim em 1985, pode-se dizer que mais ou menos todas as pessoas abaixo de 40 anos de idade, ou até mais, não chegaram a experimentá-lo pessoalmente ou eram por demais jovens para recordar conscientemente suas características. Se considerarmos que em seus últimos anos o regime já estava bastante debilitado e passaram a proliferar as demonstrações de massa da população a favor da redemocratização, essa faixa etária deveria ser elevada ainda mais, já que a repressão maior se deu de 1968 a 1973, embora tenha havido infração de direitos humanos também antes e depois desses anos. Ora, a política da negação ou do ocultamento deixou suas marcas indelévels em grande parte da população brasileira, apesar das denúncias e revelações que têm havido.

O risco de um cenário deste tipo é marcante: será muito mais difícil prevenir sua repetição, mesmo que em circunstâncias diferentes. Atualmente há uma ampla disseminação da convicção de que o Estado brasileiro necessita recorrer a medidas de força, quando não de exceção, para coibir a criminalidade, conceito sob o qual podem ser abrangidos, indistintamente, assaltantes comuns, traficantes e gangues criminais, mas também com alguma assustadora frequência, integrantes de movimentos sociais. O processo de transição ao governo de Jair Bolsonaro está revelando também uma forte remilitarização do Estado brasileiro.

É nesse contexto que se coloca a importância da pesquisa efetuada por Oneide Bobsin e aqui disponibilizada. Ele resgata, através de entrevistas que ele próprio conduziu, a memória de interlocutores que vivenciaram e, em dimensão específica, sofreram discriminações, intimidações e perigos devido à sua militância política. Mas trata-se de um recorte específico. As pessoas entrevistadas são (ou foram) membros da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Também esta igreja sofreu um processo de ocultamento da realidade. Deu-se a impressão de que nenhum de seus membros teria sofrido qualquer dano durante o regime militar.

As lideranças da IECLB, pelo menos até a primeira metade da década de 1970, eram, ao que tudo indica, simpáticas ao regime militar e dele apoiadores. Mas tentaram, até onde puderam, manter a igreja imune aos conflitos que sacudiam a sociedade brasileira. Quando a Federação Luterana Mundial – FLM cogitou e depois decidiu transferir sua assembleia geral, programada para Porto Alegre, em 1970, para Evian, na França, como protesto contra a violação dos direitos humanos em nosso país, tiveram que se posicionar abertamente, e o Pastor Presidente Karl Gottschald o fez peremptoriamente negando a existência de violação sistemática desse tipo. Contudo, a controvérsia internacional suscitada levou a que o concílio geral da IECLB realizado meses após em Curitiba emitisse um assim chamado “Manifesto de Curitiba” que se tornou um marco na história da IECLB. Ele enfocou claramente, embora de forma cautelosa, a questão dos direitos humanos, afirmando a sua validade e a necessidade de sua observância.

Ao longo da década de 1970 e também posteriormente, a perspectiva crítica ao regime militar no âmbito da IECLB foi conquistando espaço. Houve destaque para a responsabilidade social da igreja, posicionamento em favor da anistia que abriria as portas para o regresso ao país de exilados no exterior, afirmação da necessidade de reforma agrária e apoio a pequenos agricultores, o estabelecimento de um projeto de missão solidária com povos indígenas, apoio também à redemocratização do país, entre outros.

Até hoje tem havido espaço na IECLB para uma visão crítica da realidade brasileira e afirmação da importância de se propugnar por uma sociedade fraterna e solidária. Nos anos mais recentes, porém, tem (re)emergido com mais vigor entre a membresia e algumas lideranças leigas e ministeriais um questionamento a essa visão e atuação críticas. Com ele, como que em espelho da sociedade brasileira em geral, particularmente no sul do país, onde a IECLB está mais presente, recrudescer uma visão positiva do regime militar e uma crítica, por vezes contundente, a todas as pessoas que permanecem com convicções divergentes.

Assim, os testemunhos aqui compilados e analisados por Oneide Bobsin se revestem de grande importância. Ampliando a pesquisa, certamente haveria de se encontrar outros exemplos mais.<sup>4</sup> As vozes aqui arroladas são as de pessoas que viveram aqueles anos e compartilham aqui o que vivenciaram, os sonhos que acalentaram, as frustrações que tiveram, os sofrimentos por que passaram. Preocupante verificar o quanto disso tem permanecido oculto e, por isso mesmo, desconhecido. Lamentável também registrar nos depoimentos de quantas oportunidades e necessidades pastorais foram perdidas, por temor a represálias ou por preconceito.

O resgate desses testemunhos é algo essencial para a preservação de uma concepção crítica para com as injustiças sociais e o fortalecimento de uma postura de solidariedade a quem as sofre. Essencial também para prevenir que fatos dessa ordem se repitam quando nuvens tenebrosas assomam no horizonte.

Walter Altmann

---

<sup>4</sup> Eliana Rolemberg, que posteriormente viria a ser Diretora da Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, importante agência social, com sede em Salvador, Bahia, é uma luterana que esteve presa e foi torturada. Teve seu status de presa política reconhecido pela Comissão Nacional de Anistia, criada em 2002. Em publicação futura, que se encontra em meus planos, pretendo incluir também relato, embora menos dramático, de minha própria vivência e experiência nesse período de nossa história.

## APRESENTAÇÃO E NOTA METOLÓGICA

Não há nada mais perigoso que a memória escrita.<sup>1</sup>

As descomemorações durante o ano de 2014 do golpe civil-militar de abril de 1964 mostraram o quanto é importante descortinar para as novas gerações acontecimentos que ainda determinam em muito o presente e que poderão ameaçar a nossa recente e frágil democracia. A busca da verdade através da memória é uma tarefa contínua, que deve envolver cada nova geração. Por esta razão me propus a fazer uma pesquisa através de entrevistas com evangélico-luteranos que participaram da resistência à ditadura civil-militar no Brasil, por ocasião da transferência da Assembleia da Federação Luterana Mundial do Brasil para Evian, na França, em 1970. O embate nacional e internacional colocava em oposição crítica pessoas envolvidas na resistência e instituições eclesíásticas e suas lideranças.

Diante das limitações de tempo em função do cargo na reitoria da Faculdades EST, especialmente nos dois últimos anos da gestão de dois mandatos (2007-2014), que coincidiu em parte com o mandato na Comissão da Verdade Gaúcha, entre 2013 a 2014, não enveredei pela pesquisa bibliográfica tão-somente, a qual, felizmente é vasta. Mas também deve ser dito que a atuação na Comissão da Verdade compensou a falta de tempo, permitindo acesso a uma literatura sobre as violações aos Direitos Humanos por parte de agentes do Estado brasileiro. As audiências fechadas e outras públicas me permitiram chegar ao âmago das torturas em relatos de quem as sofreu e de quem acompanhou os/as violentados/as que já morreram ou que foram mortos e desaparecidos. Tal experiência ajudou a construir um pano de fundo para a pesquisa entre evangélico-luteranos.

---

<sup>1</sup> MARQUEZ, Gabriel Garcia. **O General em seu labirinto**. Rio de Janeiro: Record, 1989. p. 160. O autor coloca na boca de Simón Bolívar tal frase, num diálogo com o soldado fiel que anota tudo o que o General diz e faz.

Reforçando o que estou tentando dizer, os embates sobre a transferência da Assembleia da Federação Luterana Mundial, reunião máxima do luteranismo mundial, já foram pesquisados e publicados por pessoas com mais recursos e tempo. Por esta razão, limitei-me a criar uma moldura teórica para relatos de falas ignoradas. Grande parte deste Relatório de Pesquisa, que ora se transforma num E-book, se ocupa em transcrever relatos sobre acontecimentos de 50 ou mais anos. Também não ousei me colocar como um historiador, que não sou. Segundo alguns teóricos citados no texto teórico após as entrevistas, a memória é um fenômeno presente. Com esta perspectiva em busca da verdade leio os dados dos relatos e os próprios relatos não como fatos históricos objetivos. Quem se coloca como intérprete dos evangelhos, sabe que os fatos não geraram a fé, mas esta gerou testemunhos ao longo da história conturbada do Cristianismo com suas inquisições, certamente inspiradoras dos métodos e técnicas do passado recente e do presente nas cadeias brasileiras. Os evangelhos são testemunhos/relatos cujo registro ocorreu mais de quatro décadas após a morte de Jesus, no mínimo. Assim vejo os testemunhos de quem sofreu como um “evangelho” de si. Um relato que se repete como uma boa notícia que acalma a dor da violência. Os primeiros cristãos sentiram a dor do Império Romano por não aceitar o líder máximo como ídolo. A analogia entre a tortura sofrida pelos primeiros cristãos e as sofridas nas ditaduras modernas ou nas fogueiras da inquisição, requer dos e das que lutam pela liberdade a atitude de João do Apocalipse, em Patmos.<sup>2</sup> É preciso uma linguagem metafórica para comunicar a ideia de liberdade contra sistemas opressores ainda não desmantelados e sempre prestes a retornar pela demagogia e pela mentira. A única “salvadora” é a sociedade organizada na defesa dos direitos das maiorias empobrecidas, o que sempre é ameaçado pelas elites apoiadas pela mídia, empresários e militares acoplados ao sistema financeiro internacional.

---

<sup>2</sup> Refiro-me ao último livro da Bíblia, o Apocalipse, cuja linguagem simbólica visa à preparação dos cristãos diante da perseguição do Império Romano. Não é um anúncio do fim dos tempos, mas um livro que ensina a resistir diante da opressão imperial romana.

Na primeira entrevista que concedi à TV da Assembleia Legislativa, após assumir um lugar na Comissão da Verdade, o entrevistador foi direto e impiedoso: o que um teólogo ou um pastor faz numa Comissão da Verdade? Vendo a maldade da pergunta a transformei numa afirmação mordaz: Como sou seguidor de um torturado e morto na cruz, Jesus Cristo, o meu engajamento tem tudo a ver com a fé que professo. Então reagi e perguntei ao entrevistador sobre a sua religião. Ele se professou católico. Então, somos seguidores do mesmo Jesus torturado e crucificado numa aliança teocrática (religião e política) sustentada pela omissão das autoridades romanas. Depois disto, a entrevista transcorreu sem maiores sobressaltos.

O que vale é o testemunho no presente; o fato histórico em si, como querem os positivistas, não mobiliza o presente para que no futuro a noite de terror não se repita. Karl Marx certa vez disse que um acontecimento pode acontecer duas vezes – primeiro, como farsa; segundo, como tragédia. Na situação em questão pode-se repetir a tragédia. Para que isto não ocorra, vamos ouvir quem outra vez traz a público seus relatos de resistência sem submissão, como o fez uma mulher que passou por torturas e nos disse numa das audiências públicas: eles, os torturadores, não queriam nos tirar só informações, mas arrancar as nossas vidas, esvaziando-as pela violência do estupro ou ameaça dele. É disto que tratam as cinco entrevistas.

Os relatos e as informações neles contidos conduzem a entrevista para um mundo em muitos momentos desconhecido, que a entrevista originalmente não previa. Logo, esta abertura para a subjetividade coaduna, perfeitamente, com a concepção de memória acima anunciada; memória não conta fatos, mas acontecimentos que se aproximam de eventos que vão muito além dos indivíduos. Cada história relatada está imbuída de muitas outras e de tantas outras pessoas. Cada um/a é uma “legião”. Por isto, as perguntas evocam a compreensão de que somos perpassados por uma história pessoal e coletiva. Brincando, eu “sou muitos”.

A pessoa torturada ou ignorada fala o mundo, não somente o seu. É o que aconteceu com os cinco casos que comento brevemente para chamar o/a leitor/a para uma aventura de superação esperançosa da vida sofrida por causa da liberdade. Mas também relembro que é prudente desconfiar bastante das técnicas de pesquisas tão comuns em manuais de metodologia. Por serem julgadas neutras, as técnicas de pesquisa podem ser neutralizadas pela vivacidade das pessoas que contam ou cantam suas histórias como protagonistas de um novo tempo, que ainda não foi engessado por perguntas de laboratório. Por isto, adotamos o que se chama entrevista compreensiva.

A entrevista compreensiva se inscreve em uma dinâmica exatamente oposta: o entrevistador está ativamente envolvido nas questões, para provocar o envolvimento do entrevistado. Durante a análise de conteúdo, a interpretação do material não é evitada, mas, ao contrário, constitui o elemento decisivo [...]. Toda entrevista é de uma riqueza profunda e de uma complexidade infinita cuja compreensão total é estritamente impensável. Seja qual for a técnica, a análise do conteúdo é uma redução e uma interpretação do conteúdo e não uma restituição de sua integridade ou de uma verdade oculta.<sup>3</sup>

Após a transcrição das entrevistas tento extrair eixos temáticos comuns a elas. É uma possibilidade de dar algumas chaves de leituras retroativas para que se possa ver alguns pontos comuns entre elas. Por exemplo, a influência de professores e não das instituições escolares foi relevante para o engajamento político de três entrevistados. O leitor e a leitora certamente verão outros pontos comuns entre as entrevistas e elaborar outras conclusões. Os relatos sobre a violência de Estado e as omissões eclesiásticas são polifônicos.

Segue aos eixos temáticos um texto publicado em Estudos Teológicos. Ele fora nascendo aos poucos a partir de participação

---

<sup>3</sup> KAUFMANN, Jean-Claude. **A Entrevista Compreensiva**: um guia para Pesquisa de Campo. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2013. p. 40.



em Congressos. Nos anais do II Congresso Internacional da Faculdades EST, em 2014, há um texto embrionário sobre Ditadura Militar, Direitos Humanos e Igreja. Com outro enfoque houve uma Comunicação no Congresso da SOTER, em Belo Horizonte. A referida Comunicação agrega outros temas como Memória e Justiça de Transição. A partir dessas publicações foi elaborado o artigo Igreja e Ditadura Civil-militar: vozes dissonantes. Ele se constitui no aporte teórico deste E-book.

Na sequência há um espaço para anexos. Nele tento mostrar parte das atividades de palestras, mesas redondas e produção para jornais e apresentação de livros. A participação permitiu uma ampla oportunidade nos mais diversos espaços da sociedade civil, no âmbito da política, da religião e da academia. Destaco como professor da Faculdades EST, a significativa Semana Acadêmica de 2014, promovida pelo Centro Acadêmico Ernesto Schlieper – CADES, que teve uma participação intensa dos estudantes. Creio que foi um marco de memória na vida dos estudantes.

Por fim, a publicação deste *E-book* nos relembra que a democracia precisa ser radicalizada continuamente a fim de impedir que os regimes de exceção se tornem regras, como bem lembrou Walter Benjamin na sua luta contra o nazismo. Bauman segue a mesma perspectiva nos alertando das ameaças totalitárias: “As ideologias totalitárias foram notáveis pela propensão a condensar o difuso, localizar o indefinível, transformar o incontornável num alvo a seu alcance e, por assim dizer, à distância de uma bala.”<sup>4</sup> A ditadura militar, midiática e financeira que sempre nos ameaça imitou o totalitarismo que ela criticou nos outros e voltou a mostrar seus dentes em 2016 com a deposição de uma presidente eleita, que entre 1970-73 foi torturada na prisão.

Agradeço ao Prof. Dr. Walter Altmann por seu significativo Prefácio e pela paciente leitura com muitas sugestões para qualificar o texto. Também manifesto minha gratidão à Profª. Drª.

---

<sup>4</sup> BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998. p. 22.

Claude Beise Ulrich pelo Posfácio numa perspectiva feminista. Nos porões da ditadura militar as mulheres sofriam muito mais que os homens. Também sou grato às pessoas que concederam as entrevistas. Com certeza, elas representam muitas outras que lutaram e lutam contra os regimes de exceção no âmbito evangélico-luterano. Ao Dilceu Witzke que sempre se coloca à disposição, de forma fraterna, para a formatação do texto.

Dedico este *E-book* ao Centro Acadêmico Dr. Ernesto Schlieper – CADES, por sua luta constante por um mundo com paz, justiça e liberdade.

São Leopoldo, 10 de dezembro de 2018 – 70 Anos da Declaração dos Direitos Humanos.

## CRONOLOGIA DA DITADURA MILITAR E DEMOCRATIZAÇÃO

---

**1954** – Em agosto de 1954 o fazendeiro gaúcho Getúlio Vargas comete suicídio na sede do governo federal no Rio de Janeiro. As forças antidemocráticas já estavam em ação. Também a corrupção foi usada como cortina de fumaça para debilitar o presidente. Com o final de seu governo anterior (1930-1945), com fases distintas de democracia e ditadura, um general sucede Getúlio, pela eleição. Getúlio volta ao governo em 1950.

**1961** – Com o pedido de demissão do presidente Jânio Quadros, eleito com o seu vice João Goulart, o presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, assume a presidência do Brasil, tendo o apoio dos comandantes das três forças armadas, cujos chefes tinham sido designados por Jânio Quadros. João Goulart estava de visita à China, gesto este visto com muita suspeita pelos golpistas da época, que rejeitavam a ideia de João Goulart assumir a presidência da República. No Rio Grande do Sul, o fazendeiro e governador Leonel de Moura Brizola faz o movimento pela Legalidade, que pressionava pela posse de João Goulart. Comandantes do Exército do centro do país pediam que a base aérea de Canoas bombardeasse o Palácio Piratini e o seu entorno, pois Brizola comandava a Legalidade a partir dos porões dele através da rádio. Militares da Base Aérea murcharam os pneus dos aviões impedindo que decolassem. Sofreram de seus colegas de fardas superiores inúmeras retaliações: desligamentos, torturas e mortes, conforme depoimentos de ex-militares e militares da reserva na audiência da Comissão da Verdade, no Palácio Piratini, em dezembro de 2014. O Governo Goulart era visto como ameaça em razão de suas propostas de reforma de base: agrária, política, educacional e tantas outras. Um fazendeiro gaúcho era uma ameaça comunista para os articuladores do golpe. Que patético isto! Outros fazendeiros “comunistas”, com seus imponentes

carros, transportavam clandestinamente para Argentina pessoas ameaçadas por órgãos ditatoriais de segurança.

**1964** – O Golpe Militar foi deflagrado em 1 de abril de 1964. O Governo João Goulart foi deposto pelo Congresso Nacional. Novamente o presidente da Câmara Federal, Ranieri Mazzili, assume interinamente a presidência da República. João Goulart se refugia no Rio Grande do Sul, donde foge em um avião de pequeno porte para o Uruguai, à noite. A aeronave devia voar baixo, correndo muitos riscos, para não ser detectada pelos sistemas de controle aéreo. Deve ser dito que nas costas brasileiras já circulavam porta-aviões americanos para sustentar o golpe, caso fosse necessário. João Goulart, conhecido como Jango não quis resistir militarmente. Seu cunhado, Leonel Brizola, era de outra opinião. A morte de João Goulart, no exílio, e de Juscelino Kubitschek, em acidente automobilístico em 1976, no Brasil, ainda estão envoltas em mistérios. Foram assassinados? No caso de Jango houve uma investigação internacional a pedido da família. O tempo pode ter corroído as provas da morte.

**1964-1967** – O Marechal Castello Branco foi eleito pelo Congresso Nacional. Assume a presidência em nome da democracia, mas logo toma uma série de medidas em conformidade com uma ditadura: estabelece eleições indiretas para presidente da República; dissolve os partidos políticos e cassa mandatos de deputados; cidadãos têm os seus direitos civis cassados; institui o bipartidarismo, criando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Este último é o partido do regime militar e o MDB a oposição consentida. Sindicatos sofrem intervenções. Em 1967, o Governo Militar impõe uma nova Constituição Federal, que institucionaliza a ditadura.

**1968** – Edson Luiz de Lima, estudante secundarista, foi assassinado por policiais militares no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro. Sua morte gerou manifestações contra o regime militar. Na manhã dia 4 de abril foi realizada uma missa em memória de Edson na Candelária. Depois da missa os participantes foram recebidos pela Polícia Militar com golpes de sabres. Dias

depois outra missa foi celebrada em memória, mesmo que tivesse sido proibida pelo comando do Exército. O padre garantiu a missa. Militares não gostam da memória dos mortos que eles eliminaram.

**1967-1969** – O general Arthur da Costa e Silva assume a presidência do Brasil, eleito indiretamente pelo Congresso Nacional. Começam protestos e outras manifestações no Brasil. A UNE – União Nacional dos Estudantes organiza, no Rio de Janeiro, a Passeata dos Cel. Mil. Operários paralisam fábricas e a guerrilha urbana se manifesta. O Ato Institucional, número 5, de 13 de dezembro de 1968, acaba com o habeas-corpus e aumenta a repressão política.

**1969** – Alegando doença, Costa e Silva é substituído por uma Junta Militar, composta por representantes das três forças armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica. Surgem comentários de que a alegação de doença para substituir Costa e Silva não era verdadeira. Como a imprensa era censurada, os golpes no golpe ficavam sem revelação.

**1969-1973** – A Junta Militar escolhe o General Emílio G. Médici. Foi um governo duro, repressor. Cresce a repressão à luta armada. Professores, políticos, artistas, entre outros, sofrem investigação. Há tortura e exílio. Cresce a guerrilha rural. A economia cresce com os investimentos internos e os empréstimos externos. O PIB cresce a 12%. No entanto, os empréstimos externos geram uma grande dívida externa, a ser paga em futuros Governos. O “Milagre Econômico” gerou muita euforia. Em 1970, o Brasil ganha a copa do mundo no México. Enquanto o povo torce e grita, nos porões da ditadura presos gritam por causa das torturas. A bandeira verde-amarela encobre muito sangue. E este, como o de Abel, clama do chão. É este mandatário que foi convidado para a abertura da Assembleia da Federação Luterana Mundial, contra o qual muitas comitivas de luteranos de países democráticos se rebelaram a vir ao Brasil.

**1974-1980** – Governo de Ernesto Geisel, gaúcho e luterano de família, começa uma transição lenta, gradual e segura para a democracia. O “Milagre Econômico” chega ao seu fim e o povo se manifesta em eleições. Nas eleições de 1974 para a Câmara e

Senado o MDB tem uma expressiva votação, ultrapassando cinquenta por cento do eleitorado. Também ganha muitas prefeituras em importantes cidades brasileiras. Mas uma linha dura das forças armadas reage clandestinamente. Em 1975 é assassinado, nas dependências dos órgãos de Estado, Vladimir Herzog. Em 1978 Geisel acaba com o Ato Institucional Número 5 e restaura o habeas corpus. Geisel por muito tempo foi lembrado como o presidente que impediu a linha dura dos seus crimes. Mas documentos tornados públicos dos Estados Unidos desmentem o General Lutero de família.

**1979-1985** – Assume o Gal. João Batista Figueiredo. Depois de muitas manifestações da sociedade, Figueiredo assina a Lei da Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional, que permitiu, assim, a volta de pessoas exiladas e a libertação de muitos presos políticos. É uma anistia de mão dupla: quem volta não pode questionar os atos violentos dos agentes de Estado. Com a impunidade dos militares se barganha a volta dos exilados. Podem voltar desde que não tentem investigar agentes do Estado que cometeram torturas. A reação ao avanço da democracia provoca atentados. Em 30 de abril de 1981 um atentado contra uma grande reunião, no Rio, fracassa. As bombas explodem no colo dos militares. Ficou conhecido como o atentado ao Rio Centro.

**1984** – Diretas Já. Há grandes manifestações por eleições diretas para a presidência da República. Participamos de uma grande manifestação no largo do Anhangabaú no centro de São Paulo, com um milhão e oitocentos mil manifestantes. Com todo o movimento, o Congresso derruba a proposta do deputado Dante de Oliveira e aprova a eleição indireta entre Paulo Maluf e Tancredo Neves. Na noite anterior à posse Tancredo é hospitalizado e morre meses depois, em 21 de abril. Assume o Vice José Sarney, político que havia mudado de lado em última hora e de confiança absoluta do regime militar.

## **JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO LENTA, GRADUAL E INJUSTA**

**1985-1989 José Sarney** – Comprometido com o regime militar, Sarney não fez nenhum movimento em relação aos Direitos Humanos dos que sofreram nas mãos dos agentes do Estado autoritário. Estava por demais comprometido com os militares. Mesmo assim, a Sociedade Civil estava ativa. Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, teve uma atuação importante na abertura política através do avanço dos Direitos Humanos. Da Igreja Católica que liderou a marcha em 1964 pela Família, Tradição e Propriedade, contra a democracia, vem um movimento contra a ditadura. Com um trabalho árduo de muitas pessoas, sob a orientação de dom Paulo e do Pastor presbiteriano James Wright foram fotocopiados dados confidenciais dos “subversivos”. Assim, em 1985 é lançado o relatório Brasil Nunca Mais. Naquele relatório se denuncia 1800 casos de tortura, centenas de mortes e mais de 100 pessoas desaparecidas.

**1990-1995 Fernando Collor de Melo e Itamar Franco** – Em 1990 assume Collor de Melo, tendo como vice Itamar Franco. Collor de Melo é neto de Lindolfo Collor, do Vale dos Sinos e primeiro ministro do trabalho no Governo de Getúlio Vargas. Na busca de elucidação das mortes e desaparecidos Collor teve uma atuação tímida, apesar da pressão da sociedade civil pelos direitos humanos. Cabe destacar que a busca de restos mortais das pessoas assassinadas pelo regime militar recebeu um impulso efetivo da prefeita de São Paulo, Luiza Erondina, na época do PT. Ela criou uma Comissão Especial para investigar os restos mortais do Cemitério de São Paulo. Em outras regiões do país o mesmo processo de investigação foi iniciado. Mesmo assim, torturadores continuavam sendo condecorados pelos seus serviços e tendo assento em governos.

**1995-1999 Fernando Henrique Cardoso** – Demonstrou mais sensibilidade que Sarney e Itamar Franco. O movimento de familiares de mortos e desaparecidos ganhava suporte dos movimentos de Direitos Humanos. FHC reconheceu, como governante, a responsabilidade do Estado nas mortes e desaparecimentos. Também a Anistia Internacional atuava neste

caso. E em 1995 foi criada a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. Mais tarde foi publicado o relatório Direito à Memória e à Verdade. Os governantes começam a ser sensíveis às lutas dos familiares e dos Movimentos dos Direitos Humanos. Neste sentido, FHC foi pioneiro. Ele também sofreu com a Ditadura Militar enquanto professor universitário.

**2002-2010 Luiz Inácio Lula da Silva** – Deu mais alguns passos em busca da verdade, mas ainda pouco convencido sobre as compensações justas. Mas avançou nas políticas de memória e se esforçou para constituir uma Comissão Nacional da Verdade. Começou a desenvolver uma política de compensação para além das questões financeiras; reintegração em empregos, pagamentos de pensões, etc. Os avanços eram fortemente controlados por militares. A proposta de criar uma Comissão Nacional da Verdade sofreu muitas resistências de militares e dividia o Governo. Também a abertura dos arquivos foi bastante problemática. Outro tema complexo foi o julgamento dos que violaram os Direitos Humanos no período militar. Militares temiam a revisão da Lei de Anistia (1979) que lhes favorecia com a impunidade. Aliás, a impunidade dos crimes de Estado é uma chaga em nossa História. Ao contrário de outros países, aqui a impunidade ganhou força. Há poucos julgamentos. A morosidade da Justiça nestes casos permite que os crimes sigam em silêncio para a sepultura dos que violaram a dignidade humana.

**2010-2016 Dilma Rousseff** – Em novembro de 2011 Dilma Rousseff sancionou a Lei que criou a Comissão da Verdade. Dilma havia sido presa como militante entre 1970 a 1973. Passou pela tortura nas mãos de militares. A atuação da Comissão Nacional da Verdade teve um grande período a ser investigado – 1946 a 1988. A Comissão Nacional da Verdade tinha poderes de intimação dos torturadores. O acesso foi mais amplo aos dados sobre a violência de Estado. Não podemos descartar que a decisão de Dilma em homologar a Comissão Nacional da Verdade pode ter um determinado peso no golpe de 2016, que a destituiu do Governo. No Rio Grande do Sul, como em muitos outros lugares, criaram-se Comissões da Verdade, sem poder de convocação. Nossa Comissão Gaúcha, que atuou entre 2013 e 2014 foi criada pelo



Governador Tarso Genro. Tive a honra de ser membro dela e acompanhar mais de 50 depoimentos de presos ou parentes de mortos, além de onze audiências públicas e tantas outras atividades. Percebi o que significa para as pessoas violadas por agentes de Estado ter um lugar de fala e escuta no âmbito do próprio Estado.

Se consideramos os Governos eleitos a partir de 1990, temos aproximadamente três décadas de transição lenta, gradual e segura para as classes dominantes. Tal período foi insuficiente para uma transição que tivesse a marca da justiça e o avanço da participação popular além do voto. De eleição em eleição fomos sendo levados a adiar mudanças estruturais e avanços mais significativos de políticas públicas voltadas para a maioria da população. Os aparatos ditatoriais permaneceram intactos nas sombras de uma frágil democracia e se metamorfosearam através do apoio do Judiciário, da mídia e do sistema financeiro que faz sangrar as contas públicas. Os neoliberais dizem que trabalhamos quase cinco meses por ano para o Estado. Isto é totalmente falso. Trabalhamos para o sistema financeiro nacional e internacional que controla o Estado e sufoca opressivamente a sociedade.

Não estamos, portanto, fadados a viver períodos de frágil democracia e ditaduras com novas faces. Novas forças precisam se articular para romper o ciclo de golpes contra a democracia, por mais que o Estado de exceção parece ser a regra, conforme Walter Benjamin. A História é sinuosa e não linear. Quando éramos crianças o pai e mãe iam para a roça e nos proibiam de pular os valos. Não havia creche. Então, às escondidas, pulávamos valos. Para ter impulsos para frente dávamos muitos passos para atrás. Nunca caímos nas águas perigosas.

Consequentemente, as Comissões da Verdade deveriam ser uma atividade permanente, tanto no âmbito do Estado quanto da Sociedade. As Comissões deveriam ser de Verdade, Justiça e Reconciliação por razões que seguem abaixo, conforme descreve Alexandra Barahona de Brito, que é uma das muitas fontes da segunda parte desta cronologia:

O Brasil tem uma forte cultura de violência: o uso da força letal e tortura pelas forças policiais é comum e os agentes participam de atividades de “esquadrões da morte” em várias regiões do país. Entre 2003 e 2009, por exemplo, as polícias de São Paulo e do Rio de Janeiro mataram mais de 11 mil pessoas. As mortes violentas diminuíram em São Paulo, mas a violência alargou-se e aumentou no interior desde 1999, nomeadamente nas zonas de fronteira amazônica. As forças de segurança, públicas e privadas, mataram mais agricultores protegendo os interesses dos proprietários do que os militares mataram dissidentes políticos no período da ditadura. Em suma, as violações de direitos humanos em democracia são tão comuns que o significado do passado, quando confrontado com a luta contínua entre um universo democrático emergente, mas ainda fraco e parcial, e uma forte cultura da “lei da força”, por vezes predomina sobre a força a “força da lei”.<sup>1</sup>

Concluo esta sucinta cronologia emoldurando-a com palavras do profeta Isaías, capítulo 9, quase sempre lido no Natal, do Príncipe da Paz:

Multiplicaste o povo, deste-lhe grande alegria;  
Eles alegraram-se na tua presença como se alegrem os  
ceifadores da ceifa.  
Porque o jugo que pesava sobre eles,  
A canga posta sobre os seus ombros, o bastão  
opressor,  
Tu o despedaçaste como no dia de Midiã.

---

<sup>1</sup> BRITO, Alexandra B. “Justiça Transicional” em câmera lenta: o caso do Brasil, p. 252-254. In: PINTO, Antônio Costa; MARTINHO, Francisco Carlos P. (Orgs.). **O passado que não passa**: à sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 235-260. Para a cronologia me vali das memórias da Comissão da Verdade Gaúcha, da minha trajetória pessoal como cidadão brasileiro que viveu a ditadura militar e de uma vasta obra, parte da qual será citada nos textos teóricos deste E-book. A cronologia é uma compilação que visa dar alguns dados para quem nasceu na fase democrática do Brasil, pós 1970.

Com efeito, toda bota que pisa ruidosamente no chão,  
Toda a veste que se resolve no sangue,  
Serão queimadas, serão devoradas pelas chamas.



# ENTREVISTAS

---

## CANTANDO

### A AMÉRICA LATINA TORTURADA

Entrevista com Raul Ellwanger (Cantor e Compositor)

Porto Alegre, dezembro de 2014.

---

**Entrevistador:** Não precisamos repetir aqui as respostas dada ao professor Padrós.<sup>1</sup> Há em outras fontes informações sobre a sua trajetória de militante que resistiu ao regime civil-militar instaurado em 1964. Também deste um depoimento à Comissão Estadual da Verdade. Vamos, pois, iniciar por lembranças da infância, já que estamos numa das salas da sede da IECLB e perto de espaços comunitários conhecidos. Estamos em dezembro de 2014.

**Ellwanger:** Óh, então eu vamos lá. Aqui tinha um “Kindergarten”, que eu gostava de frequentar. Meu avô, Jacob Ellwanger, foi presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre, entre 1950 a 1955. Há uma placa na parede do templo da Senhor dos Passos onde constam os nomes dos presidentes da Comunidade Evangélica de Porto Alegre.

Bom, desejo bom sucesso pra nossa entrevista. Meus avós paternos vieram de Candelária, Santa Cruz. Vieram para cá no começo do século passado e botaram um negócio de farmácia aqui

---

<sup>1</sup> ELLWANGER, Raul. A milonga dos vencidos. In: **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul – História e Memória – 1964-1985.** Volume 2. PADRÓS, Enrique Serra et al. Porto Alegre: CORAG, 2010. p. 81-94.

na Rua Doutor Flores, a duas quadras daqui. Eles eram muito devotos, participavam dessa comunidade aqui da Senhor dos Passos. Eu nasci em novembro de 1947.

**Entrevistador:** Como era o nome da tua avó?

**Ellwanger:** Minha avó era Fridolina Apolônia Stolchen, de Santa Cruz e o avô se chamava Jacó Fernando Ellwanger, de Candelária, Porto Carai; era farmacêutico prático. Colocou uma farmácia ali na Doutor Flores. Depois se mudaram lá pro meio do mato que hoje é o IPA, justamente porque a cidade foi ficando esquisita. As crianças não podiam mais ser criadas no meio da rua. Então, com três anos de idade eu passei a vir ao jardim de infância aqui, porque o pai vinha com o carro, vinha de carro e voltava para o almoço. Sempre estacionava o carro na Alberto Bins, onde tinha a parada do bonde; inclusive ali tinha as lojas famosas. Então eu vinha aqui, então eu fiz os três primeiros anos, até os seis anos eu estudei aqui, com as “*schwester*” (freiras luteranas) né, misturando os dois idiomas, nas aulas, na música, principalmente, eu gostava muito e tinha muita atividade e, também no culto que aí no domingo eu vinha no culto com o avô e com a avó, e o culto era em alemão direto. Nada disso me deixou muito religioso, não adiantou muito, mas eu sempre gostei muito deste convívio, desta cultura e, logo em seguida também, com sete ou oito anos eu entrei aqui para o que chamavam aqui de Belas Artes, que é aqui do lado. Daí eu fiquei contente que daí a pouco eu já podia pegar o bonde sozinho e vinha pro centro de bonde, com aquela nota de dois pila, assim, que era o Tamararé. Então eu sempre tive muita relação aqui, eu fiz a confirmação aqui, depois já com, não sei, doze ou treze anos, mas com sete anos eu fui estudar no IPA que era uma escola metodista lá perto da nossa casa, onde lá eu estudei nove anos. Então sempre estudei aqui, tive muito carinho aqui, me lembro com muito carinho do Pastor Schneider que era um músico apaixonado e cantava e dirigia a comunidade, o culto não era na Igreja, era no salão. Aqui se tinha a Igreja na frente da rua, atrás tinha um grande pátio com uns grandes... como chama essa... paineiras... que a gente brincava aquele negócio de quebra o espinho e botar no nariz, colava, e se machucava bastante nas paineiras. No fundo tinha uma grande construção, assim, e aqui

moravam pastores, tinha sala de aula, o Kindergarten (Jardim de Infância) era isso aqui. E também um salão grande, na frente da rua era a casa do pastor e em cima tinha um salão grande onde eram esses cultos, cultos em alemão, porque a missa, a missa não, o culto, culto eu acho que era feito em português, mas por questões dos meus avós que em casa só falavam em alemão. Bom, meu pai também já não era religioso, então meu pai não vinha nunca no culto; então eu vinha com os avós.

Eu fiquei com uma lembrança muito querida, que depois se confirmou quando eu voltei do exílio, começo de 78, quando eu comecei a frequentar aqui por causa do estúdio de gravação.

**Entrevistador:** Estás te referindo à gravadora ISAEC?

**Ellwanger:** À ISAEC... e isso aí é outra história que é muito importante, é estratégica na história da música popular aqui do Rio Grande do Sul, não só popular, inclusive da música erudita. A existência desse estúdio, a acessibilidade que ele teve, mas isso eu não vou divagar agora, mas é uma coisa muito importante.

**Entrevistador:** Uma das pessoas que estava envolvida no projeto da Gravadora foi o pastor Hilmar Kannenberg?

**Ellwanger:** Claro, lembro muito do Pastor Hilmar. Fez um trabalho muito importante para a nossa música. A Gravadora tinha uma tecnologia avançada para a nossa situação.

**Entrevistador:** Hoje ele é presidente do Conselho de Administração da EST, da nossa instituição. Mas o teu envolvimento na luta de resistência do regime civil- militar teve algum impulso dessa experiência de família de igreja ou isso é uma coisa tua?

**Ellwanger:** É... eu só queria referir assim, que quando eu vi que tinha entrevista com vocês, eu só me lembrei de coisas pontuais, por exemplo. Quando foi a morte do presidente Getúlio Vargas, houve um grande quebra-quebra na cidade, e na Rua Doutor Flores, aquela quadra entre a Voluntários e a Otávio Rocha, era uma rua, assim, metade dos negócios eram farmácias e drogarias, laboratórios, Klein, Streb, Müller, Ellwanger, quase tudo nome de alemão, assim... realmente era uma rua de farmácias, e

farmácia do pai. Nesse momento, a do avô se chamava Ellwanger - Farmácia Ellwanger. E eles estavam ali, os dois, meu pai e meu avô na porta da Farmácia e subiu a turma que vinha pela Farrapos, quebrando a importadora Americana na Coronel Bordini. Vinha assim de cambulhada... né, é o dia que eles quebram as rádios, quebram também todas as sedes do Partido Comunista, que ajudou a derrubar o Getúlio. E o pai e o avô olhando assim, a turma chegar neles, eles batem neles, quebram o pai e o avô, quebram todo o negócio também. Surpreendentemente, porque eles não se sentiam aludidos por aquilo, era um assunto do, digamos dos populares, dos trabalhistas contra os Estados Unidos, que supostamente tinha trabalhado pra derrubar o Presidente.

**Entrevistador:** Que idade tu tinhas na época?

**Ellwanger:** Em 54 eu teria seis ou sete anos, mas eu não lembro do fato; este fato era contado depois. Na hora foi escondido, porque o colono, ele é muito medroso, né, o colono pobre que migra pra cidade grande, ele é... isso eu percebi com meus outros avós também, que eram migrantes das missões, do meu lado materno, eles são muito medrosos, tanto pro poder como quem olha pra Deus; também muito religiosos, muito católicos esse outro lado, eu sempre notei isso.

E outro assunto é uma história de família, que eu não sei, que é o seguinte: sempre se falou que predominava um setor razoavelmente simpático ao nazismo, antes e durante da guerra; depois da guerra houve uma reconversão na comunidade, e o avô puxava um pouco para este lado. Ele era presidente da Comunidade Evangélica de Porto Alegre -CEPA, quando Getúlio não aguentou a pressão e cometeu suicídio. Lembro de uma revista, se não me engano as mais antigas do Grupo Renner, que mostrava assuntos do futebol. Na revista tinha fotos de milícias, fardadas, caminhando em ordem militar na Avenida Farrapos. Caminhava em passo de ganso, mas não eram militares.

**Entrevistador:** Com “suástica”?

**Ellwanger:** É, com aqueles símbolos todos do nazismo. Então, aqui também teve isso, também teve isso e o folclore da família. Meu avô era desse setor mais liberal, mais norte-



americano, olhava mais pro lado aqui dos Estados Unidos do que pra Alemanha.

A terceira coisa de política nesse lado é quando o meu avô ficou muito bem de grana. Não lembro se eu tinha cinco ou seis anos quando o meu avô construiu uma casa na rua Bordini. Era uma casa muito bonita.

**Entrevistador:** A Coronel Bordini fica bem perto daqui?

**Ellwanger:** Coronel Bordini, aham, muito bonita a casa; era espetacular ali, nunca mais ninguém na família teve nem meia casa daquelas. E que esta casa ela foi construída, foi uma coisa intencional, coisas de segredos da comunidade que o projeto dela foi do arquiteto Theo Wiederspahn, um alemão que durante uma certa época viveu clandestino no interior do Estado, porque ele era simpático aos nazistas e a comunidade não. Então, dizem que está cheio de capelinha em várias comunidades bem pobres do interior que levam a assinatura do, praticamente, do maior arquiteto da história do Rio Grande do Sul. Ele projetou a casa do meu avô. Meu avô era mão fechada, dada a situação que o arquiteto estava, foi barato porque ele precisava trabalhar meio clandestino. Isto vai ficando na cabeça de criança e agora a gente começa a ver que o mal e o bem, um de cada lado e tal. Mas realmente a influência pra mim maior foi do movimento estudantil.

**Entrevistador:** Quando entraste na Universidade?

**Ellwanger:** Eu entrei em 66, no Direito da PUC, que era aqui no centro ainda; foi o último ano aqui na Praça Dom Sebastião, Marista, mas no ano seguinte a gente foi lá pra fora. Entrei ali aí já era um momento de muito ativismo, que foi crescendo em 67 até o ápice em 68. Então foram épocas de muitos festivais de música, que eram ligados com o Movimento Estudantil. Então tudo isso, no meu caso que eu estava tocando já, compondo canções especiais, experimentando, é que te fazia rodar muito e conhecer gente. Tinha arquisamba na Arquitetura, toda a sexta-feira, que começou numa rodinha no Centro Acadêmico, daqui a pouco foi indo, foi indo, daqui a pouco virou arquivolante, ia rodando pela cidade aí já tinha três quatro grupos do Arquivolante, nas Faculdade de

Engenharia, Faculdade de Jornalismo, vai aqui, vai na PUC, vai na Unisinos, eu nem sei se tinha Unisinos nesse tempo, acho que não. Tudo era muito permeado pela política, muito, muito e... tanto é assim que esses movimentos musicais nossos que chegaram a florescer aqui tinham bastante importância mas é quando cai a repressão a partir do Ato Institucional Número 5, de dezembro de 1968. Eles desmancharam também nossos grupos, nossas organizações de músicos. Fomos até em festivais nacionais.

**Entrevistador:** E tu conheces pesquisas já feitas sobre esse tempo de resistência estudantil?

**Ellwanger:** Não, não conheço. Já me procuraram o pessoal da UFRGS, tão pensando mas, nunca se dedicaram, que eu saiba muito a isso, mas é importante.

**Entrevistador:** Daí Raul, esse envolvimento com música e movimento estudantil foi a causa da perseguição do regime?

**Ellwanger:** Sim. Então é assim, em Julho de 68, no Festival promovido pela TV, aconteceram dois festivais importantes - na Arquitetura e na TV Gaúcha. O da TV gaúcha classificava para o Festival Nacional da TV Excelsior, que é a mãe da Globo. É nesse festival da TV gaúcha, foi que tirei segundo lugar; quem tirou o primeiro lugar foi Túlio Piva, com uma canção bem tradicional. E eu tirei segundo com uma outra que era um pouco atrevida: ela fazia uma mistura de música regionalista com samba e que era inaceitável, continua inaceitável até hoje pro pessoal mais tradicionalista. Era uma música fanfarrona assim, uma letra não gaúcha, não sei o que, quase uma paródia, mas lá no meio tinha um versinho que dizia assim: “- pros milicos trago estrago, pro inimigo outro balaço”. Isso em 68 e 69 era uma coisa que dava pra muitas interpretações. Então, justamente todo mundo queria fazer interpretações daquele tempo pra escapar da censura, então funcionou muito. Bem nesse ano eu fui trabalhar no escritório do doutor Afrâneo Araújo, que era um escritório exclusivamente trabalhista, onde trabalhava o Carlos Araújo, o Eron Araújo, etc.

**Ellwanger:** Afrâneo é o pai do Carlos Araújo, de forte raiz trabalhista. Olga e outros formavam uma equipe de advogados trabalhistas, e tinham um escritório muito forte, muito grande e,

mais uma equipe de estagiários. Então, lentamente eu fui percebendo que além do trabalho trabalhista, digamos, por exemplo, reclamatória da Zivi-Hércules, 800 empregados, metalúrgicos, duas insalubridades somadas, mais a oportunidade de aprender sobre o mundo do trabalho.

Então, assim, por exemplo, uma reclamatória de 800 empregados, 5 anos atrasados, 2 insalubridades de 20%, férias, décimo terceiro, correção monetária, multa era pra fechar a empresa, isso fechava, acabava e era uma conta nossa que tinha o sindicato dos metalúrgicos, que era também na Assis Brasil. Naquela época era um Sindicato sob intervenção, era um sindicato nomeado pelos patrões, apoiados pelo Jarbas Passarinho, ministro do governo militar.

**Entrevistador:** Ele era Ministro na época?

**Ellwanger:** É Ministro do Trabalho, ou foi, era também... não importa, era um sistema de tutela, de repressão, mas eu posso contar vários operários que foram vítimas desse negócio. No escritório, além do trabalho, era normal audiência com testemunhas.

**Entrevistador:** Naquela época tu ainda estudavas Direito?

**Ellwanger:** Eu tô na Faculdade, primeiro ano, segundo ano, terceiro ano... comecei a trabalhar no escritório aqui, fui pro centro, não gostei muito, fui no outro não gostei e lá eu gostei, por causa desse aspecto de reivindicação social. Nas próprias fábricas começaram a surgir grupos que não se satisfiziam apenas com a história da época da reclamatória. Daqui um pouco estava numa reunião lá na Igreja do Cristo Redentor, às 19 horas. Vinham 3, 5, 10, daqui a pouco tinha 50. Lá na Igreja São Pedro, eu fiz audiência da Comissão dos trabalhos. Eu preparava os documentos, mas depois eu não pude ler lá. Fizemos audiências em mais de 25 templos da Igreja Católica; ela cedia o espaço.

**Entrevistador:** O Pessoal daqui da CEPA não se envolvia?

**Ellwanger:** Não. Parece que os Capuchinos não se envolveram, também. Foi um movimento grande dos trabalhadores. Tudo em salões paroquiais. Em resumo, começou a

surgir uma organização espontânea, e quem foi se destacando na liderança disso daí foi o Carlos Araújo, que já vinha desde criança; o pai dele tinha sido do Partido Comunista, lá em São Francisco. Quando criança pintava parede com 10 anos de idade. Aí veio pra cá, etc, etc e etc e, ele mais outros colegas que depois viraram desembargadores, juízes ou advogados e foram perseguidos. Disto tudo resultou na formação de uma organização.

**Entrevistador:** E as aulas na PUC, te ajudavam ou ...?

**Ellwanger:** Sim, não... muito ajudavam sim, a conviver. A gente estudava de noite porque no primeiro ano eu estava no quartel, ainda no CPOR – Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva -CPOR, que também foi importante pra minha opção política, pelo desgosto que me provocou conviver com o Alistamento Militar lá, com os profissionais, com os oficiais e os sargentos. Foi horrível aquilo. Que decepção! Nada na PUC era significativo no sentido de mobilização de massa, mas, claro estava muito interligado com todo o movimento da UFRGS, e também o pessoal do Seminário ali de Viamão, participava muito. Lá na PUC tinha uns 10 ou 15 ativistas por faculdade, que faziam oposição à ditadura, enquanto que a maioria era bem oficialista. Fizemos o Congresso Estadual da UNE em 68 na Igreja dos capuchinhos, lá no Morro Santo Antônio, lá na TV Bandeirantes. Alguns foram eleitos para o congresso nacional da UNE, e acabam presos em Ibiúna, a turma do Direito da noite, todo mundo participou lá, alguns foram eleitos pra o Congresso Nacional e foram e acabaram presos em Ibiúna. Eu fui eleito, mas não pude ir porque adoeci gravemente. No meu lugar foi o Vítor Hugo Sperb, que depois se formou Advogado e Jornalista e até hoje não me perdoa (risos); “muito bom aquele Congresso lá”!<sup>2</sup>

**Entrevistador:** Ellwanger, esse envolvimento foi o primeiro passo para o exílio?

---

<sup>2</sup> BANCO DE DADOS DA FOLHA. **Congresso da UNE:** todos presos. Publicado na Folha de São Paulo, domingo, 13 de outubro de 1968. Disponível em: <[http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/54\\_Congresso%20da%20UNE%20-%20todos%20presos%20\(Folha%20de%20Sao%20Paulo\).pdf](http://www.sbdp.org.br/arquivos/material/54_Congresso%20da%20UNE%20-%20todos%20presos%20(Folha%20de%20Sao%20Paulo).pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2015.

**Ellwanger:** Bom, esse grupo aqui nosso, aí começa a ter muita conversa; bom qual é o verdadeiro caminho pra se opor à Ditadura? Daí toda uma pregação da chamada, mal chamada Luta Armada, né, tem o assunto da Revolução Cubana que vai ficando importante, a Revolução Chinesa, o Vietnã que estava acontecendo naqueles momentos, da Argélia, etc. Tudo isto mostrava que era possível se opor aos regimes de Ditadura ou de Colonialismo. A influência da Revolução Cubana, certa literatura de Regis Debray<sup>3</sup> muito estimulante e aqui mesmo sucessivos desprendimentos do tronco Comunista original do PC. Vão surgindo outros grupos. Formam o PCBR, formam o PCdoB, forma isso formam aquilo e a grande presença da Ação Popular.

**Entrevistador:** O que é a Ação Popular?

**Ellwanger:** Ela tem origem na Igreja Católica.<sup>4</sup> Totalmente, são as Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica, Juventude Operária Católica..., bom esse pessoal também, dentro do espírito de época eles também se desprenderam da Igreja Católica, por exemplo a AP não é da Igreja, já é o desprendimento de várias fontes de várias origens né... eu me lembro por exemplo no primeiro ano aqui no Rosário, nos Maristas, a gente estudava teólogos que eram super modernos naquele momento, entendeu? Estudamos Henri Lefebvre, sociólogo francês, pensador marxista. Também Teilhard de Chardin. Isto quando estava na faculdade. Também lembro de Jacques Maritain, outro pensador francês, também influenciou muito naquela época. Aquela matriz filosófica impulsionou desprendimentos que vão se transformar na AP e a AP que vai

---

<sup>3</sup> Jules Regis Debray, natural da França, teve influência importante nos processos revolucionários da América Latina. Recentemente esteve no Brasil.

<sup>4</sup> Livro dos Votos da Comissão de Anistia, 2013, p. 588-590. Surgiu em maio/junho de 1962, com as características de “movimento político”, e não partido, coroando uma evolução em direção à esquerda que setores da Ação Católica, em especial a JUC – Juventude Universitária Católica – tinham vivido desde meados dos anos 50. Sua base estava localizada fundamentalmente na área estudantil, assegurando hegemonia política na composição das diferentes diretorias da UNE na fase pré-64.

indo, vai indo, um pedaço dela vai adotar as políticas da luta armada, uns não. Então, nessas polêmicas o grupo em 69, digamos, chamado grupo do Carlos Araújo, faz contato com o pessoal de Minas que era um grupo também sem nome mas que chamou-se historicamente depois de Colina. Os Colina – Comando de Libertação Nacional<sup>5</sup> – era um grupo que vinha de uma tradição, mas tinha presença justamente de praças do Exército e da Marinha, que tinham se desencantado com a perspectiva brizolista. Algumas tentativas que o Brizola fez entre 64 e 67, que ele abandonou a partir daí e começaram a procurar outra, então era uma mistura, e essa mistura aconteceu em vários lados, a VPR.<sup>6</sup> A VPR, que ela é atipicamente a mistura do sargento com o intelectual, né, intelectual da USP, da Maria Antônia que participou de todas aquelas histórias tem a figura do Marighela, também começa a aparecer em 68 dizendo que era possível fazer uma revolução, fora da ortodoxia do partido Comunista que se aliava com a União Soviética. Para nós que éramos jovens, víamos uma trajetória de erros. Parecia-nos uma gaiatice.

Também era a época da maconha, do sexo livre, da pílula anticoncepcional, da minissaia, do amor livre, de toda uma transgressão que pra nós era como sopa no mel; éramos tudo de classe média. Víamos que o rumo estava mudando com muitas revoluções no mundo.

---

<sup>5</sup> COELHO, Maria José H.; ROTTA, Vera (Orgs.). **Votos da Comissão de Anistia**: verdade e reparação aos perseguidos políticos no Brasil. Ministério da Justiça. Comissão da Anistia. Brasília, 2013. p. 597. A base de seus militantes era constituída de estudantes ou de militantes com um passado de militância no ME. Conseguiu também incorporar alguns veteranos das agitações militares da fase pré-64, como o ex-sargento João Lucas Alves, trucidado pela repressão política em março de 1969.

<sup>6</sup> Vanguarda Armada Revolucionária – VPR Palmares nasceu em junho/julho de 1969, como fusão da VPR e do Colina, incorporando também um grupo do Rio Grande do Sul intitulado União Operária. Seu nome inspirou-se na heroica epopeia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII. Resistindo cem anos às sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes. COELHO; ROTTA, 2013, p. 2-13, p. 597-598.

Em 1966 também teve um negócio que milhões de pessoas na China, um negócio libertário lá e... saída dos Estados Unidos do Vietnã, maio Francês, Cordobaço na Argentina, insurreições no México, estudantes no Chile, então era uma época muito legal de ter vivido e com aquela idade. Por exemplo, o meu avô não entendia o que estava acontecendo, meu pai minha mãe foram se adaptando, mas eu estava ali pulando junto, entendeu, e eu e todo mundo. Acho que assim ao longo prazo era, digamos, esta geração que nasceu depois da guerra, olhou pra trás e disse: - Báh! Nossos pais e avós fizeram a primeira guerra, deram um tempinho e fizeram outra guerra; pra mim, essa geração, nossa, a minha, era diz... nós não vamos fazer de novo isso? Nós não queremos isto.

Isso é um troço muito careta já quebrou o capitalismo em 30, teve duas guerras, se mataram e tão fazendo a mesma coisa de novo, então essa revolta que é muito comportamental, né, tá muito nos costumes, mas na verdade ela tem um grande substrato sociológico e político e isso não é... acho que o mundo já não foi mais o mesmo, apesar de a gente olhar hoje a política nacional, os grandes atores, eles se conduzem da mesma maneira que se conduziram os alemães, os franceses, os ingleses na primeira guerra e esses mesmos personagens, japoneses e norte-americanos na segunda. É, esses líderes mundiais de hoje, eles operam da mesma lógica de grandes potências que mandam no mundo e tchau, adeus, não importa nada, mas eu sinto que, por exemplo, eu não sinto nenhum patriotismo do povo norte-americano, "Ah que bom vamos bombardear o Iraque".

**Entrevistador:** E daí, você sai do Brasil quando?

**Ellwanger:** Tá então, assim, eu divaguei um pouco, desculpa. A gente se junta em 69, os sete estados que tinham processos parecidos e grupos locais espontâneos de origens variadas e faz uma coisa que não terminou ali. Essa coisa começa a funcionar. Em 1969, esse grupo expropria o cofre do Adhemar de Barros, governador de São Paulo.

**Entrevistador:** Apropriam-se do cofre do Governador Adhemar de Barros?

**Ellwanger:** São 2 milhões e não sei quanto, de dólares que era muito dinheiro naquela época; é muito mais do que é hoje. Isto nos ajudou nas nossas estratégias: falsificar documentos, comprar apartamento, morar, alugar, viajar, fazer reunião e não sei o que, no meio, pagar salário pra clandestino, etc. e etc. Esse grupo vai, vai, e no meio do ano ele se junta com um grupo mais antigo que era a chamada VPR em São Paulo, que era a mistura de sargentos com o movimento estudantil. Esse grupo já tinha feito umas ações armadas, então em julho de 69, nasce a VAR Palmares, bem nessa época. É composta de vários grupos, principalmente o grupo do Marighella.

**Ellwanger;** VAR Palmares é um nome que eu inventei. Eu estou dizendo isso. Pode botar aí, eu que inventei. Há polêmica sobre quem inventou, mas eu digo que fui eu, (risos)...

**Entrevistador:** Na música já exerceste muita criatividade.

**Ellwanger:** Não, claro... não... tem a música também, uma cançãozinha que se cantava, fui eu que fiz, bom alguma coisa, pra alguma coisa eu prestei né, na coisa. Já tinha havido um início de ações armadas, daí isso que se chama pra mim entres aspas “luta armada” né... que na verdade, muitas ações que seriam de captar explosivos, armamentos, daqui a pouco virou tudo é, luta para sobrevivência na verdade. Passou-se a buscar numerário, porque cada vez tem mais gente perseguida, mais gente clandestina, e tudo custa. Ao mesmo tempo a partir do Ato Institucional Nº 5 a repressão cresce, o temor aumenta, solapando as bases sociais. Então, o regime encara tudo isso como uma guerra, como uma luta armada, como um combate armado, desencadeando em cima disso uma violência absoluta, aniquilante, organizada, sistemática focada, desproporcional. A ditadura brasileira reagiu com balaço. Quem está na Comissão da Verdade sabe disto.

Em Porto Alegre teve um momento brutal, que é a tentativa de sequestro do Cônsul Norte-Americano.<sup>7</sup> Foi uma ação de

---

<sup>7</sup> VPR e outra organização tentaram sequestrar o cônsul C. Carley Cutter, em 1970, em Porto Alegre. Sequestros e tentativas de sequestros ocorreram em diversas partes do Brasil. Com eles se pretendia trocar o



impacto, porque, afinal, a cidade era pequena. Mas nesta tentativa baixa aqui Malhões, baixa Cabral, torturadores que vem aniquilando. Então naquele momento eu não morava mais aqui. Eu tive que ir embora no final de 1969. Eu não pude cantar no Festival de 69, apesar de ser classificado; não pude cantar no Festival da Record para o qual estava qualificado, que era o sonho de qualquer jovem compositor. Quem não gostaria de estar lá no Festival da Record com Gilberto Gil, Chico Buarque, Elis Regina, onde cantaram Disparada, Arrastão, Ponteio, Roda Viva. Eu iria lá fazer alguma coisa, fazer o que eu pudesse. Não pude, perdi.

Estava longe de Porto Alegre. A Polícia havia alugado um apartamento na frente da casa de meus pais, de onde filmavam, seguiam a minha mãe, minha irmã pequena, a menor digamos com quinze, dezesseis anos. Quando meu irmão de oito anos descia para pegar o bonde, ele via estas coisas. Eu tinha ido para o Rio de Janeiro. Então, fui pra São Paulo, tornando-me militante. Fui dirigente da direção regional no Rio Grande do Sul da VAR Palmares, depois de 70. Em Paulo [??] teve duas sucessões de prisões de massa aqui, nesse nosso grupo, a de abril e depois a outra de junho, onde cai, por exemplo, o Rui Falcão que é o Presidente Nacional do PT hoje. Em janeiro cai a Dilma Rousseff e, mais tarde, cai toda a direção.

**Entrevistador:** Dilma era da VAR Palmares?

**Ellwanger:** Sim, da VAR Palmares. Ela vinha do Colina, lá de Minas Gerais. Dilma ela era da direção regional de São Paulo. É presa em janeiro de 70, e muita gente é presa. Fomos para São Paulo para recompor o grupo de lá. Não sei quanto, não posso saber mas ainda tinha o dinheiro do Adhemar. Então, cada vez menos gente trabalhando, cada vez menos gente podendo viver legalmente, cada vez menos simpatizante ajudando, cada vez

---

sequestrado por presos políticos. CERBARO, Sulena; GASPAROTTO, Alessandra. O RS no contexto da ditadura militar: o caso do “sequestro” do Cônsul Norte-Americano. **Anais do III Encontro de Pesquisas Históricas - PPGH/PUCRS**. Porto Alegre, 2016. p. 79-89. Disponível em: <<https://iiiiphispucrs.files.wordpress.com/2017/02/11-stjp01-05-cerbaro-sulena.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.

menos uma casa pra dormir, um cara que desse uma grana, um carro, cada vez menos, cada vez menos. Nós aguentamos até agosto de 70. Não suportava mais aquela situação de clandestinidade, que já estava árdua. Pedi para sair, me desligar do grupo e fui para o Chile – exílio no país governado pelo socialista Allende.

**Entrevistador:** Uma outra pessoa entrevistada, Antônio Vitt, também militava na Var Palmares, aqui no centro de Porto Alegre.

**Ellwanger:** tenho informação muito superficial, mas tudo tá batendo... bate bem... há uma base da VAR Palmares em Maquiné. Não sabia se era uma base ou um trabalho, como em Capão da Canoa.

Fechando o parêntese, voltemos para o Chile. Eu fiquei no Chile três anos e meio. Cheguei lá em outubro de 70, quando era o presidente Frei ainda, depois veio Allende. Estudava na Faculdade de Sociologia e era tradutor.

**Entrevistador:** Você não concluiu o Direito aqui aquela vez?

**Ellwanger:** Não, inclusive no começo de 69 fiz o exame, tirei a carteirinha como se chamava naquele momento. Eu fiz audiência na Justiça de Trabalho, mas não cheguei ao quinto ano. No Chile eu entrei pra faculdade de Sociologia, morei meio ano em Concepción, no sul do Chile, depois mudei pra Santiago; lá eu participei como cidadão sem militar muito, mas no Chile meio que tu militava nem que tu não quisesse, ainda mais na faculdade de Sociologia que além de ser Sociologia da Universidade do Chile era um lugar com muitos latino-americanos, europeus, norte-americanos; gente exilada, gente interessada em debates.

**Entrevistador:** O debate era intenso?

**Ellwanger:** Sim, e muito. Como eu tinha vindo de uma situação já de Ditadura no Brasil, eu não conhecia, não sabia o que era democracia; na verdade eu não conhecia a democracia. Foi quase um susto no Chile. Era aquela loucura de liberdade; podia se juntar, reunir, falar, podia ofender o presidente, podia fazer qualquer coisa, fundar o partido, os malucos reunidos pela insurreição psicodélica, qualquer coisa era muito bacana e ver a

participação popular, as marchas os mineiros, as pessoas que ocupavam as favelas, a participação popular e a organização popular, a organização partidária... Eu nunca tinha visto isso, eu vi manifestações de rua aqui, agora realmente assim numa democracia funcionando com os partidos, pressão, ganha, perde, volta, faz acordo, faz traição, não faz, isso eu não sabia. Então foi maravilhoso além do que eu estudei bastante e também descobri a cultura latino-americana, a música.

**Entrevistador:** E o golpe no Chile?

**Ellwanger:** Claro, depois deu o golpe do Chile também; eu aguentei lá, deixa eu ver, setembro; Aguentei uns dois meses lá, fiquei lá clandestino, correndo vários riscos. A casa onde morava foi invadida no primeiro dia, na primeira noite já, no próprio dia 11 de setembro. Minha namorada e eu tínhamos saído da casa naquele dia.

**Entrevistador;** O golpe militar foi em setembro de 1973?

**Ellwanger:** O golpe é no dia 11 de setembro. Éramos dois casais naquela casa. Meu amigo tinha um filho. Fomos para uma casa de conhecidos num outro bairro. Ele foi retirar os documentos, as coisas que nos comprometiam, pois a casa era uma espécie de centro cultural. Como ele mudou o esquema, acabou indo para casa, onde cochilou. Levaram os móveis de caminhão, deixando a casa limpinha. Ele foi enviado para o estádio Nacional, que servia de prisão em massa. Depois conseguiu ir para Portugal. A ordem militar era clara nos rádios: Quem conhecer cubanos e brasileiros, denuncie na delegacia mais próxima, qualquer cubano e qualquer brasileiro é inimigo do povo chileno, então tem que ser preso imediatamente.

**Entrevistador:** Qual a tua situação?

**Ellwanger:** Aí, fiquei lá, fiquei lá. Eu consegui ficar, escondido, fazendo algumas tarefas de solidariedade.

**Entrevistador:** E o toque de recolher?

**Ellwanger:** Toque de recolher, aquilo foi indo lentamente, então era uma situação espantosa, consegui sair pra Argentina,

cheguei lá, El Cambora. Também assisti a posse do Perón, fiquei lá e entrei de novo na Sociologia e no Conservatório de Buenos Aires, onde trabalhava dando aulas e tocando músicas. Encontrei muitos grupos de brasileiros que não eram exilados aqui de Porto Alegre, estudantes de Medicina que tinham se formado, que eram meus amigos e foram fazer formação Psicanalítica lá na famosa APA. Então isso foi muito legal. Perón não deu asilo pra nenhuma pessoa, nem brasileiro nem nada. Tinha 700 pessoas na embaixada argentina de Santiago. Foram finalmente pra Buenos Aires, ficaram alojadas num hospital desativado e ali ficaram e ficaram até que a Holanda, México e Costa Rica, Noruega, Alemanha, Dinamarca deram asilo. Eu mesmo ganhei bolsa pra Alemanha, eu e a minha namorada ganhamos bolsa pra Universidade de Berlim, e não fomos porque eu não tinha documento, não tinha passaporte. A Ditadura nunca deu passaporte pros exilados; exilados, não, porque eu também não era exilado, não tinha a categoria jurídica de exilado, cheguei, enfim pedi ratificação e me deram. Tenho até hoje o documento estrangeiro.

Quando sobe o Perón em junho de 74, ele decreta uma anistia aos trabalhadores de fronteira, um contingente de 1 milhão de estrangeiros trabalhando sem documentos - chilenos, uruguaios, bolivianos, peruanos... e eu pá, fui lá fila... Lembro da fila assim, o pessoal do Paraguai sentado no chão assando aqueles bolinhos que eles fazem de milho sabe. Enfim eu lembrava dos filmes dos imigrantes italianos na Argentina que eram milhares.

**Entrevistador:** Ficaste quanto tempo na Argentina?

**Ellwanger:** Aí eu fiquei na Argentina também. Foi super legal. Minha faculdade foi logo fechada, a de Sociologia. No meu caso, era mais política do que estudo. Mas me firmei no Conservatório. Emendei os estudos que eu tinha aqui, que eu já compunha e passei a compor arranjo; fiz exame de suficiência e já entrei no oitavo ano. Quando eu saí já eu estava no décimo segundo, ou melhor, quando abandonei para voltar ao Brasil.

**Entrevistador:** fale do golpe na Argentina.

**Ellwanger:** Só que ninguém sabia o que estava escondido dentro desse golpe. Era uma política de genocídio, praticamente.

Então tem a segurança nacional que cria a figura do inimigo interno; todo mundo passa a ser inimigo e com isso, como não tem nenhuma legislação protetiva, está toda suspensa; o arcabouço jurídico do país está anulado; a linguagem é da força pública e como todo mundo é inimigo e tem um grupo que supostamente é do bem, que é o grupo dos militares. Esse bem tem muito a ver com a religião, com um Catolicismo integrista que existia na época; uma Argentina brutal que vem de Espanha; antigamente na velha Espanha inquisitorial. Calcula-se entre 20 e 30 mil desaparecidos na Argentina, uma coisa inacreditável, uma coisa sem corpos, sem cadáveres, sem luto, sem família, sem religião, sem grito, sem nada. 30 mil mortos é uma coisa inacreditável. É necessária uma forte organização para matar tanto. É um sistema orgânico estatal estruturado com logística, com normas, com equipes, com gasolina, carro, avião, prisão, sargento é quase uma guerra na verdade. Então fiquei lá. Eu colaborei em jornais, colaborei no *La Opinión*, colaborei no *El Tiempo*, tinha amigos da faculdade do conservatório, das aulas, muita convivência com a comunidade judaica na parte da música, na parte da psicologia. Eu hoje fico pensando nos amigos desaparecidos na Argentina, ou outros que pegaram longas prisões. Eu tive muita sorte, tive uma sorte, na Argentina, tive mais sorte que no Chile, que no Chile quando dá o golpe eu volto à clandestinidade. Não era como no Chile onde vivi na clandestinidade. Na Argentina era diferente. Minha mulher estudava psicologia. Eu trabalhava e estudava, em dois lugares, jogava futebol, três a quatro peladas por semana.

Mesmo com o golpe, todo mundo seguiu a sua vida. No entanto, tenho um exemplo. Fui na casa de um amigo meu às 10 da manhã, toquei na campainha e ele não estava no prédio; subi, toquei na campainha no segundo andar, aí abriu a porta era uma faxineira. Ela começou a fazer umas caretas assim, ela foi deformando o rosto dela e não dizia nem uma palavra, aí ela foi me dando uma mensagem assim e eu olhava pra ela e fiquei mudo também e ela continuou com aquilo, daqui a pouco caiu a minha ficha. Fui embora, depois, anos depois, fui encontrar meu amigo que tinha ficado 7 anos, na prisão, sem processo, sem julgamento, sem nada.

**Entrevistador:** E a volta pro Brasil?

**Ellwanger,** aí aconteceu isso, aqui eu fui condenado em 71 pela Lei de Segurança Nacional; fui condenado no artigo que diz: “participar de organização proibida” que é o genérico da coisa, digamos, aspirina, máximo da pena dois anos, mínimo um, peguei um lá em São Paulo. Nunca vi esse processo, nunca fui citado, nunca tive advogado, nem sei o que tem lá, mas não importa, eles me condenaram. Fui condenado, mas não fui preso. Não, não, em São Paulo eu saí para a clandestinidade; fiz com que o Estado Brasileiro não conseguisse aplicar a pena em mim, normalmente isso prescreve dentro do artigo, mas meu pai com advogado, pegava o ônibus ia pra Brasília e tal, mas não conseguia sentença de prescrição. Só conseguimos 7 anos depois... 6 anos depois, daí teve mais uma perseguição da apelação jurídica. Assassino prescreve em 30 anos, assassinato né, nesse caso o meu crime que era de um ano levou 7. Finalmente o pai conseguiu, saiu no STJ: “declaramos que foi prescrita a pena do senhor Raul e tal, não deve nada mais”.

A situação estava arriscadíssima na Argentina. Minha esposa estava grávida, entendeu? Além disso, tem a saudade, a vontade de voltar ao meu país. Então, juntou tudo isso naquele momento, pra mim foi muito ruim não terminar o conservatório, por exemplo, com mais 3 anos eu estava habilitado pra ser regente de orquestra sinfônica. Perdi aquilo, perdi minha transferência para UFRGS. Habilitei todo aquele processo de tradução e certificação junto ao consulado, com tradução; e outro ministro do exterior certifica que o tradutor é oficial e o Cônsul certifica que o Ministro do Exterior é ministro do Exterior... era um troço assim. Cheguei aqui, e não tinha vaga na UFRGS para o curso do Professor Armando Albuquerque; depois descobri que tinha um aluno, que era o meu pianista (risos) que abandonou, e o curso foi cancelado aquele semestre. Eu pedia, cara me dá por escrito que eu não posso entrar na UFRGS. E o diretor disse que é só no papo, não tem papel, entendeu, os caras trabalhando com a lista negra ali. Então consegui voltar em fim de 77. Me safei de lá razoavelmente; também tenho muita gratidão, muito carinho, entendeu, muito amor por esses dois países, e pelo Uruguai também, que é uma

outra situação mais específica e aprendi muito na Argentina, principalmente música que eu estudei muito. Toquei, já gravei minhas primeiras musiquinhas em estúdio, descobri mais música, fiz amizades, quando veio essa liberação pra entrar no Conservatório através de exame de suficiência, toda a turma inicial do “rock in roll” entrou, por isso que eu fiquei amigo deles, aí Charlie Garcia, Nito Messi, Miguel Apuedo, Leon Diego, Alicia Sherman, Gabriel Selanis; eles duraram 3 a 4 meses. Foram embora. Acharam que “eu vou ficar com meu rock in roll que é melhor que começar estudar contraponto da Idade Média”, aquele troço todo de... né, que eu gostava e me serviu muito, mas com isso eu fiz amizades, também, que se mantém até hoje, uma grande cumplicidade que me ajudaram depois. Depois ajudei também eles aqui no Brasil, em algumas temporadas clandestinas que foram passadas aqui na minha casa, escapando-se da Argentina. Então voltei, quando a gente chegou era um domingo.

**Entrevistador:** Isto foi em 1977?

**Ellwanger:** Chegamos no aeroporto de Porto Alegre, eu e minha esposa. Acho que foi em maio de 77. Ao chegarmos no aeroporto, quem nos esperava? Lá estava o delegado Pedro Seelig<sup>8</sup>, um dos grandes torturadores. Qual é o lance dramático é que ele havia torturado a minha esposa em outros tempos, que chega comigo, grávida. E ela então tem que olhar para o torturador dela e falar com ele, e ele quer me levar preso. Ali estavam umas 70 pessoas que minha família tinha ajuntado, uns amigos, colegas de pelada, futebol, faculdade, música, então ficamos eu e a Nana Chaves, que deu, aquela que deu depoimento, lá na Ajuris<sup>9</sup>, depoimentos de mulheres torturadas no

---

<sup>8</sup> Pedro Seelig era delegado e, junto com Nilo Havelha, torturam os que contestavam o regime militar. Veja o depoimento de Nilce Azevedo Cardoso. SUL21. **Nilce Cardoso:** “Ser mulher me ajudou a enfrentar a tortura”. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/mulheres-contra-a-ditadura/2013/12/nilce-cardoso-ser-mulher-ajudou-enfrentar-tortura/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

<sup>9</sup> No dia Internacional das Mulheres, em oito de março de 2013, a Comissão da Verdade Gaúcha fez a sua primeira audiência Pública, destacando depoimentos de mulheres que lutaram contra a ditadura e foram

dia da Mulher, em março de 2013, junto à Comissão da Verdade. Minha esposa foi torturada quando tinha 17 anos. Agora precisa falar com o torturador. Que humilhação! Ele estava querendo me prender, então negocie: segunda-feira eu fui lá e fiquei uns quinze dias lá sob grave tortura psicológica, principalmente em função da audição noturna da tortura dos presos comuns; eles me acordavam e me faziam ouvir. Porque essas torturas eram só de uma às cinco, porque não tem jornalista; não dá pra torturar de dia, tem jornalista agora aqui, já era uma época de começo da distensão. Ele queria me mandar para São Paulo, porque ele tinha um acordo com o delegado Fleury, outro repressor; ele quer saber muito sobre você. Toda a família e amigos se articulam e falaram com quem tinha influência para me livrar daquela. Interessante que eu nunca soube de nenhuma coisa aqui com comunidade Evangélica, desse lado e seguramente nessa época já poderia ter tido algum envolvimento.

**Entrevistador:** Como assim?

**Ellwanger:** É quando há uma articulação, a primeira que sempre se pensa é na Igreja, na tua Igreja. No caso da Igreja Católica, quando ela abandona o golpe, e passa a ajudar e proteger as pessoas, são centenas de casos que a Igreja intervém. A Igreja se torna importantíssima na história da redemocratização. Mas não tem nem um episódio aqui. Como disse, eu era muito agnóstico, muito indiferente entendeu, e o avô já tinha falecido e a avó já tinha falecida. Com o lado empresarial era barbada para eles procurar apoio, entendeu! No passado eles atuaram. No centro era só nome de alemão. O capitalismo gaúcho nasce aqui com as empresas dos alemães. Então, não tem notícia de algum apoio.

---

torturadas. Nilce Cardoso Azevedo deu um depoimento marcante, pois a tortura às mulheres era mais violenta que aos homens, em razão dos estupros e ameaças de estupros, como forma de forçar denúncias de companheiros/as de luta. CARVALHO, Luz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Editora Globo, 1998.



**Entrevistador:** Daria pra ver quem foi o pastor aqui na época, a fim de buscar mais informações sobre o silêncio da Comunidade.

**Ellwanger:** Bom, mas logo o Hilmar Kannenberg estava aqui em 78, 79, com o disco “Paralelo 30” e com história do estúdio, que muito nos ajudou.

**Entrevistador:** Vamos retornar ao assunto da ISAEC Gravadora, do estúdio.

**Ellwanger:** Eu me lembro perfeitamente quando chegaram as duas mesas de “áudio design”, de 16 canais. Parece que os “alemães” mandaram de graça. Aqui tiveram que fazer umas reformas para ter espaço. Eu cheguei a gravar o nosso disco, primeiro disco coletivo “Paralelo 30”, que é o disco da nossa turma, que no fim acabou sendo o símbolo desse patamar tecnológico de ponta para a gravação. Foi um luxo, aí eu já gravava o meu primeiro disco individual, pelo sistema ISAEC. Então, retorno do exílio é um pouco isso, e fiquei 15 dias preso, mas continuava muito a perseguição, a ameaça.

**Entrevistador:** E o sofrimento da família com torturas psicológicas?

**Ellwanger:** Eles ameaçavam muito o meu pai, a minha mãe. Lá em 69, 70, chegou a acontecer visitas do Seelig e outros, dentro da minha casa. Fizeram entrevistas, sentados na sala com minha mãe, com meu pai, meu irmão, minha irmã, negociando. Onde está o Raul? A gente vai cuidar dele, não tem problema, é melhor do que vai acabar sendo preso num canto aí por um maluco. É melhor ficar conosco que com uns malucos. Quem sabe, ele está escondido lá nos matos perto do IPA, com fome. A gente sabe que ele está por aqui, porque deu um telefonema. Era tudo mentira deles para torturar a família. Naquele período eu estava no Chile. Imagina meu irmão com oito ou nove anos de idade, a casa filmada diretamente, o pessoal perseguido na rua, tinha um cara que sentava no ônibus com o meu pai e ia até Brasília. Meu pai reclamou do acompanhante intruso, e ele disse: Senhor tá pensando, estou aqui pro senhor vê que o senhor tá sendo acompanhado, pra não fazer besteira.

**Entrevistador:** Vamos finalizando a entrevista. Podes falar da militância atual?

**Ellwanger:** Bom, quando voltei para o Brasil eu trabalhei uns tempos como publicitário, no começo, fazendo “jingles” correndo atrás, trabalhando basicamente como músico, compositor, gravei muitos discos, fazia shows, vivia disso. É televisão, rádio, gravações, então todo esse tempo eu nunca mais fui militante de um partido político, nunca mais, mas sempre participei, desde o tempo do MDB, de toda a campanha, diretas e antes das diretas, PDT e PT e PCdoB e PCB. Acredito, inclusive, sem saber eu participei de atividades de partidos clandestinos que eu nem sabia que existiam, que agora lendo os dados do Serviço Nacional de Informação, eu estou começando a perceber, porque lá o cara, ah, não sei o que 78, comício aí na Prefeitura... aí aparece o Partido... Partido Comunista Revolucionário, Partido não sei o quê, que eu não sabia. Também eu não queria saber muito, então eu participei sempre, eu usei muito assim o conhecimento que eu tinha da música e a solidariedade latino-americana, El Salvador, Nicarágua, Cuba, Chile, Uruguai, Argentina, Peru, aqui nas campanhas sempre tive uma atitude, talvez seja uma palavra pretensiosa, mas mais humanitária, assim, trabalhei com maluco em hospício, com preso, aldeia SOS, comunidades religiosas, enfim o movimento negro, fiz toda essa parte de solidariedade, e politicamente também, politicamente tentando estar do lado certo. Acho que eu sempre fiquei pelo menos, se a rua tem dois lados eu fiquei sempre do lado legal, sem atrair muitos detalhes de que partido que isso, né, isso pra mim se mantém até hoje e gradualmente fui me interessando pelo movimento dos direitos humanos, que mistura meu lado advogado com meu lado cultural e meu lado militante.

Quero voltar um pouco para dizer sobre a minha família. Fui descobrindo por meio dos outros algumas revelações de meus pais. Minha mãe, por exemplo, teve uma sequela neurológica. Isso foi fruto das visitas dos torturadores. Foi fruto das visitas dos caras dentro de casa, entendeu; ela passou muito mal, ela ficou inútil um ano, só que é o seguinte, daí pra ti que é da Comissão da Verdade, houve um pacto entre os pais e os dois filhos, os dois

irmãos pra não falarem, pra não me constrangerem. Qual era o pacto? Depois que eles falecessem, a minha irmã contava e ela me contou, recentemente, eu gravei inclusive, tá tudo gravado. Entre a família: não conta nada pra ele. Coitado, está chegando do exílio sem dinheiro e tal, trabalhando e tal.

**Entrevistador:** Tua mãe sofreu um AVC em função da pressão dos investigadores torturadores?

**Ellwanger:** Deu um acidente vascular; ela ficou com deficiência no ouvido. O pai, não, nada assim. Oneide, é que isso não sei. Eles decidiram não me contar. Só agora que faleceu o pai e a mãe, a minha irmã me contou, aí eu vou te contar o seguinte; Oh, aconteceu isso, isso, e isso, as cartas que tu mandava eram assim, eram levadas aqui na confeitaria Renner, na esquina e era deixada em cima do banheiro, outra amiga ia tomar um chá, pegava, levava, enterrava lá no quarto distrito, fugindo do marido que proibiu ela de fazer isso. Então, um monte de coisa assim. Sempre muita pressão que eles sofreram, entendeu? Até anunciaram para a minha família a chegada do meu caixão. Ele chegaria lacrado em Porto Alegre. Não poderiam abrir. Eu tinha sido morto no Vale da Ribeira. Foram estas mentiras que levaram minha mãe a ter um AVC.

**Entrevistador:** O AVC?

**Ellwanger:** É o AVC, foi quando chegou isso: “olha no dia às 10 de manhã, chega o avião, preparem o enterro lá no cemitério lá, às onze horas. Fecha e tchau, e vai estar cercado de gente armada. Vocês não façam nada, não avisem ninguém, só por uma questão humanitária estamos avisando os pais do Raul”. Esse tipo de boato, entendeu, outro que havia cometido um assassinato do senhor Kurt, do Bairro Rio Branco. Isso surgiu 11 anos depois; foi inventado em 81 pelo Pedro Seelig. Era um outro tipo de perseguição. Então, quando eu vou lançar um disco novo ou quando o Carlos Araújo é candidato, isso é articulado através da sucursal do Jornal do Brasil de Porto Alegre, vai pro Rio, de lá é transmitido então para Zero Hora e Correio do Povo.

**Entrevistador:** Buscavam fatos do passado para continuar a pressão.

**Ellwanger:** Sim, só pra dar fachada, entendeu, parecia como uma coisa importante, na verdade era um requentado do próprio Pedro Seelig, né, com detalhes, davam coisas de verossimilhança assim. Então, então imagina a minha mãe lendo aquilo tudo. Lê no jornal que o filho dela é assassino, reiteradamente em 81, 84, continua que a gente matou o dono do bar lá na Timóteo. Então tudo isso aí me revoltou muito, porque eu estava tudo bem comigo. Se eu era o que eu era, atrevido, corajoso, maluco, irresponsável, tá! Se eu for pro pau de arara, tá, eu sei que tem pau de arara, agora minha mãe não tem nada com isso, meu pai não tem nada, meus irmãos menores não têm nada; a minha irmã caminhando assim no quarto distrito, porque um dia ela saí do colégio e tinha autorização pra almoçar na casa da mãe do namorado. A pressão era tudo assim; “ele já está morto”.

**Entrevistador:** Tortura psicológica constante.

**Ellwanger:** Tortura psicológica. Uma menina, minha irmã, não sabia se falava em casa, ficava com medo de o cara bater nela um dia ou sequestrarem-na. “Cadê teu irmão?”. Claro porque desaba todo o teu mundo, desaba o mundo acaba, não tem Deus, não tem Diabo, não tem mais nada, tudo deixa de existir, está fora da compreensão, fora da humanidade, fora da linguagem. Então, tudo isso aí me motivou muito nos últimos 6 anos a participar desse movimento da Memória da Verdade e Justiça. Esta semana vamos ter o relatório da Comissão da Verdade Gaúcha, acho que é.

**Entrevistador:** É hoje pela tarde, no Palácio Piratini, com a presença do Governador.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> A entrevista ocorreu numa manhã de dezembro, em Porto Alegre. No mesmo dia à tarde aconteceu a entrega do relatório de atividades da Comissão da verdade no palácio Piratini, com a presença do Governador Tarso Herz Genro. Na mesma ocasião ocorreu a Audiência Pública com Militares. Segundo a audiência com militares que sofreram a repressão, mas de sete mil militares, que discordavam do Golpe, sofreram retaliações, desde morte, tortura e desligamento das forças armadas. Um dos depoentes testemunhou o seu acolhimento na escola da rede Sinodal Alberto Torres, em Lajeado. Sem os soldos foi ser professor naquela escola. SUL21. **Nilce Cardoso:** “Ser mulher me ajudou a enfrentar a

**Ellwanger:** Posso continuar colaborando com minhas músicas.

**Entrevistador:** E pra encerrar, se tu quiseres colocar alguma coisa que você acha que é relevante?

**Ellwanger:** No meu relato eu deixei muitas lacunas porque seriam digressões assim. Não é um relato de vida esse aqui, eu pretendo escrever um livro um dia, (risos), relatando muitas coisas. Por exemplo, o desaparecimento do pianista Tenório Junior em Buenos Aires, oito dias antes do golpe de estado em março de 76. Estávamos eu, ele e o Miltinho, o baterista, sentados no *hall* do hotel, às 21:00h. Ele atende um telefone do quarto da namorada. Voltou e disse assim: “eu vou na esquina buscar uma aspirina” e nunca mais ninguém o viu.

**Entrevistador:** Nunca mais voltou?

**Ellwanger:** Nunca mais voltou, tanto que eu e o Miltinho saímos, fomos jantar na casa de um casal uruguaio, muito querido, porque eles estavam de folga. Eles não estavam tocando; era a turma do Vinícius e do Toquinho, eu acho que era segunda-feira e eles estavam esperando pra ir embora. Na volta fomos para o metrô e eu desci uma parada antes pra pegar a conexão pra minha casa e o Miltinho continuou pra aquela linha que dava no Hotel no centro, ali no obelisco. Ai o lance, não aí eu ia com ele no outro dia para aeroporto a fim de acompanhar, o pessoal. A gente gostava muito de conviver, tinha muita vontade de conviver com as pessoas, com os músicos, né, que lá não tinha músico brasileiro. Ai pô, Dedo Loco, Toquinho, Maria Creusa, Simone, Vinícius, tudo era um mundo assim de encantamento pra nós, cultural e artístico... quando eu liguei pro hotel, não tinha telefone nem nada. “Báh, bicho, disse Miltinho, tu não sabe o que aconteceu: o Tenório não voltou até agora, não, não voltou, vem pra cá, vem pra cá!

**Entrevistador:** Está entre os mortos ou desaparecidos na Argentina?

---

tortura”. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/mulheres-contra-a-ditadura/2013/12/nilce-cardoso-ser-mulher-ajudou-enfrentar-tortura/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

**Ellwanger:** Sim, claro, muitos desapareceram. Ele usava uma barba e é antes do golpe, é dia 18 eu acho de março, é 18 pra 26, é 18 de março. Vinícius lutou, foi em consulados, embaixadas, mas nada. Nós não nos aproximávamos destes órgãos públicos, pois éramos visados, com o risco de ser detido.

**Entrevistador:** Como trabalha todas estas situações de perdas?

**Ellwanger:** Esse é um caso muito simbólico, mas ele não é o pior pra mim, por exemplo, amigo meu o Zequinha Barreto, o companheiro que foi assassinado com o Lamarca que cantava, cantava comigo nos Congressos da VAR Palmares, foi mais duro. Também Xael foi morto, a operária negra da Zivi-Hercules é morta, desaparecida. Alceri Maria Gomes da Silva, operária, negra, pobre, desaparecida, quer dizer, desaparecida não porque ela não foi desaparecida; ela foi sepultada e depois foi sequestrado o cadáver dela e foi desaparecido em duas operações, uma claramente de encobrimento. Tudo isto toca muito fundo na gente. Eu procuro transformar isso em energia construtiva pra aquilo que eu acho certo que é a memória deles. Não só a memória deles, mas que essa memória sirva pra que esta violência antiga não seja referendada atualmente. Eu acho que o Brasil é um país que, como ele não puniu o grupo de criminosos, ele sinalizou e continua sinalizando que aqui pode torturar e matar.

**Entrevistador:** Aqui sempre pode.

**Ellwanger:** Aqui pode, pode, pode desaparecer o Amarildo... pode arrastar a Cláudia no cano de descarga, como foi feito com o Gregório, como foi feito com o Alex Polari e o Stuart também. Pode, por isso que pode e continua podendo. Então, como a situação é bastante complicada politicamente nesse sentido, principalmente de segurança do Brasil, eu acho que os tempos que se aproximam não serão muito fáceis; vão exigir muita firmeza e calma também. Eu incorporo isso.

**Entrevistador:** Tu tens o recurso da música para resgatar a memória dos mortos e desaparecidos, de ontem e de hoje.

**Ellwanger:** Sim, a minha música transpira várias dessas coisas. Inclusive eu estou analisando o acervo, por exemplo, pra fazer um disco, que não é um disco nem de protesto nem de esquerda, é um disco de Direitos Humanos, que é uma esfera muito difícil para que não seja panfletário. Por exemplo, tem o caso da moça que se escondeu em nossa casa paterna, em 1976. A filha do casal nasceu aqui. O casal está desaparecido. São argentinos.

**Entrevistador:** E a criança?

**Ellwanger:** O casal está desaparecido. O pai biológico também desapareceu. Os três são desaparecidos. Aí eu fiz uma música pra criança porque se manteve as amizades familiares. Minha mãe, que fazia isso eu não sabia nada por exemplo, eles aprenderam inclusive normas de segurança de fazer as coisas escondidas. Os meu pais se ocuparam com aquela menina. Aí eu fiz uma música, aí cantei essa música só uma vez na vida, no estádio do Atlanta em Buenos Aires no ato dos Uruguaios. Cantei uma vez a música; está gravada; tenho arranjo escrito tudo em português. Em resumo, a menina também morreu aos 20 anos, de câncer na garganta.





## ENTREVISTAS

---

### MOVIMENTO ESTUDANTIL, TRABALHADORES SEM TERRA E IGREJA

Entrevista com Pastor Werner Fuchs

Curitiba, abril de 2015.

---

**Entrevistador:** Werner, fiquei muito animado com a reação positiva dos estudantes de teologia, pelo seu engajamento em atividades de descomemoração dos 50 anos do golpe civil, militar, empresarial e eclesiástico, de 1964. Imagino que as entrevistas possam ser disponibilizadas para as novas gerações de estudantes. O que parecia morno, desinteressado, era, na verdade, desinformação. Espero poder fazer um material informativo e didático, voltado para os estudantes, já que a escola fundamental e média pouca informação passou para as novas gerações. Imagino que já estejas cansado de recontar o teu testemunho de vida pela justiça e liberdade.

Não farei uma pesquisa sobre a transferência da Assembleia da Federação Luterana Mundial, de Porto Alegre, para Evian, na França, em 1970, quando eras estudante da Faculdade de Teologia, em São Leopoldo. Benno Asseburg já deu entrevista sobre o movimento estudantil em Hamburgo, em reação ao posicionamento do presidente da IECLB de então, afirmando não haver tortura no Brasil. Nosso objetivo é ouvir vozes ignoradas na IECLB, que lutaram contra a ditadura civil-militar e pela redemocratização do Brasil. Interessa, em primeira mão, tua atuação como representante do CADES.

**Werner:** Minha história com o regime militar já começou lá por 1967 e foi até 1989, compreendendo mais de 20 anos. Na verdade, são dois capítulos. O primeiro, no período dos anos 70

onde eu era delegado jovem para o encontro mundial da juventude luterana, um evento só com jovens luteranos, anterior à quinta Assembleia da Federação Luterana Mundial, em 1970. Era para acontecer no Brasil. Participava da comissão de preparação de jovens e isso começou em início de 1967, quando o pessoal começou a organizar esse encontro. E quem nos incentivava e puxava era o Ricardo Wangen<sup>1</sup>, que era pastor de estudantes e de jovens de Curitiba. Também o pastor Godofredo Boll, de Porto Alegre. Eles fizeram um primeiro encontro. Foi na Linha Imperial, perto de Gramado. Entre Dois Irmãos e Gramado fizemos o primeiro encontro sobre o tema que era a fome no mundo, que seria o tema da Assembleia. A Assembleia tinha um tema mais amplo: “Enviados ao Mundo”<sup>2</sup>, mas nós tínhamos o foco na questão da fome, da desigualdade. Começamos a fazer estudos sobre o assunto. Participavam estudantes de Porto Alegre, estudantes de Curitiba, e eu estava assim no meio. Era do pré-teológico, secundarista. Mas estava desde 1965 envolvido em grêmios estudantis, lá da região lá de São Leopoldo, em colégios da Rede Sinodal, como Fundação Evangélica e o Sinodal e outros. Tinha na época o Pindorama, Novo Hamburgo. Milton Schwantes e o Arnoldo Mädche, eram os caras que me puxavam, me levavam junto. Não sei o que viram em mim, mas me arrastaram junto. Meus pais estavam se mudando para o Paraná. Participei do encontro na Linha Imperial. A gente conhecia aqui o pessoal de Curitiba e tal, que foram ao encontro. As questões relativas a Veias

---

<sup>1</sup> Pastor Ricardo Wangen veio dos Estados Unidos como missionário. Atuou por um bom tempo na pastoral universitária em Curitiba. Posteriormente atuou como docente de Aconselhamento Pastoral da Faculdade de Teologia, de São Leopoldo, hoje Faculdades EST. Era militante do Movimento Justiça e Não-Violência. Foi uma pessoa engajada junto a organizações das pessoas oprimidas. Juntamente com o pastor Godofredo Boll, de Porto Alegre, animavam o engajamento sócio-político dos jovens.

<sup>2</sup> Participação: o Surgimento da Consciência Sócio-Política na IECLB entre 1960 e 1975. São Leopoldo, Sinodal/IEPG, 1992, de. **Estudos Teológicos**, v. 36, n. 2, 185-187, 1996. Disponível em: <[http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos\\_teologicos/article/viewFile/824/753](http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/viewFile/824/753)>. Acesso em: 06 nov. 2015.

Abertas da América Latina<sup>3</sup>, esses temas assim a gente começou a ler e estudar. Elaboramos a seguinte estratégia: vamos organizar uma coisa assim tipo paraquedas, o pessoal vem de fora, vai participar de um encontro em recinto fechado. Era para ser na Fundação Evangélica de Hamburgo Velho. Nós vamos fazer todo um programa de inserção, já existia na época o projeto Rondon. Então, nós ajudamos a bolar isso; e para podermos organizar isso nós planejamos; era 1968, 1969. Fizemos caravanas pela IECLB, visitando grupos de jovens. Eu fui para Marechal Cândido Rondon; muitos outros foram para o Vale do Itajaí. Então, quem era evangélico, jovens estudantes de Porto Alegre, como Eric Ramminger e Ivo Ristow, também participava um estudante da sociologia da IELB, Eno Littig. Ele é professor na Federal em Porto Alegre. Também em 1969 eu conheci o Cechin<sup>4</sup>, com quem aprendemos o método Paulo Freire, mas na época não podia usar o nome dele. Tínhamos uma cartilha mimeografada, chamada método psicossocial. Porque era proibido pela censura e tal. Então eu aprendi com o Cechin, indo nas vilas. Então presenciamos a prisão do Cechin, a tortura psicológica que ele sofreu. A congregação queria mandá-lo para a Itália. Mas ele resolveu mergulhar nas vilas lá de Canoas.

**Entrevistador:** Ele comentou sobre isso na Comissão Estadual da Verdade, quando fez o relato.

---

<sup>3</sup> As Veias Abertas da América Latina foi escrito pelo escritor Eduardo Galeano, uruguaio, que também era jornalista. O livro se tornou uma referência anti-imperialista e anticapitalista. Continua uma referência para uma militância engajada contra o imperialismo.

<sup>4</sup> Irmão Antônio Cechin é uma referência importante no trabalho de base com o método Paulo Freire e a Teologia da Libertação. Foi preso e torturado. Conf. CECHIN, Antônio. A Igreja dos pobres. In: PADRÓS, Enrique et al (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional**, v. 2: Repressão e Resistência nos Anos de Chumbo. Porto Alegre; CORAG, 2010. p. 65-80. Irmão Cechin participou de uma audiência na Comissão Estadual da Verdade, onde historiou sobre o desenvolvimento da consciência crítica da Igreja Católica antes de 64. Foi preso e torturado, mesmo que o arcebispo conservador, Dom Vicente Scherer, em algum momento intercedeu por ele junto às autoridades militares repressoras. Trocou a possibilidade de estudar no exterior pelo trabalho nas vilas pobres de Canoas/RS.

**Werner:** Daí nós nos organizamos. A ideia era assim: Vamos começar com esses jovens de fora lá em Araras, perto de Petrópolis no Rio, onde a IECLB tem uma casa de retiro. Passamos uma semana numa área urbana e uma semana na área rural. Então quatorze dias antes, eles já estavam no Brasil conhecendo a realidade brasileira. Depois, viriam para Hamburgo Velho. Essa era a estrutura que nós tínhamos montado. Eu fui para a Faculdade de Teologia, em 1969. Então, antes disso eu já estava envolvido, pelo Instituto Pré-Teológico IPT). Poucos colegas se envolveram no processo. Levamos jovens que eram de Santa Catarina. Fazíamos encontros distritais. Aquelas caravanas animavam jovens sobre o tema, em Rio do Sul e em Brusque, onde fizemos vários encontros assim nos anos 1969. Como eu já tinha esse contato com o pessoal lá do IPT, então foram realizados encontros nas férias de janeiro e fevereiro por aí.

Então em 1969 eu fui para a Teologia. Mesmo sendo novato, fui escolhido como representante dos estudantes de teologia para o encontro mundial. O CADES – Centro Acadêmico Dr. Ernesto Schlieper aprovou a minha participação na delegação. Bom, daí nós criamos esse comitê de organização com o pastor Godofredo Boll e com Ricardo Wangen. Naquela época existia, na IECLB, o comitê preparatório da quinta assembleia. E tínhamos muita tensão com o Gottschald, pastor presidente de então, sobre o assunto que te interessa, tortura. Então, houve do ponto de vista dos jovens a estratégia de conversar direto com o pessoal de Genebra, que tinha como líder, ou principal organizador, um americano D. Bryan. E nós aqui vamos convidar Dom Hélder Câmara para um evento em Hamburgo Velho. Para nós ele seria o palestrante principal do evento. Dom Helder Câmara era visto como o arcebispo vermelho. Era necessário montar um sistema de segurança para protegê-lo. Então, aconteceu um primeiro choque. Mesmo assim continuamos o processo de conscientização dos jovens da IECLB. Provavelmente, lá no Arquivo Histórico da IECLB, lá na Faculdade de Teologia, existe esse material. Eu escrevi uma coluna apócrifa, agente 070, e ninguém sabia quem era o autor, e eu fazia sátira de coisas assim, inclusive a partir daí o Gottschald suspeitava que estava polemizando contra ele. E a leitura que a

gente fazia era muito mais estrutural da igreja, de que era uma estrutura autoritária. Aí Gottschald acabou convidando o Médici para fazer a abertura dessa quinta assembleia, que ia ser na Federal em Porto Alegre. E Médici, General Presidente, aceitou.

Então, começa a pressão internacional para transferir a quinta assembleia. E nós não sabíamos que eram de vários lugares o questionamento, inclusive a partir de Hamburgo onde o Benno Asseburg participou. Também jovens da Noruega, que tinham uma noção mais aberta, se manifestavam. Então era um pessoal que tinha uma abertura bem grande e estavam pressionando, dizendo que para esse país nós não vamos. E nós não tínhamos diálogos com esses grupos que estavam pressionando. Nós tínhamos montado um esquema que era o seguinte: a imprensa no Brasil seria censurada, mas o governo assegurou que a imprensa internacional não seria censurada. Então, como nós conhecíamos muita gente que vivia na clandestinidade, perseguidos, que eram da JOC, JEC e JUC e da ACO.<sup>5</sup> Nós falamos, então, em organizar um evento paralelo à V Assembleia, oportunidade para a TV internacional entrevistar as pessoas que estão vivendo na clandestinidade e que eram perseguidas pela ditadura. E, quando houve a transferência, isso caiu por terra, e lamentamos essa oportunidade de abrir uma janela a nível internacional. Mas nós não tínhamos como desfazer. E o curioso que seis semanas antes da V Assembleia, Genebra, que era sede da Federação Luterana Mundial, transferiu lá para perto de Genebra. E o encontro de jovens daí ainda não foi transferido.

O estranho foi isso, eles vieram e perguntaram para nós: vocês não querem fazer um encontro de jovens aqui, damos todas as garantias, podem fazer. Nós vamos provar para o mundo que o Brasil é um país democrático. Quem disse isso? O pastor Tornquist, que era o organizador do evento no Brasil e o pastor presidente Gottschald. Nós vamos provar para vocês que o Brasil é um país

---

<sup>5</sup> JOC – Juventude Operária Católica; JEC – Juventude Estudantil Católica; JUC – Juventude Universitária Católica; ACO – Ação Católica Operária. Esta última conheci de perto quando estudava pós-graduação em São Paulo, entre 1981-1985. Fazia reflexões bíblicas para tais grupos de operários.

democrático. Quer dizer, queriam montar uma caixa de areia para nós brincarmos. Daí, agora não dá mais; temos que transferir também. Então nós tínhamos uma máquina de telegrama, aquelas com fitas, na sede da IECLB. Forneceram este recurso para fazer leituras prévias de nossos contatos. Eles fiscalizavam muito bem as mensagens que a gente falava. Mas nós sabíamos que ele ofereceu para ficar controlando, e daí foi interessante que nós vimos que temos que transferir também. Transferimos o encontro de jovens para Evian.

Bom, mas eu não falei antes um ponto do encontro em Araras, das nossas inserções. E a outra metade dos jovens, mais de cem jovens, então uns quarenta, cinquenta, iam se encontrar na cidade do México. E iam fazer esse mesmo modelo, esse mesmo tipo de uma semana rural, outra no contexto urbano, em alguns países da América Latina, como, por exemplo, na Bolívia. Tínhamos vários esquemas montados, via igrejas e contatos. Estava muito quente essa questão no Brasil: o que é a ditadura no Brasil, o pessoal não entendia o que era a ditadura. Era uma questão muito incógnita a nível internacional. O pessoal não sabia e nada; achavam que a gente estava num regime policial. E a gente tinha que dizer; temos uma tremenda liberdade; vamos ao cinema quando a gente quer, não tem problema essas coisas.

Única vez que eu presenciei polícia na rua foi no Rio de Janeiro em 1969. Nós estávamos no Rio de Janeiro justo quando o Rockefeller estava lá. Vimos esses pelotões de choque, patrulhando aquele centro do Rio de Janeiro para evitar amontoado urbano. Os pelotões vinham, parece, varrendo as ruas, e os pedestres precisavam se espremer junto às paredes. Eram ruas estreitas. Outra vez que vimos repressão aberta, foi numa manifestação estudantes em Porto Alegre. Naquela vez apanharam da polícia, mas não vivíamos num estado policial. Então, o pessoal de Genebra disse que iriam convidar o Werner Fuchs e o Eric Ramminger para irem à cidade do México. Então, nós fomos escalados para ir para Araras explicar a realidade do Brasil.

Bom, com a transferência a IECLB teve aquela reação de revolta, de xingação, e o Conselho Diretor da igreja decidiu, quando estava reunido em São Leopoldo, na EST, para decidir se vai ou não se desfiliar da Federação Luterana Mundial. Se envia a delegação ou não, porque ainda tinha aquelas duas semanas pela frente. Ai nós falamos para o Gottschald que Genebra nos enviou as passagens: Porto Alegre, México, Genebra, Porto Alegre. E era não sei qual o dia, quinta-feira nós temos que embarcar. E o Gottschald pediu para esperar porque estavam decidindo sobre o posicionamento da Igreja. Eu falei com ele de manhã, mas o voo saía de tardezinha e tal aquela coisa. Aí eram duas e meia, três horas da tarde e o Conselho Diretor nada decidia. E o Gottschald tentando segurar, porque a tática dele sempre foi abafar, e de repente, explodia. Bom, acabamos embarcando. Chegamos no México dois dias antes do Tri campeonato mundial. Participamos ainda lá daquele encontro com os jovens que partiram para esse roteiro. E nós ficamos no México. Com a passagem de oito a dez dias para seguir para Genebra, porque nós não tínhamos roteiro para ir para a América do Sul. Aí nós estávamos lá. O Eric Ramminger conseguiu ingressos para o sábado à noite, a fim de para assistir o Tri: Brasil, ame ou deixe-o! O jogo da final era contra a Itália. E eu fiquei com um grupo de jovens mexicanos, mesmo a dois quilômetros do estádio Asteca, torcendo contra o Brasil porque eu expliquei o que o regime militar estava fazendo com esse oba, oba do tricampeonato. Mas não adiantou, foi 4 a 1 para o Brasil. Então não teve jeito, assisti numa tevê preto e branco ainda. Bom, mas aí o que nós fizemos naquela semana? Eu fui para Cuernavaca e encontrei o Francisco Julião.<sup>6</sup> Ele estava refugiado no México. Depois, um pastor presbiteriano nos levou de carona para Guadalajara, onde o Brasil tinha jogado semanas antes. Avisaram para voltarmos ao Brasil, porque o pastor Boll nos enviou um

---

<sup>6</sup> Francisco Julião Arruda de Paula, filho de camponeses bem situados, fez o curso de Direito em Recife. Fundou as Ligas Camponesas, embrião do MST. Foi cassado em 1964 e partiu para o México, onde faleceu. Regina Reyes Novaes fez uma pesquisa sobre as Ligas Camponesas e a participação de pentecostais. Seu livro *Os Escolhidos de Deus – Pentecostais, Trabalhadores e Cidadania*, 1985, revela a atuação conjunta de pentecostais e as ligas camponesas, no nordeste.

telegrama dizendo que a IECLB decidiu não enviar ninguém para Genebra. Só vão o presidente Karl Gottchald e o pastor Augusto Ernesto Kunert, para a abertura. E não voltamos para o Brasil, pois em Genebra, com aquela confusão toda, não enviaram as passagens para voltar ao Brasil. Então, embarcamos para Genebra e participamos do encontro de jovens.

**Entrevistador:** Vocês, jovens, eram ou não delegados para a Assembleia em Evian?

**Werner:** Na abertura V da Assembleia nós não éramos mais delegados, então nós fomos nas galerias, mas os jovens sabiam da fala do presidente da FLM o que falaria, porque a imprensa tinha vazado para os jovens. Sabíamos que ele falaria bem do regime brasileiro. Então, todos os jovens já preparados decidiram colocar uma tarja preta, e nós lá nas galerias, na hora que chegou aquele ponto que o presidente falou isso, nós também levantamos todo mundo também o braço com tarja preta. E aí o Ramminger e eu nos viramos para trás, e, surpresos, vimos a imprensa toda na mesma galeria. E no outro dia estava no Correio do Povo: dois jovens brasileiros, assim, assim e tal. Bom, não era difícil descobrir quem eram os dois jovens brasileiros. Então na volta, a gente decidiu esquematizar diferente. Até andamos de carona pela Alemanha, onde tínhamos contatos. Mudamos o bilhete via Genebra. Ramminger voltou via Roma eu voltei, via Lisboa. Separados, pensávamos em driblar um pouco a perseguição. A Varig cancelou o voo, permitindo que eu ficasse mais um dia em Portugal. Quando desci em Congonhas, em São Paulo, o Ramminger estava subindo a escada; sem problemas, ele veio para Porto Alegre e eu vim para Curitiba. Uma semana depois, fui para a Faculdade de Teologia em São Leopoldo.

**Entrevistador:** Antevias alguma reação da direção da Faculdade de Teologia ou da direção da IECLB?

**Werner:** Ao chegar em São Leopoldo recebi uma cartinha dizendo que estava suspenso. Era da direção da IECLB. Quem me entregou a carta era o professor Joachim Fischer, que era o diretor da faculdade na época. E exigindo sigilo e exigindo um relatório que eu tinha feito nesse período todo. O que eu tinha falado,



sobre as entrevistas a respeito do que era o regime militar brasileiro. O que falei para a TV em Evian. A Sibila Baeske, jornalista, estava lá também, a convite da comunicação de lá. Ela até acompanhou e nos incentivou a falar sobre o regime brasileiro. E também falei da IECLB, lógico, o que é a IECLB. Então exigiram um relatório. Fiz esse relatório, dizendo que posições havia defendido. Perguntei-me porque meu colega não foi convocado e só eu. Por que só eu sou perseguido? Fiz o relatório no prazo, de duas ou três páginas. Fui na sede em Porto Alegre, onde fui recebido por um trio que fazia um inquérito. Isso é em 1970. Foi em agosto de 1970. Aí me questionaram por eu ter dito que a IECLB é autoritária. Como você pode afirmar um negócio desse? Quando ia responder, vinha uma outra pergunta. Eu tinha quatro argumentos em minha defesa, mas não podia concluir uma resposta. Eram três que me perguntavam. Por exemplo, um argumento que eu tinha, que eu coloquei no papel também, é que o estatuto da Faculdade de Teologia tinha sido aprovado pelo Conselho Diretor em junho, no qual o Conselho Diretor não tinha mais nada que decidir na Faculdade de Teologia. Quem podia suspender um estudante ou expulsá-lo era o Corpo Docente, após ouvir o Corpo Discente. Na primeira oportunidade, o Conselho Diretor da Igreja quebra as próprias regras e me suspende, ainda sem prazo, isso não existe legalmente. Inclusive tem um debate no *Jornal Evangélico* no fim dos anos 1980, onde Willi Fuchs, que era do Conselho Diretor na época, que não houve expulsão. Digo, houve expulsão sim, porque não existe suspensão sem data. Você é suspenso por trinta dias, noventa dias ou coisa assim, e eu realmente fui expulso da Faculdade. Na ocasião, então eu usei isso como argumento para provar que o Conselho Diretor é autoritário, não é democrático, pois não dialogava e tal.

**Entrevistador:** E o Corpo Docente se posicionou?

**Werner:** Aí o desenrolar foi assim, o filho do pastor Gottschald era colega de turma no IPT. De fato, o professor Fischer apresentou isso para o Corpo Docente, que eu estava suspenso, mas exigiu sigilo. Como o Martin era filho do docente Lindolfo Weingärtner, e amigo de nosso colega, filho do Gottschald, o professor Lindolfo mandou um recado para mim: Fala pro Werner:

não precisa se preocupar, que se a igreja cortar bolsa de estudos, a gente arranja bolsa no exterior e ele vai continuar estudando teologia.

**Entrevistador:** O episódio da expulsão gerou debate entre os estudantes?

**Werner:** Coincidiu que o filho do Gottschald veio num jogo de basquete no Colégio Sinodal e sentou do lado do Martin Weingärtner e perguntou, talvez em nome do pai:- como é que está o estudantado? O pessoal está muito revoltado? Lembro que na época havia muita revolta de seminarista pelo Brasil. Lembro que na época tinha muita revolta de seminaristas, inclusive o seminário presbiteriano em Campinas foi fechado, pela ditadura. Então o Martin, blefou: - a revolta está grande. O filho de Gottschald era o único que sabia do caso, pois o assunto era sigiloso. Naquela altura, a comissão já tinha entregue para o presidente da IECLB tomar a decisão final e o parecer era de expulsão. Mas o pastor presidente ficou com medo e chamou o Corpo Docente para uma reunião na casa Sinodal. Daí o Diretor Joachim Fischer tomou coragem e disse: - é uma questão do Corpo Docente. Então, se ouviu o Corpo Docente. E fez uma reunião; está bom, é uma questão de o Corpo Docente expulsar ou não. Houve, também, uma assembleia do CADES, onde relatei toda a história. Vários estudantes se manifestaram discordando das minhas opiniões, porque o CADES não era ele assim todo de esquerda; tinha muita gente com pensamento conservador, mas diziam: discordo das opiniões do Werner Fuchs, mas eu defendo o direito de ele dizer o que ele pensa.

Harald Malschitzky e Nelson Kirst também leram o meu relatório, aquele que fiz para a IECLB. E viram o parecer da comissão de inquérito. Perceberam que era muito tendencioso, porque muitas coisas que falei poderiam ser interpretadas de várias formas. Eles chegaram na reunião com Gottschald, pois faziam parte do Corpo Docente na época, e desconstruíram aquela linha de argumentação que a comissão tinha levado para a direção da Igreja. Gottschald ficou inseguro. Permaneceu a decisão de que eu não seria expulso. Dois professores foram incumbidos de me

acompanharem, como orientadores, ao longo do estudo. Um deles era o professor Lindolfo Weingärtner. Então, mais tarde, eu soube que o Schneider, Secretário Geral da Igreja, tinha feito curso na Escola Superior de Guerra; e tinha carteirinha do Serviço Nacional de Informação - SNI. Mas acho que tinha mais pastores, mas ele era um dos que tinha feito, e pelo jeito ele tinha falado que ele tinha dito para o pessoal do SNI: olha, deixa esse cara com a gente; vamos dar uma prensa nele. Vamos puxar as rédeas dele, evitando que o DOPS o persiga. Então, dos males o menor. Eu fui perseguido pela igreja, mas não fui perseguido pelos órgãos da ditadura. Foi este o desfecho.

**Entrevistador:** A partir dessa experiência como seguiste na militância estudantil?

**Werner:** Nos dois anos seguintes, em 1972, fui eleito presidente do CADES. Em alguns momentos tive, como presidente, de tratar de assuntos com a direção da Igreja. Ficou a suspeita por parte do Presidente Gottschald de que eu tinha alguma coisa contra ele. Isto ficou assim desde aquela reunião na casa Sinodal, quando eu quis falar com ele, mas ele não aceitou a conversa. Depois de um ano teve que me aceitar como presidente do centro acadêmico. Então, negociamos intercâmbios. Por exemplo, o Emil Schubert foi estudar no Recife. O semestre feito lá era validade na Faculdade em São Leopoldo. Era no ITER. Roberto Zwetsch mais tarde foi para lá. Desta forma abrimos um horizonte para os estudantes conhecerem o Brasil.

**Entrevistador:** Já que estamos falando sobre o nordeste como local de intercâmbio, o Dom Hélder Câmara foi para a V Assembleia da FLM?

**Werner:** Dom Hélder Câmara não foi para Evian. Foi o Manuel de Mello<sup>7</sup>, líder da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo.

---

<sup>7</sup> O missionário Manuel de Mello foi líder incontestado de O Brasil Para Cristo, ramo brasileiro do pentecostalismo, fundando em 1955. Ele foi pioneiro na participação em movimento ecumênico internacional e em envolvimento político. Havia muita bajulação de lideranças do ecumenismo internacional a respeito do Manuel de Mello. Ele sabia se promover bem nestes espaços e angariar prestígio. A professora Beatriz

O Gottschald o levou, e o cara fez aquela “discursarada” melosa e sentimental, que vamos ser irmãos, etc. Com isto ele ajudou no esquema de costurar e não responsabilizar ninguém pela mudança da V assembleia. Sobre estes assuntos tem outras pesquisas como, por exemplo, do Lauri Wirth e outros. Até muitos usaram documentos que eu tenho e tal. Precisava fazer esta ressalva antes de continuar com outro tema, outro capítulo.

**Entrevistador:** No início tu falaste em dois capítulos. Vamos ouvir sobre o segundo capítulo. O primeiro, com a Igreja por causa da ditadura civil-militar e por que não dizer eclesiástica e empresarial. E o segundo capítulo?

**Werner:** O segundo capítulo foi direto com a ditadura militar, a partir de 1978, 1979, quando eu assumi a Comissão Pastoral da Terra, no Paraná, que era uma comissão ecumênica. Eu era pastor entre 1975 a 1978, em Concórdia/SC. Os colegas do oeste do Paraná me chamaram porque estava começando a desapropriação de terras para a Itaipu, e precisavam de alguém para ajudar os agricultores cujas propriedades estavam sendo desapropriadas pelo Governo Militar. Convidaram-me porque eu tinha bastante conhecimento da realidade dos agricultores. O pastor Gernote Kirinus e o estagiário de Teologia, Alfredo Maron, já estavam envolvidos na organização. Eles vieram me visitar. Disse a eles que estava bem em Concórdia, e estava aprendendo a ser pastor. Insistiram muito. Resolvi aceitar. Em Nova Estrela, interior de Concórdia, onde estava, não havia diferenciação social entre os habitantes. Não havia aquela separação de elite. Então era uma coisa bem homogênea. É claro, tinha o pessoal acorrentado na Sadia. Então, a gente começou a trabalhar essas questões, mas os desafios no oeste do Paraná eram bem maiores. Fui num encontro lá em Cascavel, onde fui nomeado coordenador, mas eu tinha que dar os noventa dias na paróquia ainda. Então eu me mudei em fim de setembro para o oeste da Paraná. Em 1978. E aí já tinha uma assembleia grande convocada na época pelo padre Valentim, de

---

M. de Sousa, minha orientadora do doutorado, havia feito tese sobre o pentecostalismo paulista por volta de 1970. Dela tive muitos relatos sobre a atuação internacional de Manuel de Mello e o seu suposto ecumenismo.

Santa Helena. Pastor Kurt Hatje era de Pato Bragado e Quirinus, na época pastor, tinha saído porque se lançou na campanha eleitoral, candidato do antigo MDB, em 1978, e foi eleito. Ficou entre as últimas vagas.

**Entrevistador:** Iniciaste a nova atividade com uma grande assembleia.

**Werner:** Então, tinha essa assembleia já em começo de outubro. Coordenei junto com os outros que eu mal conhecia. Mil e duzentas pessoas atingidas pela Itaipu, chorando as lágrimas e tal, e a gente conseguiu articular bem tudo isso. E exigimos uma reunião com o General Geisel. Mas não conseguimos conversar com Geisel, mas com o Ministro de Minas e Energia.

**Entrevistador:** Uma curiosidade, Werner, Geisel era luterano da IECLB?

**Werner:** É..., mas nunca se assumiu como luterano. A última briga que eu tive com o Gottschald foi essa: ele participou do pró-ministério em 1978. Ai ele veio dizendo que a gente não quer tirar vantagem pelo fato de o presidente da república ser luterano. Aí eu perguntei: onde que ele está inscrito como membro? E o Gottschald não sabia. Ele nunca se assumiu como luterano, nunca se inscreveu numa comunidade. Nós sabíamos pelo pastor Ingo Wulfhorst e pelo pastor Hans Trein, que atuaram na Igreja em Brasília, que ele não era inscrito em lugar nenhum, nem em Petrópolis, nem em Estrela. Então eu digo, a lei da Igreja é essa: para ser membro deve estar inscrito em uma Comunidade de fé. Então, os envelopes que eram entregues em Brasília eram em nome da Amália Geisel e Luci Geisel, mas nunca em nome do Ernesto Geisel. Então ele não era membro em lugar nenhum. Então, o Gottschald ficou de mãos abanando. O senhor não tem o direito de usar esse argumento que o presidente da república é luterano. Ser neto de pastor não garante, por si só, a filiação. Era neto do pastor Beckmann, de Estrela.

Bom, então voltando para 1979. Não conseguimos falar com Geisel. Mas conseguimos organizar o movimento dos atingidos da Itaipu. Estruturamos tudo. Em meados de 1980 estourou realmente o movimento; antes aconteciam somente assembleias,

comissões, conversa aqui, pressionando o INCRA para reassentar pessoal, etc. Em 1980 estourou o movimento. O pessoal acampou na frente do escritório da Itaipu em Santa Helena, quinze dias, e foi bem intensa a coisa. Sabíamos que o exército estava em alguma fazenda pertinho para descer e arrebentar com o movimento. Mas nós tínhamos uma boa relação com a imprensa local. Foi juntando gente cada vez mais. Começamos com oitocentas pessoas e em poucos dias já participavam três a quatro mil pessoas. E o Ney Braga, governador do Paraná, não teve coragem de descer lá. Nós o convidamos. Mas sobrevoou de helicóptero e viu todo aquele movimento. A partir daí ficamos visados mesmo. Organizamos tudo para os agricultores falarem. Mas, por exemplo, na segunda audiência que teve com a Itaipu, aí eu tomei a palavra e comecei a falar o que mais vocês estão pedindo? A gente tinha combinado com os agricultores cada dia que demorasse mais acrescentaria uma reivindicação a mais. Isto deixou os governantes furiosos. Os advogados da empresa eram treinados a ganhar no tapetão, e os agricultores nervosos. Então vamos fazer o seguinte: desfazer o tapetão deles. Cada dia que atrasa, mais uma reivindicação. Aí eu perguntei o que vocês querem mais? Querem incluir os atingidos no Paraguai também? Então, o pessoal decidiu marchar.

Na noite antes da marcha, tudo decidido. A Itaipu chamou os agricultores, mas não deixou entrar eu nem o bispo nas conversas. O bispo católico se chamava Olívio Fazza, já falecido, mas um bispo muito coerente, muito fiel, da Congregação Verbo Divino, lá de São Paulo. Por exemplo, vinha muito oportunista querendo tirar foto com ele, e ele respondia que não. Tiraram fotos e depois usam em campanha eleitoral dizendo ser meu amigo. Ele pressionou a Polícia Federal. Depois criamos o primeiro movimento sem-terra, do Paraná, com as pessoas que sobraram do movimento de agricultores, que foi o Mastro – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná. Inclusive porque eu dava carona para um velho, muitas vezes bêbado, porque ele morava numa fazenda no alto do morro que ficava assim entrando quase no Lago de Itaipu. Mas era fora do lago, chamada Fazenda Sete Pecados. Esse senhor era do antigo Master, do Brizola, do Rio

Grande do Sul, precursor do MST. Então ele me falava do Master, e eu falava do Mastro. MASTER foi antecessor do MST.

Aí nós criamos o movimento sem terra do Oeste do Paraná, em 1981, com uma velocidade incrível; em seis meses nós organizamos oitenta grupos, e só conseguia fazer reunião dos líderes, com três a quatro, em cada grupo de duzentos e cinquenta pessoas, reunidos em São Miguel do Iguazu, depois em Medianeira. Apresentamos um cadastro de seis mil filiados, para o INCRA conseguir terra para eles. O pessoal do INCRA ficava doido. Até 1982 ainda tinha o movimento da Itaipu, ainda tinha uma nova mobilização em 1982, mas a principal foi em 1981.

**Entrevistado:** A construção da Itaipu com o grande lago foi tomada quando?

**Werner:** O decreto foi em 1973. O governador Ney Braga foi relator no Senado, na calada da noite, num dia para o outro foi aprovado. O objeto da reivindicação era terra em outro lugar. Cedo eu era visado pelo SNI. Na época tinha um jornalista de Foz do Iguazu, Juvêncio Mazzarolo, que escreveu vários artigos e desceu o pau sobre a polícia de Foz, sobre seus desmandos. Inclusive apoiava o movimento dos agricultores. Chagamos a ficar, em 1981, cinquenta e quatro dias acampados em Foz do Iguazu. O pessoal ficou acampado em cima do trevo que dá acesso para a Itaipu e que dá acesso para o Paraguai. E aí tem histórias muito lindas. Até tenho uma coleção de textos assim de episódios, por exemplo: a polícia rodoviária me fala no final quando a gente levanta acampamento "Pastor, Deus estava mesmo com esse teu povo aí." Perguntei a razão de sua confissão. "Porque aqui a gente tinha um acidente por semana, e vocês ficaram cinquenta e quatro dias acampados, e não aconteceu um único acidente de madrugada, quando um carro se desgovernou, passando a um metro da cabeça de um cara que estava dormindo na barraca e bateu contra a árvore e ninguém se machucou." Era o chefe da polícia rodoviária que falou em Deus. Se você fala que Deus está com esse povo, quem sou eu para dizer não. Bom, vivemos momentos tensos, mas o movimento foi vitorioso. Só não levaram o que não pediram. Tudo o que reivindicamos, foi alcançado. Mas

os posseiros que sobraram não tinham tanto poder de barganha. Com alguns dos posseiros, membros da minha igreja lá, da paróquia que eu atendia, nós começamos esse movimento Mastro. E daí se criaram vários outros movimentos no Sudoeste também e tal. Em 1984 se criou então o MST, fundado em Cascavel/PR. Juntando o pessoal da Encruzilhada Natalino, do Rio Grande do Sul, e outros movimentos que já tinham em outros lugares do Brasil. Em 1985 foi o primeiro congresso.

**Entrevistador:** Tão importante quanto o apoio da Instituição Igreja foi a confiança dos colegas que te convidaram?

**Werner:** O convite dos colegas foi muito animador, mas também foi importante, em alguns momentos, a presença do pastor presidente Ernesto Kunert. Para mim o melhor período da IECLB foi o tempo do Kunert. Então, uma vez abraçando uma causa ele iria até o fim. Ele foi o único Pastor Presidente que me visitou na paróquia em 1980. Alguém o trouxe, almoçamos juntos e à tardinha ele participou de uma reunião em Marechal Cândido Rondon, do Conselho Regional da Igreja. Na ida, no carro, ele me disse assim que encontrou duas mulheres, ali na secretária da paróquia; uma delas foi minha confirmanda em Itati<sup>8</sup>, elas estavam angustiadas. Daí eu disse assim: que alegria encontrar uma ex-confirmanda! Estavam angustiadas com a questão da Itaipu. Este fato mostra a sensibilidade pastoral que tinha. E aí ele foi para aquele encontro e no dia seguinte tinha uma grande mobilização. Isso foi em 1980. O suinocultores se movimentaram em razão daquela que foi chamada peste africana. Na verdade foi uma artimanha para acabar com o porco preto. Um certo racismo com os porcos, mas na verdade era até uma artimanha para o pessoal consumir soja e assim por diante. E aí teve um protesto dos agricultores porque eles tinham investido nos chiqueirões e de repente o porco não tinha mais preço. Naquele dia teve uma

---

<sup>8</sup> A referência do pastor Fuchs a Itati se deve ao fato de que o entrevistador é daquela região, no litoral norte do Rio Grande do Sul, onde Augusto Kunert fora pastor, entre 1948-1955. Ele marcou profundamente aquele Vale e as pessoas, depois de muitas ausências pastorais durante e após o fim da segunda Guerra Mundial. Kunert influenciou muito a minha família, também pelo seu engajamento social e político.



grande celebração ecumênica na praça de Toledo, na frente da catedral que estava em obras. Pastor Kunert foi lá junto com o arcebispo e tal e fizemos um culto ecumênico. Kunert disse que tinha experiência com a suinocultura, pois como pastor administrador dos Asilos de Taquari teve que lidar com o assunto de criação de porcos. Nós também criávamos porcos e cada vez a gente ganhava menos; tinha mil e tantos porcos lá e não dava mais para sustentar o Asilo.

**Entrevistador:** Kunert foi pastor em minha terra, entre 1949 a 1955. Ele também se envolvia com projetos na área de agricultura, saúde e política. Foi vereador pelo antigo PTB.

**Werner:** Então, ele contava a experiência dele defendendo-nos, e nós conseguimos mobilizar uma resistência: bloqueamos os frigoríficos, por exemplo. Um, em Marechal Rondon e outro em Cascavel; e mais dois em Toledo e Medianeira. Mas quem puxou essa questão foi a Federação dos Trabalhadores da Agricultura. Mas ela queria só fazer um grande abaixo assinado e aquela coisa, e tinha um pessoal de Medianeira dizendo que nós não podemos deixar isto. Temos que fazer alguma coisa. Então, eu disse: - olha, vocês não vão almoçar. Porque depois do almoço era para ter a assembleia para decidir o que fazer, e tinha duas propostas ou abaixo-assinado ou trancar os frigoríficos. Aí vocês vão ter que se misturar no povo que está almoçando e fazer a cabeça do pessoal. Aí o líder da FETAG disse que era a favor do abaixo-assinado. E quase ninguém votou nesta proposta. Aí ele teve que colocar a outra opção em votação, que foi aprovada. Bloqueamos tudo por quatro dias. Durante quatro dias o grupo de Toledo conseguiu trancar o frigorífico da Sadia, e os caminhões esperando para descarregar frango e outros produtos para o porto. Daí baixou o exército, no sábado. Como estava indo para Toledo, lá o pessoal me perguntou: pastor, o que vamos fazer? Vamos conversar com a Polícia Militar. Fomos lá nos comandos da PM, que estavam cuidando da gente, e disse que o pessoal está assando carne para comer. E eles concordaram. Depois levantamos acampamento sem confusão.

Mas o Exército estava vindo de Guaíra, onde tinha desfeito bloqueios em Marechal Rondon. Aí nós ganhamos tempo, e eu fui falar com o bispo, que não estava. Então falei com o administrador da diocese, que cedeu a catedral que estava em obras, para a gente acampar lá dentro. E aí nós mudamos para lá. Às três horas o Exército rondou pela cidade, com sirene aberta e tanques, tudo o que você imagina do exército tinha. O comércio fechou as portas em solidariedade aos agricultores, aos suinocultores, mas o Exército baixou pesado. E daí, claro, como era conhecido como coordenador da Pastoral da Terra no oeste do Paraná, a situação pesou para o meu lado. Aí entra Kunert novamente. Quando o Quirinus criou o escritório da Pastoral da Terra em 1987, ele conseguiu verba da IECLB: carro e verbas para manutenção de um ano ou dois. E o Rodolfo Schneider, Secretário Geral, pagava direitinho. Todo o mês vinha um tanto de dinheiro; eu ainda peguei uma parte disso no final de 1978. E o carro também foi doado pela IECLB. Não sei se foi projeto do exterior ou coisa assim, mas foi bancado pela IECLB. Então, a IECLB entrou com mais recursos que a Igreja Católica; a Igreja Católica dava assim apoio logístico, diocese, telefone, mas o carro era dado pela IECLB.

O segundo capítulo tem desfecho aqui em Curitiba. Fiz mudança cá em 1985. Mas sai de Santa Helena em 1982, antes das águas subirem.

**Entrevistador:** Mas lá você não estava na paróquia?

**Werner:** Estava na paróquia de pastor. Eu assumi a CPT em setembro de 1978. Mas em março de 1979 vagou a paróquia de Santa Helena, e os colegas amigos da CPT diziam para mim: olha, você tem que arrumar uma paróquia. Nós não queremos criar uma superestrutura. Nós queremos que as igrejas comecem a se envolver nas causas sociais, então tem que converter as igrejas. Então, eu atendia a paróquia junto com o estudante de teologia Armindo Schmechel, que era estagiário. Nós atendíamos a paróquia Santa Helena com vinte e duas comunidades, em dois fins de semana por mês. Usava o carro da CPT e o da paróquia e fazia em dois fins de semana todos os cultos lá. Aí eles gostaram da gente, assumi em setembro de 1979. Casamos e fomos para lá.

E daí foi o regime de vinte dias por mês para a paróquia e dez dias por mês para a CPT. Bom, daí foi um desgaste de saúde muito grande. Imagina, num natal eu fiz dezessete cultos; estava num bagaço. Não consegui dar a volta na paróquia. E pedi licença porque tinha problemas nos olhos. Na ocasião veio o convite para fazer mestrado na EST. Estava resistindo ao convite, mas quando resolvi aceitar, me deu problema nos olhos e não consegui fazer o mestrado. Mas também eu disse para mim, tenho outras coisas para fazer. Fui para Maringá, em uma paróquia pequena. Na época (1984) eu ainda participei da sétima Assembleia da Federação Luterana Mundial em Budapeste. O Kunert viu que eu precisava tratamento para os olhos, e com a passagem eu fui antes e fiz uns exames lá na Alemanha. Participei da Assembleia. Voltei para Maringá, então a situação ficou complicada e tal, acabei sendo mandado embora da paróquia. Aí me mudei para Curitiba; fui pastor auxiliar aqui na paróquia do centro, e aí justo no primeiro congresso do MST. Era meio tempo na paróquia e meio tempo na CPT. Criaram-se várias situações tensas, e acabou não se efetivando mais minha presença aqui (Curitiba). Então, recebi o convite e fui trabalhar na EST, em 1987.

Mas nesse tempo em que eu estava aqui em Curitiba, nós recebíamos o pessoal de Papanduva, que é uma área que o exército entrou em 1963, antes da ditadura. Era uma área desapropriada para manobras do exército. Ainda era assinado pelo Marechal Teixeira Lott e pelo Juscelino Kubistchek. Aquele era ministro da guerra do Juscelino. Pertencia à quinta região militar. Também havia uma área desapropriada em Santa Catarina. Jogaram estas pessoas expulsas de lá na Praça de Canoinhas, porque estava terminando o prazo e tal e queriam desapropriar. Aí eles vieram para cá procurando apoio da gente. Era a época do Sarney. Bom, é uma história longa esta de Papanduva. Aí em 1986 houve uma manifestação, que foi a primeira grande manifestação dos vários movimentos dos agricultores, sindicatos, MST, que fizeram uma marcha aqui por Curitiba, a qual culminou na frente do palácio. Deram cinco minutos para a Pastoral da Terra falar. Então falei fazendo uma denúncia. Falou-se tanto de injustiça, mas tem que dar nome aos bois. Falei da Manasa, reflorestadora que

estava expulsando posseiros no centro do Paraná. E citei o caso de Papanduva, e disse o pessoal está no desespero; estavam negociando, mas não conseguem mais nada. Falei que a farda do exército está suja de terra roubada, que nunca foi indenizada. Já no sábado a minha frase estava na grande imprensa. E no domingo houve a marcha deles, mas eu tinha uma viagem para o Recife, nem fui para lá. Por exemplo, o bispo de Videira, Dom Luiz Colussi, foi lá e rezou uma missa e o pessoal marchou até na entrada daquela área. Tinha cerca de arame farpado. Não tinham coragem de entrar porque pelo lado de lá tinha pelo menos três mil soldados e uns oito tanques que deu para ver. Imagina isso em 1986! E aí ainda aconteceu um episódio quase cômico. Chegou um jipe e desceu um soldado para abrir aquela porteira de arame farpado, e tinha chovido, tinha barro e ele perdeu o chinelo de dedo no barro. A revista Veja fotografou, no outro dia estava na Veja. Imagina um soldado em serviço não usando coturno, usando chinelo de dedo! Gozação geral. Então o Exército ficou furioso e me fez um Inquérito Policial Militar. Não tinha advogado que sabia fazer IPM, porque IPM era dos anos 1970, 1971, 1972, que fizeram contra os presos, no forte da ditadura.

Mas existia um advogado que tinha ajudado um outro advogado e, por sorte ligado, a toda turma do PMDB, do Álvaro Dias. Então, esse doutor Nelson Olivas foi meu defensor aqui. E ele disse; ele tem a gravação e tem a transcrição da gravação, e eu dizia: eles vão entrar na área. Eles tinham transcritos “vamos entrar na área, vamos fazer isso”, como se eu fosse o cara que estivesse aticando. E aí o advogado me disse assim: nega, que não foi isso que você falou, e eu neguei tudo. Aí deu problema com a imprensa, porque ela tinha noticiado o que eu havia falado. A imprensa tinha sofrido perseguição. Essa Tereza, da Folha de São Paulo, ficou com medo que de repente vão processar a imprensa por ter inventado. Daí eu tive que falar com ela. Acalma-se. Foi orientação do advogado. Então fui condenado aqui em Curitiba.

A condenação foi em maio de 1987. Estava marcado e o próprio juiz, que tem um juiz togado e quatro juízes são oficiais militares. E o juiz togado chamou meu advogado perguntado a linha de atuação para livrar o pastor. O advogado estava confiante.

E na noite anterior teve um grupo que fez uma vigília; ficaram a noite inteira fazendo vigília. Foi uma solidariedade incrível. E ao meio-dia um ato ecumênico. Estavam presentes cinco bispos católicos, o Pastor Rudi Kich, representante regional da IECLB, um superior da metodista. Foi fantástico, e mais de duas mil pessoas. Nunca vi um ato ecumênico tão diversificado. Todos me apoiando. E o pessoal da auditoria militar ficou com medo; esse povo vai entrar e quebrar, então encheram de soldados. Então, saí do culto ecumênico. Os militares fizeram um corredor polonês. O julgamento foi durante toda a tarde. Aí o pessoal que estava ali dizia: mau sinal esta demora! O juiz togado viu que não tinha base legal para me condenar, mas para concordar na sentença fui condenado a dois anos de liberdade condicional. Uma semana depois tive que ouvir a sentença, e aquele juiz togado só pediu desculpa. Você pode continuar usando o púlpito, sim, porque é a tua profissão. E a imprensa especulou se tinham calado a minha voz, como fizeram para Leonardo Boff, e que não podia mais lecionar publicamente em nome da igreja e tal. Daí ele disse não, está tudo tranquilo. Só que na Justiça Militar você pode apelar, mas você não tem como apelar em liberdade. Você tem que cumprir a pena. Então, eu estava em liberdade condicional. Toda vez que eu viajava, eu tinha que me apresentar para o juiz.

**Entrevistador:** Quando vocês se mudaram para São Leopoldo?

**Werner:** Então, nos mudamos para São Leopoldo em julho de 1987. Um juiz de São Leopoldo ganhou a ordem de execução penal contra mim. Nas duas vezes ele se perguntou que coisa é essa! Não queria nem saber, porque já era Nova República. Depois de ir por um tempo toda a semana me apresentar ao juiz, ele mandou dizer para voltar só quando sairia do estado. Fiz uma viagem para São Paulo e Curitiba. Na volta fui me apresentar, mas ele não mais me recebeu. Mandou a secretária me avisar: diga para este pastor que não é mais para aparecer aqui. Mas ainda houve a apelação do Luis Eduardo Greenhalgh, meu defensor em Brasília. Apelamos duas vezes no Superior Tribunal Militar e fui condenado duas vezes. Eles não queriam deixar subir e não tinha argumento, porque tecnicamente foi assim: eu fui condenado por

difamação; difamação é quando você inventa uma história. Mas eu estava apenas denunciando com palavras veementes um fato verdadeiro; tecnicamente era isso. O próprio promotor militar me dizia que não tinha como me condenar. O pastor Schlieper, filho do ex-presidente Schlieper, ainda me acompanhou; até foi cômico porque eu não era acostumado a usar gravata. Só entrava de gravata. Mas daí foi interessante, fui condenado e o Greenhalgh fechando a cara. Tinha toda uma defesa linda e tal e nas duas vezes perdeu. Aí ele entrou com *habeas corpus*, porque eles não queriam deixar subir para o STF. Então, ele entrou com *habeas corpus* e quem me deu sentença foi o Francisco Rezeck, que logo assumiu o Tribunal Superior Eleitoral, na primeira campanha do Lula. Por isto, tenho a sentença dele, do Rezeck: absolvido por atipicidade, não sei que lá o que. Então, eu sou um dos poucos que conseguiu ganhar um processo contra o Exército. Alguns dizem que eu sou o último do regime militar e o primeiro da Nova República.

**Entrevistador:** As questões do roteiro já foram contempladas. Mas não posso deixar de perguntar sobre a relação entre a visão teológica de Gottschald e seu posicionamento diante da ditadura civil-militar?

**Werner:** Mas isso está ligado ao próprio Pastor Dohms; ele foi secretário do Dohms. E o Dohms fez carta de apoio a Hitler, telegrama de apoio ao Hitler. Então, isso tem a ver com a linha ideológica mesmo. Não é nem tão teológico, assim. Ideológica mesmo. Eu acho que é por aí. E o Gottschald sempre foi uma pessoa muito cautelosa. Ele nunca foi pastor de igreja, de paróquia, mas ele soube manobrar as estruturas. Volta e meia tinha uma posição pronta, porque a jogada dele era, por exemplo, ameaçar de pedir demissão. Aí sempre tinha alguém que acalmava os ânimos, a turma do “deixa disso”. O Dohms fazia a mesma jogada. Aí tinha um grupo já preparado; está bom, se ele ameaçar de pedir demissão nessa assembleia, nós vamos dizer, tá bom, então, vamos eleger outro. Aí ele descobria isso, e não pedia demissão. Então esse tipo de jogada ele sempre fez, sempre manobrou a estrutura da igreja. Ele era um político eclesiástico, mas teologicamente ele era uma pessoa que vinha com Novo

Testamento e pedia para a gente traduzir direto do grego. Ele puxava para esse lado assim exegético, mas nem se compara com o Schlieper; o Schlieper era bem diferente, nesse sentido, mais aberto à realidade da América Latina. Foi o antecessor dele. Agora esse episódio lá da quinta assembleia teve consequências positivas para a igreja. Isso dá para ver, por exemplo, em outubro de 1970, no Concílio aqui em Curitiba. Aproximadamente um terço era voto em branco. E aí ele começou a sentir a situação, e começou a ter aquela comissão de Responsabilidade Pública na Igreja e coisas assim. Então, a pressão, o abalo que a igreja sofreu na época abriu para esse lado de responsabilidade política e tal, culminou naquele documento “Quem assume essa tarefa?” e “Nossa Responsabilidade Social”.

**Entrevistador:** Como nasceu o teu engajamento sócio-político, de forma tão precoce?

**Werner:** Era uma questão mais pessoal. Meu pai sempre foi apolítico. Uma única vez, quando já era adolescente, eu vi ele lidando com livros antigos dele no armário. Descobri o livro de Adolf Hitler, *MeinKampf*, Minha Luta. Com a capa rasgada, inclusive. E eu nunca consegui falar com meu pai sobre isso. Meu pai sempre evitou conflitos. E a mãe? A minha mãe também sempre evitou conflitos. Eram de uma linha bem pacifista. Meu avô também, ele era de uma linha mais pietista. Ele veio da Alemanha, com a Associação Cristã de Moços-ACM, que nada tem a ver com aquele político do Nordeste... (risos). Eles eram desta linha na IECLB, e tinham muita amizade com a Igreja Batista sueca. Ele não tinha formação política, mas era engajado em cooperativismo. Isso sim, eu acordei como pessoa vendo ele fazer reunião com agricultores. Eu tinha uns treze anos e o acompanhava nas reuniões com agricultores. Ele organizou uma cooperativa de fumo, mas era contra o fumo; nem plantava fumo. Mas ele foi convidado, entrou na cooperativa e começou a diversificar, passando para descascador de arroz, e fazendo reunião. Ele assumiu com sessenta associados, no final eram mais de seiscentos sócios. Aí deram um golpe, ele teve que sair e se mudou para o Paraná. Além disso, meu pai participou das primeiras CEBs ecumênicas, que existiram, no Brasil, lá em Santa

Cruz. As reuniões aconteciam nas casas das pessoas, e o material usado tinha vindo da Alemanha; era traduzido.

Mas acho que influência maior foi lá no Pré-Teológico. Preciso reconhecer a influência do pastor Albérico Baeske. Pastor Baeske apareceu na memória, que fizeram lá no dia do ex-aluno. Por exemplo, ele motivou a criação do grêmio estudantil, com um departamento do jovem cristão no mundo atual. Ele me sugeriu como coordenador desse departamento. Era mais na linha da espiritualidade, voltada para o engajamento da realidade brasileira, porque Baeske era muito radical nas formulações dele; eu não concordava com tudo que ele dizia; eu brigava muito com ele, mas eu tenho que reconhecer que houve essa influência. Esse departamento é que fazia a ligação com a Juventude Evangélica do antigo Distrito Eclesiástico de São Leopoldo. Então, por exemplo, em 1965 a 1968, eu e o Breno Dietrich organizamos o primeiro congresso, um congresso de jovens na Floresta Imperial, que era uma área, na época, de operários, gente do interior. Região do calçado. E nós, por exemplo, nós não fizemos no estilo antigo, que era também o meu sonho para aquele encontro mundial de jovens. Convidamos o padre Martinho Lenz, na época professor de Realidade Brasileira, como palestra introdutória. Recentemente encontrei Pe. Martinho no Conselho de Segurança Alimentar. Então, o Martinho Lenz entrou na questão do Vale dos Sinos, na questão do calçado. Os participantes foram dormir na casa dos operários. Sebaldo Nörnberg era o pastor.<sup>9</sup> E aí no domingo, voltaram trazendo o que eles tinham detectado numa conversa num diálogo com essas pessoas. Algumas que não tinham nem banheiro, faziam as necessidades em fundo de quintal. Foi

---

<sup>9</sup> Sebaldo Nörnberg foi o segundo pastor a atuar na Comunidade Evangélica Floresta Imperial (CEFI), uma comunidade organizada no distrito Floresta Imperial de Novo Hamburgo, e ligada à Igreja da Ascensão, região central do município. Ele assumiu em 01 de março de 1963 e ficou até o ano de 1998. Foram 35 anos de trabalho, dos quais a maior parte foi dedicada à Associação Beneficente Evangélica Floresta Imperial (ABEFI). TEIXEIRA, Helio Aparecido. **Diálogos sobre a relevância social da Associação Beneficente Floresta Imperial - ABEFI**: a publicidade cívica da diaconia. São Leopoldo, 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2010. p. 38.



marcante para o pessoal, isso em 1968, e o Breno era o coordenador e eu era, sei lá, tesoureiro lá do Distrito. Como o Breno Dietrich nem conseguiu tocar aquele congresso, acabei eu tocando aquele congresso e ainda estava no último ano do IPT. Então, eu tinha essa ligação para esse lado mais social, a partir desse departamento jovem cristão no mundo atual.

**Entrevistador:** E o engajamento atual?

**Werner:** Estou numa Rede Evangélica, onde assumi a coordenação. Tratamos da agroecologia. Na verdade, é um tipo de assessoria de gestão e comercialização que eu faço. Sou um dos diretores administrativos internos. Na parte política tem mais dois três diretores que estão puxando, mas eu também entro nessa área. E aí, por exemplo, nós estamos entregando merenda orgânica, em mais de trezentas escolas do Estado e em mais ou menos cento e vinte escolas municipais. Trinta por cento da merenda escolar, por exemplo, deve vir da Agricultura Familiar. Além disso, eu estou no Conselho de Segurança Alimentar, em Brasília. A cada dois meses tenho reunião lá, e isso também vou entregar fim do ano. A minha esposa está aposentada, apesar que eu ainda não estou aposentado pela igreja. Mas a gente quer aos poucos reduzir o ritmo. Uma filha está morando na Bolívia. Tenho um irmão na África do Sul e outro na Alemanha.

Então, está na hora de ainda, enquanto puder fazer alguma coisa nesse sentido, mas uma coisa que por enquanto eu não pretendo largar é essa parte do óleo vegetal, que é uma coisa assim que caiu no meu colo no começo da Rede Evangélica e que eu abracei. É um pastor menonita que trouxe para nós. É um agricultor na Alemanha, que se juntou com quatro ou cinco, e compram um equipamento que extrai óleo vegetal, de canola, de girassol e assim por diante. Então, nós criamos o projeto aqui no Brasil, e com muitas dificuldades e tal. Acabamos criando uma cooperativa para fabricar os equipamentos porque ninguém quer fabricar para pequeno agricultor. Todos querem grandes usinas, biodiesel aquela coisa toda e nós mostramos que dá para inserir na cadeia produtiva do pequeno essa linha da auto-sustentabilidade, inclusive com biogás. Então, essa cooperativa é

de equipamentos ambientais e agora conseguimos desenvolver uma tecnologia para combater inço plantas invasoras com spray de óleo quente, para não usar mais do tal do glifosato, aqueles venenos terríveis. Precisamos tornar o equipamento vendável, por enquanto ele é só um prototipozinho de teste e nós temos que criar vários níveis de tamanho para pequeno, médio e grande. Precisamos de recursos; estamos atrás disso.

Ainda posso continuar por um tempo, mas é o que eu estou fazendo e ainda sou convidado de vez em quando para algumas palestras. O pessoal da alfabetização pela Bíblia me convidou para fazer uma palestra sobre educação, que eu tinha feito um texto sobre educação. O valor de uma ideia. Eu questionei, porque na Rede Evangélica nacional foi feito uma pesquisa, a maioria das entidades filiadas dizem que a solução no Brasil é a educação. E quando foi apresentado eu disse que os maiores corruptos foram os que tiveram excelente educação. Aí deu um choque. Discurso daqui, discurso dali, etc. Resolvi fazer um texto em cima disso, que a educação é atividade meio, não é atividade fim, e valores você não ensina, você cultiva valores; amizade você não ensina, amizade você cultiva, e assim por diante. Então eu fiz um texto, e o pastor Gilberto Estevão viu o texto e me convidou para fazer uma palestra. A partir da palestra já tem uma pessoa lá do Rio Grande do Sul, com quem estou em conversa. Ele é de Butiá, João Carlos de Oliveira, região do fumo, porque nosso projeto, na realidade, foi uma alternativa para o fumo. Então, esse João Carlos de Oliveira já está contatando secretário do município para introduzir a usina lá também; e o pessoal do MST, lá da região do arroz, estão interessados também, para tirar óleo do arroz. Então tem uma chance de uma boa expansão este ano.

## ENTREVISTAS

---

### MOVIMENTO ESTUDANTIL, EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Entrevistado: Hans Benno Asseburg

São Leopoldo, maio de 2014.

---

**Entrevistador:** Nós já estávamos conversando antes sobre a tua comunidade de origem e a vinda para estudar em São Leopoldo; tu consegues reconstruir a visão de mundo que tu trouxeste de lá?

**Benno:** Vou tentar. Vim para São Leopoldo, em março de 1957. Eu vinha de Witmarsum, da Colônia dos Menonitas, para onde os meus pais se mudaram em 1951 quando eu tinha 10 anos. Antes vivíamos em Curitiba. Lá em Witmarsum tínhamos uma situação bem precária. Era um assentamento, uma situação economicamente difícil. A luz elétrica chegou para lá só nos anos 70. Obviamente, a visão de mundo se orientava por um horizonte muito restrito, pois vivíamos praticamente isolados dos grandes acontecimentos do país e do mundo.

Em 54 eu era um menino de 13 anos, mas eu não fiquei sabendo que nesse ano estava acontecendo a Copa do Mundo e que nosso país estava participando como vice-campeão mundial. Lembro de que um dia, no caminho da escola para casa, eu conversava com um amigo meu da vizinhança sobre a aula de história. O assunto da aula tinha sido alguma guerra do passado. Lembrei que em casa os pais também falavam muito da Segunda Guerra Mundial. Que coisa horrível, falei para ele, ainda bem que isso já era, que hoje em dia não há mais guerras. Aí ele retrucou: - tem sim, e como tem guerra! Não sabes da guerra na Coréia? Ele

sabia, porque seus pais eram os únicos da nossa aldeia que tinham um rádio. Era um aparelho tocado por uma bateria de carro que, por sua vez, era recarregada por um cata-vento artesanal no quintal. Quando Getúlio Vargas se suicidou, a Colônia ficou sabendo um dia depois por um dos moradores que tinha estado em Curitiba no dia 24 de agosto.

São exemplos de quanto era restrito o nosso horizonte. Tudo era falado em alemão. Os Menonitas têm geralmente uma opinião política muito conservadora. Lembro-me que se falava muito da Segunda Guerra Mundial, do Hitler, que ele devia estar escondido na Argentina, e que essa história do massacre dos judeus era invenção. Que o comunismo era uma coisa horrível. Eles tinham emigrado da Rússia por volta de 1928-29. Minha mãe era menonita, meu pai luterano. Meu avô materno veio da Criméia, que hoje está novamente nas notícias internacionais. Era uma família grande – 14 filhos. Fugiram do comunismo, como diziam minha mãe e todos os outros moradores de Witmarsum. Tudo isto estava na minha cabeça, cheia de interrogações. Assim vim à São Leopoldo, para o Instituto Pré-Teológico<sup>1</sup>, ávido para entender melhor o mundo.

---

<sup>1</sup> Instituto de Pré-Teológico era uma escola para onde vinham crianças e adolescente a fim de fazer o antigo ginásio e segundo grau. A formação humanista, com muita ênfase na língua alemã, grego e latim visava a preparação para o ingresso no curso de teologia. Os estudantes viviam num regime de internato, sustentados pela IECLB e com recursos do exterior, principalmente da Alemanha. O prédio onde funcionou o IPT faz parte da Faculdades EST. O arquiteto responsável foi Theodor Wiederspahn. Outros prédios gaúchos foram arquitetados por ele. Situa-se no Morro do Espelho, em São Leopoldo. O livro de DROSTE, Rolf; ASSOCIAÇÃO DOS EX-ALUNOS DO IPT (Orgs.). **Instituto Pré-Teológico**: uma escola singular. São Leopoldo: Sinodal, [1997], apresenta muito bem o IPT. Dohms havia pensado a formação pré-teológica, conforme quatro pontos básicos. Primeiro, oferecer aos alunos uma formação humanista, provavelmente num sentido clássico; Segundo, manter um vínculo estreito com teólogos alemães; Terceiro, possibilitar para os que já atuavam em Comunidades, como professores em funções pastorais, uma formação complementar; quarto, oportunizar aos pastores recém-chegados do além-mar o contato com a realidade das comunidades. Este

**Entrevistador:** Quando tu entraste no IPT? Qual era a visão de mundo dessa escola naquela época?

**Benno:** Eu ingressei no IPT em 1957. Tinha 16 anos. Várias matérias ainda eram ministradas em alemão. P. ex. latim, grego, matemática, história geral. Minha maior dificuldade era o português. O professor nem me dava nota nos ditados, de tantos erros que eu fazia. Nos intervalos de aula eu procurava ler os jornais, até para melhorar meus conhecimentos de língua. Tinha que ser sempre com um dicionário ao lado. Eu ficava atento para às notícias a respeito Cuba: o perigo do comunismo, o revolucionário barbudo Fidel Castro. Essas coisas mexiam comigo e eu não sabia muito bem como enquadrar todas essas informações. Via os amigos, colegas meus, vibrando com as façanhas do Fidel Castro e eu ficava lá com aquelas histórias de Witmarsum na minha cabeça. Lembrava-me do que a mãe contava da Rússia, dos tempos horríveis de Estaline. Só mais tarde, na Faculdade de Teologia, consegui me formar mais na questão política.

**Entrevistador:** Benno, eu sei que não está no script, mas eu lembro de uma história que nos contaste sobre um professor do IPT, alemão, que fez críticas ao Hitler em sala de aula?

**Benno:** É, esse foi um momento marcante, que me levou a questionar mais, a perguntar, a ler e que abriu a minha cabeça. Foi numa aula de História Geral com o professor Hermann Krehl. Ele era também nosso professor de Grego e de Música. Era solteiro, sempre muito amável conosco e morava num apartamento do internato. Ostentava uma careca enorme e linda. E, assim, só nos referíamos a ele como “o Careca”. Aquela aula tratava da Segunda Guerra Mundial e, para ilustrar suas explicações, usava um epigrafo, lembra, aquele aparelho com o qual você podia focar a ilustração de um livro para projetá-la numa tela ou na parede. Pois bem, naquele momento ele estava projetando uma ilustração do front na Segunda Guerra Mundial, onde se via uma enorme mesa coberta de mapas e rodeada de generais e outros militares. O Führer Hitler estava no centro apontando com o dedo para um

---

projeto nasceu em Cachoeira do Sul, em 1921, e foi transferido para o Morro do Espelho, São Leopoldo, em 1930.

determinado ponto dos mapas. De repente, o professor Krehl parou de falar. Em silêncio, ficou olhando para a imagem por alguns segundos. E, ainda olhando para a imagem na tela, disse aquelas palavras que nunca mais saíram da minha memória: - Bem assim ele estava diante de nós. E ninguém de nós teve a coragem de puxar a arma e lhe meter uma bala na cabeça... Ele havia sido telegrafista da aeronáutica durante a guerra.

Aquilo me marcou tanto assim, porque colocava em cheque todas aquelas histórias sobre Hitler que eu escutava na casa dos meus pais em Witmarsum quando recebíamos visita de amigos de Curitiba e de outros moradores da Colônia. E mais, porque, além de vir da boca de um professor que eu admirava, senti que refletia um profundo conflito humano na sua pessoa. Era verdadeiro e sincero. Aliás, isso é uma das marcas positivas do educandário IPT: o fato de termos tido lá professores que tinham muita proximidade com seus alunos. Ou moravam no internato ou bem próximo, no Morro do Espelho. Não os conhecíamos somente pela sua atuação em sala de aula. Tínhamos como avaliar se aquilo que nos falavam vinha de sua experiência de vida ou se era somente matéria passada. Foi assim que aquelas palavras do professor Careca me marcaram muito. Levaram-me a ler, a pensar e a revisar toda história do holocausto da qual naquele tempo eu não tinha conhecimento objetivo.

**Entrevistador:** Havia outros professores no IPT de tua época que compartilhavam uma visão crítica ao nazismo, por exemplo?

**Benno:** Sim, mas foram poucos os que expressavam sua visão abertamente e quando o faziam era de forma esporádica. Lembro-me de um episódio durante uma aula de música com o professor Geyer, brasileiro, descendente de imigrantes alemães: Eu tinha um colega meu que também era de Witmarsum e sentava do meu lado. Ele trazia consigo aquelas coisas de veneração do Hitler e riscou na classe, que era de madeira, a cruz suástica. Quando isso foi descoberto pelo professor Geyer, este se apavorou e expressou seu repúdio abertamente perante os alunos. Levou o assunto para a sala dos professores e meu colega foi repreendido.

Em contrapartida, reinava no internato um clima de germanidade. A comunicação do dia a dia com os alunos era só em alemão. Isso, somado à importância que se dava ao ensino da língua alemã e comparado com o ensino dos outros idiomas, dava a impressão que os valores da cultura alemã, inclusive o idioma, formariam um patrimônio supremo, muito acima dos valores de outras culturas. O ápice foi a afirmação de um dos nossos professores de alemão, repetida várias vezes, dizendo: se algum dia não se pregar mais em alemão na nossa Igreja, esta deixará de ser igreja evangélica luterana.

Houve um momento marcante no meu tempo de estudo no IPT, que merece ser mencionado. Era época de eleições e um dos nossos professores havia se candidatado para vereador em São Leopoldo. Foi o Siegfried Dietsche, nosso professor de português. Eu achava isso muito ridículo. Como é que um professor pode se rebaixar para esse serviço sujo de política! Antes disso ele já era objeto de piadas porque era um homem muito peludo e entre nós o chamávamos só de “macaco peludo”. Quanto mais agora, fazendo parte da propaganda política!

**Entrevistador:** Não era alemão?

**Benno:** Não, era brasileiro, de descendência alemã, mas era um ótimo professor de português. Dava aulas muito boas. Aí tivemos uma aula com o professor Wili Fuchs, eu acho que a matéria foi educação cívica ou algo assim. Algum aluno comentou o fato do professor Dietsche ter se candidatado para as eleições ridicularizando-o. Então, o professor Fuchs perguntou se alguém sabia explicar o porquê da existência de partidos políticos. E qual seria a importância de um cargo político? Ninguém respondeu. Aí ele falou: Querem a minha opinião? Minha opinião é que todo o brasileiro deve optar conscientemente por um partido político. Só assim podemos contribuir com mais eficiência para a construção da sociedade. Porque o partido político é uma instituição organizada e baseada em leis para podermos lutar pela melhora de nossa vida em sociedade. Foi outro momento marcante para mim no IPT. A partir daí comecei a me interessar por política. Hoje

sei que o impulso inicial para minha conscientização política foi aquela aula de cidadania do professor Willi Fuchs.

**Entrevistador:** Quando ingressaste no curso superior em Teologia?

**Benno:** Foi em 1961. Havia concluído o IPT em 1959. Quando estava no último ano do IPT não quis sair direto para a teologia. Desde o começo não era minha opção. Fui convidado para ser professor. Existia uma lei – se estou bem lembrado era chamada “artigo 91” - que possibilitava a quem tivesse terminado o científico ou o clássico ser contratado como professor de ensino fundamental. Durante um ano exerci, então, a função de professor na Colônia Witmarsum. Depois desse ano não via possibilidades, por razões financeiras, de retomar os estudos sem a segurança de uma bolsa e pensei em voltar para São Leopoldo.

**Entrevistador:** Tu foste professor do curso primário?

**Benno:** Professor do primário, sim.

**Entrevistador:** Depois deste ano de magistério, voltas para São Leopoldo a fim de ingressar no curso superior de teologia?

**Benno:** Sim, comecei o curso em 1961, mas com muitas dúvidas quanto ao pastorado como um futuro profissional para mim.

**Entrevistador:** Em 61 já havia o movimento da legalidade no RS, sob a liderança de Leonel de Moura Brizola, governador do Rio Grande do Sul.

**Benno:** Exato, tudo isso eu vivenciei na Faculdade de Teologia.

**Entrevistador:** Havia tendências políticas distintas entre os estudantes de teologia? As tendências políticas seguiam orientações teológicas distintas?

**Benno:** Foi um tempo de muito debate, e muito fervor político éramos mais ou menos 45 estudantes. Quanto à política, estávamos divididos entre uma linha mais de esquerda e outra linha bem conservadora, mais ou menos 50% para cada lado. A ala



de esquerda era liderada por Breno Schumann.<sup>2</sup> Na eleição de Jânio Quadros essa divisão ainda não estava tão clara assim. Acho que foram muito poucos de nós os que não votaram no Jânio. Mas com o movimento da legalidade as opções políticas foram se definindo mais claramente. Na campanha da legalidade a Faculdade fechou durante uma semana ou mais. Fui para casa e fiquei acompanhando os discursos do Brizola no meu radio transistor.

**Entrevistador:** Em 61?

**Benno:** Sim, isso foi em 1961. Depois, em 63 e 64, já tínhamos criado o Centro Acadêmico que naquela época era dirigido por nós, linha mais de esquerda. Eu fazia parte da diretoria. Havia muito debate sobre a política de Jango e os ataques da direita elitista que se acentuavam. Enviávamos telegramas de apoio do CADES para outros centros acadêmicos e estudantes que estavam em greve. Mas isso era muito controverso e gerava uma tremenda discussão entre os estudantes. A linha mais conservadora era contra o apoio do Centro Acadêmico aos movimentos de esquerda.

**Entrevistador:** Como havia grupos divergentes e linhas teológicas distintas, como o debate político se sustentava nessas correntes de pensamento?

**Benno:** Havia um grupo bastante grande, tanto entre os da linha política conservadora quanto entre os da esquerda, que se orientava pela Teologia de Karl Barth. Para os da linha de esquerda, julgo eu, Barth convencia sobretudo pela sua defesa e fundamentação teológica da Igreja Confessante. Encontravam em sua teologia argumentos teológicos para fundamentar seu posicionamento político. Vários outros, inclusive eu, éramos adeptos da Teologia de Rudolf Bultmann. Esta não fornecia tanta sustentação para o debate político quanto o fazia a teologia de

---

<sup>2</sup> Breno Schumann tornou-se um pastor muito crítico ao sistema vigente. Morreu, em 1973, junto com a esposa, num acidente de carro, ainda muito jovem, quando era pastor em Juiz de Fora/MG. Era atuante no ecumenismo.

Barth, mas sua exegética de demitologização do Novo Testamento e sua metodologia histórico-crítica davam-me um embasamento mais convincente e racional para lidar com meus questionamentos da teologia tradicional que me moviam naquele tempo.

**Entrevistador:** Depois você vai para a Alemanha fazer doutorado?

**Benno:** Sim, concluí o curso de Teologia em 1965 e já, antes de terminar, fui encorajado pelo Professor de Teologia Sistemática, Harding Meyer, a ir para a Alemanha fazer o doutorado. Isso foi um tanto conflitante para mim, pois eu tinha ingressado na Teologia com uma grande incerteza a respeito de um futuro pastorado assumido por mim. Mas, como nunca recebia retorno do pastor-presidente do Sínodo de Santa Catarina e Paraná sobre minhas dúvidas dirigidas a ele em três cartas repetidas, fui adiando a decisão e, por final, achando que com a pós-graduação poderia futuramente atuar como professor de teologia sistemática. Entre a conclusão do curso e a data da ida para Alemanha fui atuar como pastor substituto. Fui enviado pela IECLB para a Comunidade de Indaial, em Santa Catarina, onde atuei durante três meses e, depois, para a Comunidade de Jaraguá do Sul, por seis meses. Essas duas comunidades tinham ficado sem pastor durante um ano. Assim, minha experiência pastoral foi trabalhar em comunidades que estavam esperando por pastores por muito tempo. Estranhei os muitos sepultamentos. Houve uma semana em que tinha que fazer 6 sepultamentos. Ao comentar esse fato com o presidente da comunidade de Jaraguá, ele me respondeu; - ó Pastor, o pessoal aqui se apavora ao imaginar que poderia ser enterrado como um cachorro. Quando, finalmente, chega um novo pastor, eles se acalmam esticam as canelas...

**Entrevistador:** E tudo em alemão?

**Benno:** Não, eu fazia cultos em alemão e em português.

**Entrevistador:** E os sepultamentos?

**Benno:** Também, mas esses eram na sua maioria em alemão. E aí tinha uma coisa interessante em Jaraguá do Sul, que naquela época eu não entendia. Eu tinha que dar aula de

catecismo para os confirmandos numa comunidade filial. Explicava o catecismo em português, mas eles não me entendiam. Tentava explicar em alemão, e eles continuavam não me entendendo. Fazia uma tremenda ginástica para explicar o Catecismo Menor de Lutero ora em português, ora em alemão. Mais tarde fiquei sabendo que aquela era uma comunidade de pomeranos. Eles falavam entre si o seu dialeto pomerano; hoje eu sei que é praticamente um idioma próprio.

**Entrevistador:** Então tu foste pra Alemanha em 1966?

**Benno:** É, em final de setembro de 66.

**Entrevistador:** Foste fazer doutorado em Teologia?

**Benno:** Doutorado, sim.

**Entrevistador:** Em Hamburgo?

**Benno:** Hamburgo, sim.

**Entrevistador:** O doutorado em Teologia estava dentro da Universidade pública?

**Benno:** Sim, ainda hoje faz parte da universidade pública.

**Entrevistador:** Católicos e luteranos estudavam juntos?

**Benno:** Deve ter havido também alguns católicos entre os alunos. Mas a maioria era luterana ou de igrejas protestantes.

**Entrevistador:** Naquele texto que tu me enviaste há referências de teu tempo de estudante no doutorado em Hamburgo. Naquele período circulavam ideias sobre o regime militar no Brasil?

**Benno:** Sim, sobretudo depois de 1968, quando houve uma forte politização dos estudantes com a revolução cultural e aqui no Brasil o regime militar tinha endurecido com o Ato Institucional nº 5. Havia na Faculdade de Teologia de Hamburgo um mural onde eram colocadas informações do Centro Acadêmico mas também recortes de jornais sobre assuntos teológicos e políticos na Alemanha e em outras partes do mundo: a guerra no Vietnã, repressão política na América Latina etc. Quanto ao Brasil, haviam

notícias sobre o regime militar, a tortura, sobre os presos políticos que eram resgatados pelos sequestro dos embaixadores. Vários deles foram para países da Europa e lá eram entrevistados por jornalistas. No mural estava tudo exposto. Certo dia, em abril ou maio de 1970, quando já se preparava a Assembleia Mundial Luterana, prevista para ser realizada em Porto Alegre, apareceu uma entrevista de imprensa do pastor presidente da IECLB, Karl Gottschald que estava de viagem pela Alemanha. Os jornalistas fizeram perguntas sobre a situação de repressão no Brasil, sobre torturas e a respeito das notícias sobre matança de indígenas. Gottschald respondeu que nada disso estava acontecendo no Brasil, que tudo isso era mentira e invenção da imprensa. Essa entrevista repercutiu muito mal entre os estudantes de Teologia e em geral nos meios eclesiásticos da Alemanha: O dirigente da IECLB que iria hospedar a Assembleia Mundial Luterana simplesmente ignorava a repressão política no seu país!

**Entrevistador:** As notícias chegavam na Alemanha pela imprensa, mas também por pessoas exiladas em razão da repressão aqui do Brasil?

**Benno:** Sim, depoimentos de pessoas exiladas também eram divulgados pela imprensa. Eu tive um amigo nessas condições: o pastor presbiteriano Zwinglio Mota Dias<sup>3</sup>, que também estava fazendo doutorado lá. Contou-me toda a história de sua tortura psicológica quando ficou preso no Rio de Janeiro em razão da perseguição de seu irmão que militava na guerrilha urbana e havia participado do sequestro do embaixador dos Estados Unidos.

**Entrevistador:** E repercutiu muito no meio estudantil a manifestação do Gottschaldt?

---

<sup>3</sup> Ivan Mota Dias, irmão de Zwinglio Mota Dias, é desaparecido político; consta na lista de desaparecidos políticos anexo à lei número 9.140/95. Presbiteriano e integrante da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Acervo** - Mortos e Desaparecidos Políticos. Disponível em: <<http://cemdp.sdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/239>> . Acesso em: 29 jul. 2015.

**Benno:** Sim, repercutiu muito. Tanto assim que o Centro Acadêmico chamou uma assembleia de todos os estudantes de teologia. O assunto principal era a manifestação do presidente da Igreja Luterana no Brasil e as perspectivas para acontecer a Assembleia da Federação Luterana em Porto Alegre. Acontece que a direção da Igreja aqui no Brasil tinha decidido convidar o presidente da República, que, na época, era o General Médici, para a abertura da Assembleia. Isso, naturalmente, exacerbou ainda mais os ânimos entre os estudantes. Os fatos, no seu conjunto, davam a entender que a IECLB era a favor do regime militar e da repressão. Isso levou á preocupação de que a realização da Assembleia Mundial em Porto Alegre fosse confirmar esse presumido posicionamento político da IECLB. A diretoria do Centro Acadêmico da Faculdade Teologia da Universidade de Hamburgo apresentou, então em sua assembleia, um manifesto apelando aos delegados da Igreja alemã que boicotassem a Assembleia da Federação Luterana Mundial em Porto Alegre. Muitas vezes manifestavam-se a favor do boicote. Walter Altmann e eu estávamos presentes e pediram também nossa opinião como brasileiros. Argumentamos então que não se deveria apelar para o boicote, mas sim, apelar aos delegados a ir à Assembleia e usar os holofotes mundiais para denunciar o Regime Militar e a repressão, visto que os delegados brasileiros não poderiam falar abertamente na Assembleia, sob pena de serem presos em seguida. Que os delegados das Igrejas do exterior vissem isso como sua missão cristã: denunciar a violação dos direitos humanos in loco e sob a mira da imprensa mundial. Nossa argumentação foi aceita e o Centro Acadêmico redigiu um apelo diferenciado mantendo, no entanto, a exigência dirigida ao presidente Gottchald de que ele se retratasse a respeito de suas afirmações sobre o Regime Militar no Brasil. Eu assinei o manifesto e depois fiz uma correspondência ao presidente Gottschald juntando uma cópia do manifesto e explicitando qual foi meu posicionamento na assembleia. Naquela carta também pedi desligamento do serviço da Igreja por outros motivos: a situação de saúde da minha ex-esposa e a minha decisão de optar por outra formação acadêmica.

**Entrevistador:** Na tua avaliação Benno, esse movimento estudantil organizado por vocês deve ter tido algum impacto sobre os delegados? Algumas delegações optaram pelo boicote da Assembleia no Brasil?

**Benno:** É difícil avaliar se teve algum impacto direto sobre os delegados. O manifesto foi publicado na imprensa, no Evangelischer Pressedienst e no boletim Doc Internacional e deve ter contribuído para a discussão na Federação Mundial Luterana sobre o planejamento da Assembleia. Em todo caso, logo depois houve a decisão de transferir a Assembleia para Evian, na França.

**Entrevistador:** Nas cópias de correspondências que tu me alcançaste, vi uma carta do teu orientador, Prof. Thielicke com o Presidente Gottschald a respeito do teu posicionamento político.

**Benno:** Sim, essa carta resultou numa discussão exaltada do Prof. Thielicke com a diretoria do Centro Acadêmico. Esta tinha levado o manifesto, que mencionei acima, para a reunião dos professores a fim de que fosse discutido e assinado por eles. Os estudantes da diretoria pediram que eu fosse junto para poder responder a eventuais perguntas sobre a situação política no Brasil. O Prof. Thielicke logo perguntou se tínhamos nos assegurado junto ao Pastor Gottschald a respeito da veracidade de suas afirmações veiculadas pela imprensa e nos acusou de estarmos nos baseando levemente em notícias da imprensa para colocar em maus lençóis uma autoridade eclesiástica. Ficou muito exaltado, disse que iria se informar pessoalmente junto ao presidente Gottschald, deixou a reunião e bateu a porta com um estrondo, tanto assim que eu achei: já era a minha tese (risos). Depois, quando recebeu resposta do presidente Gottschald me escreveu uma carta anexando sua correspondência com o mesmo para me mostrar o quanto sua argumentação na reunião dos professores tinha razão de ser.

**Entrevistador:** Qual era o tema de tua pesquisa para o doutorado?

**Benno:** Pesquisei sobre o entendimento da Prece na Teologia Contemporânea de Orientação Antropológica. Na tese elaborei a visão da prece nos principais teólogos da Teologia

Liberal no século XIX que vinha influenciada pela filosofia de Kant e na qual a secularização da vida social era uma temática central. Nessa linha teológica a prece não era mais baseada unicamente na ordem divina, mas procurava-se fundamentá-la também antropológicamente a partir da experiência humana. Descrevi essa visão a partir de Schleiermacher, Ritschl, Wilhelm Herrmann e delinee seus desdobramentos em teólogos da Teologia da Morte de Deus, no século XX, entre eles Paul van Buren e Dorothee Sölle.

**Entrevistador:** Concluído o doutorado, tu voltas ao Brasil para visitar pais e amigos?

**Benno:** Sim, em 1972, junto com minha ex-esposa.

**Entrevistador:** Podes contar um pouco sobre a notícia de que seu nome estava entre pessoas procuradas pela Polícia Federal?

**Benno:** Bom, viajamos desde o Nordeste, pelo Rio de Janeiro, Juiz de Fora, onde visitamos nossos amigos pastor Breno Schumann e Mariane, São Paulo, Paraná até o Rio Grande do Sul. Aqui visitamos outros amigos. Entre eles o Walter Altmann, na época pastor em Ijuí, e sua esposa Madalena. Na passagem por São Leopoldo marco uma audiência com o pastor-presidente Gottschald, para falar pessoalmente com ele a respeito da minha participação na manifestação dos estudantes em Hamburgo e para ver as possibilidades de manter o vínculo com a IECLB mesmo que fora do pastorado. Vou muito confiante para a entrevista na sede da Igreja, na Senhor dos Passos. Quando entro no gabinete do pastor-presidente sou recebido pelo Presidente Gottschald e pelo Secretário Geral, pastor Rodolfo Schneider. Logo ao ser cumprimentado, percebi um clima tenso e constrangedor. O pastor Rodolfo iniciou a conversa com a pergunta: Como você entrou no Brasil? Achei estranha aquela pergunta. Respondi: Normal, com meu passaporte. – Passaporte brasileiro? – Sim, com o meu passaporte brasileiro. Não tinha ainda outra cidadania naquele tempo. Ele insistiu: Por onde você entrou, pelo Rio de Janeiro ou por São Paulo? Respondi: Por Recife. Pois minha ex-esposa e eu tínhamos vindo de navio. Reagiu, então, com um Ahhh!!! Como se quisesse dizer “Ah então tá explicado!” E fez

outras perguntas. A assembleia da FLM já tinha passado. Mas ele quis saber sobre minha manifestação a respeito de Curitiba e Evian. Expliquei meu posicionamento, assim como já tinha feito nas cartas ao Gottschald. Depois nos despedimos. Achei que não tinha clima para mais conversa. Pensei, vamos deixar assim, depois volto para a Alemanha e vejo o que fazer. Mas achei muito estranha aquela insistência em saber de que forma eu tinha entrado no Brasil. Dias depois eu fui convidado pelo Pastor Bertoldo Weber<sup>4</sup> junto com alguns estudantes, amigos meus aqui de São Leopoldo. Na conversa com ele comentei aquele interrogatório do secretário geral da IECLB a respeito de minha entrada no Brasil. Aí o pastor Weber falou: Benno, tu não sabes que teu nome está numa lista que a Igreja entregou ao Exército? Nela estão nomes de pessoas da Igreja suspeitas de colaborar com a subversão. Eu disse: Não é possível! Pastor Weber insistiu: - Sim, sim eu vi esta lista, e toma cuidado que isso pode te causar dificuldades.

**Entrevistador:** Pastor Weber não mencionou outros nomes?

**Benno:** Não, não mencionou. Então, comecei a compreender o que estava por trás daquele interrogatório do secretário geral. Se aquilo que o pastor Weber acabara de me revelar era verdade, eu de fato teria dificuldades de sair do Brasil. Durante aqueles anos de ditadura todo brasileiro, para viajar ao exterior, tinha que ter um visto de saída que era expedido pela polícia da zona eleitoral do cidadão. O título de eleitor era um dos documentos obrigatórios. No meu caso, o visto teria que ter sido

---

<sup>4</sup> Pastor Bertholdo Weber atuava como professor de Filosofia e de Grego na Faculdade de Teologia. Foi pioneiro no ecumenismo e na luta pelos direitos humanos. Em suas aulas de Filosofia, quando eu era estudante, em 1976, éramos animados para o engajamento sócio-político. Mais tarde, depois dos estudos de teologia, pedi para gravar suas histórias a respeito do período da Segunda Guerra Mundial. Seus relatos destoavam da história oficial eclesiástica sobre o nazismo no clero luterano. A partir da aposentadoria envolveu-se profundamente nos movimentos sociais de São Leopoldo, especialmente nas áreas da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes e na ecologia. Faleceu aos 82 anos, quando ainda sustentava as suas utopias com paixão.



solicitado em São Leopoldo ou Porto Alegre. O próprio “Sargento” – era o apelido do Bertoldo Weber na nossa época de estudantes – me aconselhou a tentar conseguir o visto de saída em outro estado – “quem sabe no Paraná, já que vais passar por lá para te despedir dos teus pais” – com a desculpa de ter extraviado o título de eleitor e não ter mais o tempo viável para voltar ao Rio Grande Sul. Viajamos, então, para Curitiba, mas antes passei naquelas comunidades em Santa Catarina onde tinha atuado como pastor substituto antes de ir para Alemanha.

Quando chegamos em Jaraguá do Sul, fomos recebidos na casa pastoral pela esposa do pastor Spring e esta, ao contar as novidades, me diz: Bah! Benno, faz umas duas semanas que a polícia do DOPS esteve aqui procurando pelo Pastor Hans Benno. Aí eu me assustei e vi que tinha que ter muita cautela ao fazer o visto em Curitiba. Chegando à Colônia Witmarsum contei a história ao meu pai e ele me indicou um funcionário conhecido dele na polícia de Curitiba. Procurei o mesmo e este me disse que não iria conseguir o visto de forma alguma em Curitiba. Aconselhou-me a fazê-lo em São Paulo. Eu estranhei, pois achava que lá a polícia seria mais exigente ainda. Ao que ele me disse que lá as autoridades são mais flexíveis quanto à exigência do título de eleitor porque São Paulo não faz fronteira com nenhum país da América Latina. A explicação não me convenceu. Mas, foi o que fiz. E deu tudo certo. Consegui sair do país legalmente.

**Entrevistador:** Então, voltaste para a Alemanha em 72?

**Benno:** Sim em 1972.

**Entrevistador:** E ficaste quantos anos lá ainda?

**Benno:** Fiquei lá até final de 1983. Em 1972 eu já tinha sido convidado para assumir o cargo de professor adjunto no Departamento de Teologia Ecumênica e Missão da Universidade de Hamburgo, junto ao Professor Hans Joachim Margull. Lecionei lá durante uns 4 anos e depois pedi demissão porque não queria seguir a carreira acadêmica em Teologia. Fui trabalhar em Pão para o Mundo, na Cooperação Internacional o que me ajudou muito aqui quando mais tarde fui trabalhar no CECA. Em 1977 matriculei-me novamente na Universidade de Hamburgo e fiz

mestrado em Psicologia Social. Durante o curso trabalhei como orientador numa casa de estudantes de caráter ecumênico onde moravam em torno de 100 estudantes, metade alemães e outra metade estrangeiros.

## ENTREVISTAS

---

### DA ESCOLA COMUNITÁRIA ECLESIAL PARA A RESISTÊNCIA À DITADURA

Antônio Henrique Vitt

São Leopoldo, setembro de 2013.

---

**Entrevistador:** Como te aproximaste do processo de alfabetização de adultos que era promovido por uma organização clandestina que atuava na resistência ao regime civil-militar?

**Antônio:** Era um programa de alfabetização de adultos, apoiado na época pelo Instituto Brasileiro Agrário, IBRA. A gente foi selecionado, não me lembro como. Eles me acharam por meio deste curso realizado aqui na colônia, no galpão dos fundos da casa de Justino Engel, líder político local. Seu Justino Engel, velho petebista, era uma espécie de inspetor sob o comando da prefeitura de Torres. Depois fomos fazer uma semana de curso em Porto Alegre, onde nós tivemos num retiro em uma casa chamada Medianeira, acho que da Igreja Católica. Fiz curso para monitor. Tivemos aulas, e foi tudo preparado para a gente dar aulas para a alfabetização de adultos. A partir daí eles forneceram o material que a gente já tinha conhecimento lá dos dias de curso. Aqui nós arrumamos os alunos e a gente ficava dando aula. Funcionava à noite; não ganhamos nada por isso; era um trabalho voluntário, pra ajudar na alfabetização do pessoal, que não tiveram acesso às escolas. Como eu tinha um pouco de espírito de cobra participei dessa, porque a gente não leva nada ajudando os outros, só leva o que se aprende. Esta era a vantagem da participação. E através daí a gente entrou em contato com outro pessoal, foi vendo e dando instruções. E foi indo para um lado que até a gente não conhecia.

**Entrevistador:** Quando foi que vocês receberam essa formação?

**Antônio:** Isso foi em 68.

**Entrevistador:** Qual a tua idade na época, uns 15 anos?

**Antônio:** Não, não, eu tava com dezoito anos, eu sou de 50.

**Entrevistador:** E o grupo de estudante pra quem você dava aula eram pessoas mais velhas?

**Antônio:** Tudo pessoas mais velhas.

**Entrevistador:** Agricultores da região?

**Antônio:** Só agricultores da região. Daqueles alunos, já tem uma meia dúzia que morreu. Então esse pessoal veio mantendo contato com a gente, trazendo outros livros que a gente estudou. Eu até tentei botar mais dos meus alunos junto, mas não entraram no padrão, não se interessaram, pra ir nesse programa da organização. Então daí eu fiz vários contatos com eles; eu fui para Capão da Canoa onde tivemos mais preparação. Depois participei em Porto Alegre, no Sindicato dos Alfaiates, no centro. Tinha pessoas ligadas ao grupo de Porto Alegre que também já atuavam lá e quando vi eu tava no meio do grupo e eu gostei do assunto e segui em frente.

**Entrevistador:** Mas tu falaste, no início, que não sabes como chegaram a ti. Exercias alguma liderança? Quem te convidou? Quem te abordou pela primeira vez para atuar como monitor nesse projeto do IBRA?

**Antônio:** Eu não me lembro como foi certinho, porque eles buscaram gente da Boa União, Três Pinheiros, Sanga Funda, Terra de Areia, Porto Alágio.

**Entrevistador:** Tu lembra dos nomes de alguns?

**Antônio:** De Terra de Areia, eu falei com o cara, sexta-feira ainda. Ele trabalha na prefeitura; também lembro do Carlitos, da Boa União; outro que trabalhou, já é falecido, da linha Bernardes, não me lembro o nome dele agora.

**Entrevistador:** Mas tu estás falando dos líderes ou dos alunos?

**Antônio:** Dos alunos, dos colegas, dos alunos tinha uma filha do falecido Doro Santos, e o resto dos caras eu nem sei onde que moram agora. Tinha a Inácia, e o irmão dela, o Zeferino.

**Entrevistador:** E era um curso para aprender a ler e escrever, de alfabetização?

**Antônio:** Principalmente aprender a ler e escrever.

**Entrevistador:** E vocês tinham uma cartilha que alguém passava pra vocês?

**Antônio:** Tinha, eles deram todo o material, todo por cartilha. Quadro, liquinho, porque não tinha luz elétrica, giz, tinha tudo. Era completo. Era por folhas de cartolina de mais ou menos um metro quadrado com as letras do ABC. Primeiro aprendia as letras, depois começava com as sílabas E “A E I O U”, MA, MÉ, MI, MÓ, MU, e assim ia todo o formato das palavras e depois começava a formar palavras. Então a gente, através de caderno e tudo, fazia eles escreverem e formava as palavras, aprendia a escrever o nome, aí ia mais pra frente, mas era bacana.

**Entrevistador:** Vocês se encontravam à noite com pessoal; de dia trabalhavam na roça.?

**Antônio:** À noite, se encontrava à noite.

**Entrevistador:** Na casa, no galpão do falecido Justino Engel?

**Antônio:** No galpão do falecido Justino Engel. Inclusive tem os filhos dele que participaram da escola.

**Entrevistador:** O Nelci?<sup>1</sup> Hoje ele é presidente da Paróquia Vida Nova, nos bairros de Arroio da Manteiga e Vila Brasília, em São Leopoldo. Antes disto foi motorista da empresa Central. No

---

<sup>1</sup> Nelci Viera Engel era muito jovem quando acompanhou o curso de alfabetização na casa de seu pai, Justino Engel. Mais tarde, como motorista da empresa Central se tornou membro dos Sindicatos dos Rodoviários, onde teve uma participação importante. Hoje, 2014, é presidente da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana – Nova Vida, São Leopoldo.

período de motorista atuou como diretor do Sindicatos dos Trabalhadores de Transporte.

**Antônio:** O Nelci Vieira Engel não participou da escola, mas o Neri, o irmão dele, participou, o falecido Olávio, falecido José Baiano, José da Rosa, a irmã dele falecida também, Helena da Rosa. Manoel K. da Rosa, mora na Boa União que era aluno, falecido Valdir Justino, era aluno também, o falecido Nedir Mauer, hoje falecido, era aluno. Da família dos da Rosa, Hipólito da Rosa, a Zelina da Rosa, que mora em São Leopoldo.

**Entrevistador:** Mas esse processo visava só a alfabetização ou você percebia que tinha algo mais em termos de política que no momento não era visível?

**Antônio:** No começo não era visível, mas através do curso pela orientação que eles vinham dar pra gente e falar e às vezes participavam das aulas, daí a gente via que o negócio tava se encaminhando pra isso aí, e a gente também tentava orientar, eu tentei orientar os alunos. O falecido Nadir Viera Engel foi participar; daí foi comigo para Porto Alegre e se interessou pelo assunto. Não sei do motivo que ele se afastou.

**Entrevistador:** Nessa fase inicial de alfabetização já começou a aparecer a questão política de resistência ao regime militar?

**Antônio:** Contra o regime militar, com a tendência pra melhorar o país e o povo não ser tão torturado, né!

**Entrevistador:** O galpão pertencia ao senhor Justino Engel, que me parece ter sido do PTB, de Getúlio e de Brizola.

**Antônio:** É, é...

**Entrevistador:** E a casa dele foi escolhida em razão dele ser algum líder?

**Antônio:** Sim, mas ele sempre foi inspetor local. As prefeituras botavam os inspetores responsáveis pelo serviço de estrada, manutenção de estrada e tudo. Tipo o falecido seu avô, Eugênio Bobsin. Ele era ligado nisso. Era uma pessoa de referência no lugar. Dias de vacinação da localidade nossa, era reunido o

povo na casa dele pra vacinação, naquela época, contra febre, contra a gripe, eram sempre na casa dele.

**Entrevistador:** O nosso colega Nelci acha que a Dilma Rousseff esteve presente; você disse que ela veio te buscar pra uma reunião em Porto Alegre?

**Antônio:** Olha, eu não posso afirmar, pois as aparências das pessoas mudam muito. A guria que me veio buscar pra uma reunião em Porto Alegre veio especialmente de carro, era muito parecida.

**Entrevistador:** Quer dizer que ainda hoje lembrados traços da moça que veio te buscar para participar da organização que participaste mais tarde?

**Antônio:** Sim, pelo jeito da mulher, tudo, era parecida, mas não posso afirmar 100% que era, mas era parecida.

**Entrevistador:** Mas ela veio uma única vez te buscar ou ela era do grupo de orientação?

**Antônio:** Não, ela veio uma única vez me buscar, ela não estava no grupo. Tinha umas duas pessoas que davam as orientações, o nome de um era João e a outra era Terezinha.

**Entrevistador:** Mas isso era nome real ou nome já do movimento, tu não sabes?

**Antônio:** Não sei, mas eu acho que era nome real, e um dos monitores que estava junto, que participava também era o Antônio Lousada (Lousada era da Var-Palmares, como Dilma e o próprio Antônio) (Antônio faleceu no ano passado, 2014).

**Entrevistador:** Antônio Losada?

**Antônio:** Antônio Losada.

**Entrevistador:** Acho que este não vive mais.

**Antônio:** Acho que tem filho dele em Porto Alegre. Antônio Losada foi o principal assessor, que me levou pra esse movimento.

**Entrevistador:** Levou pra Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares?

**Antônio:** Sim, VAR- Palmares.

Entrevistador: Isso.

**Antônio:** O principal orientador meu foi o Antônio Losada. Tinha outras pessoas, mas daí já era nome de guerra e eu não sei quem eram eles.

**Entrevistador:** Do grupo pra quem você dava aula, daquele grupo, quem é que foi levado para essa formação em Porto Alegre. Foi você e quem mais?

**Antônio:** Eu e o Nadir Viera Engel.

**Entrevistador:** Nadir Engel, que mais tarde morreu em acidente de trabalho, como metalúrgico na Gedore, em São Leopoldo.

**Antônio:** Faleceu em acidente de trabalho, quando a prensa do torno fez uma lasca do ferro e atingiu o seu pescoço.

**Entrevistador:** Vamos falar um pouco desta formação política que vocês recebiam em Porto Alegre.

**Antônio:** Sim, a gente se orientava muito, tinha as aulas e tinha muita conversa com os líderes, tinha muita conversa, mas as maiores orientações, foi eu mesmo que participei em Capão da Canoa e em Porto Alegre, tive dias em apartamento no Capão.

**Entrevistador:** O apartamento em Capão da Canoa não pertencia ao Brizola?

**Antônio:** A casa que nós ocupamos em Capão tinha 24 ou 25 pessoas e era do Brizola

**Entrevistador:** Era do Brizola?

**Antônio:** Era do Brizola. Tinha certas pessoas que tinham acesso à casa. Nós viemos de Kombi, nos reunimos em Porto Alegre, e de Porto Alegre viemos pra Capão. Parece que foi 4, 5 ou 6 dias no Capão da Canoa. Só estudando.

**Entrevistador:** E qual era o ponto alto do estudo? Era a luta contra a Ditadura?



**Antônio:** Luta contra a Ditadura, tudo, tudo, tudo, inclusive como se defender e um projeto praticamente de guerra que foi montado ali.

**Entrevistador:** Nessa altura vocês já estavam vinculados a esta organização?

**Antônio:** Nessa altura o cara já estava vinculado à organização... pra trabalhar, formando como a gente se defender, como agir na rua, como proceder pra não cair na mão da polícia, tudo, tudo, tudo foi organizado.

**Entrevistador:** Lembra de ações marcantes da organização?

**Antônio:** Olha, uma ação marcante que eu cheguei a participar foi uma panfletagem que nós fizemos numa granja em Camaquã ou Tapes. Naquela região ali, que eu não sei precisar a fazenda, mas era numa granja, que nós fizemos a panfletagem. Eles estavam escravizando a turma que trabalhavam no corte do arroz Então foi uma das ações que eu participei, mas o grupo fazia muitas ações.

**Entrevistador:** Quais outras ações?

**Antônio:** A do sequestro de pessoas pra mandar presos políticos pra fora do país. Inclusive muita coisa já não era conseguido porque os militantes já não existiam mais.

**Entrevistador:** Quer dizer, o pessoal já tinha sumido, ou tinha sido preso, ou...?

**Antônio:** Ou preso, ou mortos, ou já tinham sido consumidos. A minha ação era de contato entre as pessoas e de fazer panfletagem em lugares públicos pra mostrar para o povo que o sistema estava errado.

**Entrevistador:** E vocês tinham orientação sobre o socialismo?

**Antônio:** Sim, nós escutávamos muito o marxismo e leninismo.

**Entrevistador:** Eram aulas dadas pra vocês?

**Antônio:** Eram aulas muito pregadas sobre a exploração do homem pelo homem, que o sistema capitalista faz.

**Entrevistador:** Sim...

**Antônio:** Um dos meus líderes, eu não tenho vergonha de dizer, era o Che Guevara. Para mim era um líder.

**Entrevistador:** As ideias dele eram ensinadas no grupo.

**Antônio:** Fidel Castro também. Eram as lideranças que a gente seguia. Até hoje admiro estes líderes.

**Entrevistador:** E por quanto tempo tu ficaste envolvido nessa organização em Porto Alegre, nessas ações?

**Antônio:** Em Porto Alegre eu fiquei atuando, fiz documento, tirei carteira de motorista e, em Porto Alegre eu fiquei uns seis meses parando lá, numa pensão ali no centro.

**Entrevistador:** Isso foi ainda em 67 e 68?

**Antônio:** Não, em Porto Alegre já foi em 70.

**Entrevistador:** Foi o ano que começou a arrochar?

**Antônio:** Foi o ano que veio a repressão do AI 5. E veio o pessoal de fora, inclusive acho que, segundo informações que a gente tinha da própria organização. Eles buscavam gente até dos Estados Unidos pra orientar a repressão, porque foi criado o DOPS, na época pra orientar a pressão para agir com mais inteligência na repressão.

**Entrevistador:** A VAR Palmares se envolveu no sequestro de um embaixador ou cônsul americano ou não?

**Antônio:** Eu tenho certeza que foi do nosso grupo, eu não sei quais foram as pessoas, mas a... aquela tentativa de sequestro no Bairro Moinhos de Vento foi do nosso grupo.

**Entrevistador:** Quer dizer que você começou o programa de alfabetização lá por 68.

**Antônio:** 68, entrou 69 e foi indo, foi evoluindo nas aulas e praticando...

**Entrevistador:** E então você saiu daqui e o programa de alfabetização durou dois anos?

**Antônio:** Não, foi um ano.

**Entrevistador:** Um ano, e depois você e o Nadir Engel foram para Porto Alegre receber esta formação e começaram a participar da organização em continuidade ao programa de alfabetização. Em Porto Alegre, vocês viviam do apoio da organização?

**Antônio:** Cama, comida, auxílio da alimentação e bem-estar.

**Entrevistador:** Atuaste na panfletagem e mobilização de rua?

**Antônio:** E mantendo contato entre os companheiros, porque hoje o nome que os partidos políticos usam, nós usávamos na época que era “militante” e “companheiro”. Naquela época ninguém usava estes nomes, isso surgiu naquela época, nos movimentos de esquerda, de vários movimentos que teve no país, Carlos Marighela e de outros lugares.

**Entrevistador:** O Marighela era vinculado à VAR Palmares?

**Antônio:** Não, esse era um grupo mais diferente. O Marighela era mais do Rio de Janeiro, mas era um grupo também ligado ao combate à ditadura.

**Entrevistador:** Daí você atuou em Porto Alegre até 70 e quanto?

**Antônio:** Atuei em Porto Alegre até os últimos jogos da copa de 70, até o fim da copa em Junho/Julho.

**Entrevistador:** Aí tu foste te desligando?

**Antônio:** Aí foi caindo muitos companheiros, foi caindo daqui e dali, apertou muito o cerco, então eu resolvi voltar pra casa e dar um tempo.

**Entrevistador:** O que acontecia com os companheiros que "caiam"?

**Antônio:** A gente perdia o contato com quem ia preso. Não tinha mais contato, simplesmente quando caía, desaparecia; não

tinha como o cara ver onde que estava, onde que não estava. Simplesmente saía do roteiro, da circulação, e daí na organização o que se comentava, ou não tinha mais contato entre si. Daí nós ficávamos comentando e tentando procurar, buscando todas as alternativas de procurar os companheiros por vários dias ainda em locais estratégicos que a gente marcava, e o cara quando não aparecia mais é porque algo tinha acontecido com ele.

**Entrevistador:** E tu lembras dos ‘nomes de guerra’ de companheiros?

**Antônio:** Tinha um cara que dava assistência pra nós, inclusive dinheiro, e o nome de guerra dele era Charles. Tem outros nomes que até eu esqueci. O meu nome de guerra era Xavier. E tinha outro companheiro, também em Porto Alegre, era um guri mais ou menos da minha idade, de repente era mais novo. Seu nome de guerra era João.

**Entrevistador:** E os contatos com os líderes do movimento? Lembra de alguns?

**Antônio:** Olha, as pessoas mudam muito de cara e eu não tinha muito contato com os chefões. Eu tinha um certo limite, como eu era mais novo na organização né, então eu estava mais ainda em preparação. Os cargos mais elevados eu não participava, como tentativa de sequestros, e outros meios de conseguir dinheiro, eu não tinha muito acesso a isto. Eu estava até avisado como eu tinha a ficha limpa e eu era um cara que a polícia não sabia, nunca tinha participado de greve. Não cheguei a esse ponto de comprar um carro pra trabalhar em ações; eu tinha carteira de motorista e não cheguei a esse ponto.

**Entrevistador:** E vocês moravam em pensões ou em casas de companheiros?

**Antônio:** Não, só em pensões. Algumas pensões tinham comida, outras não tinham. Só dormitórios. Então, comia em barzinho, tudo no centro de Porto Alegre.

**Entrevistador:** Você disse que tiveram aulas sobre Che Guevara, Lenin, Marx, e o objetivo era derrubar o governo e

instalar um outro? Vocês aprendiam sobre outros povos e formas de governo?

**Antônio:** Na verdade era assim. Agente comentava sobre Cuba.

**Entrevistador:** Regime Socialista?

**Antônio:** O Regime Socialista.

**Entrevistador:** Você ficou um período em Porto Alegre, e volta no final da Copa de 70 para casa. Tomaste esta decisão sozinho?

**Antônio:** Até inclusive depois eu cheguei a me encontrar com companheiros anos depois e eles achavam que eu tinha caído, mas eu estava aqui trabalhando na roça, voltei pra roça com meus pais.

**Entrevistador:** E certamente você aprendeu muito com essa experiência? Mais tarde você volta pra Porto Alegre em 76?

**Antônio:** Em 1976, eu voltei pra Porto Alegre, daí eu fui trabalhar de metalúrgico.

**Entrevistador:** Em que empresa?

**Antônio:** ALBRUS – Indústria e Comércio

**Entrevistador:** Uma empresa multinacional?

**Antônio:** Multinacional, que pertence aos Estados Unidos.

**Entrevistador:** O que ela produzia?

**Antônio:** Material de mecânica, autopeças.

**Entrevistador:** E ali você teve atuação sindical, alguma coisa assim?

**Antônio:** Não, eu participei da SIPA, da segurança, fui membro da brigada de incêndio, fui preneiro, operador de empilhadeira, e por aí, era tipo o cara que fazia tudo dentro da seção.

**Entrevistador:** E essa empresa obedecia às regras na área de segurança, tinha irregularidade constatada pela SIPA?

**Antônio:** Algumas, mas não muitas, como, por exemplo, falhas de parafusos, segurança no martelo e prensas, onde que era prensado as peças, porque eu trabalhava no corte de material e todas as peças começavam por ali que era parte da forjaria, então tinha deficiência em certas coisas que podia ser corrigido e tinha aqueles problemas de segurança já pelo povo não se organizar dentro, que não podia ter 3 ou 4 cara particular conversando sozinho.

**Entrevistador:** Os trabalhadores não podiam conversar em grupinhos?

**Antônio:** Não, não podia. Isso era sempre muito vigiado.

**Entrevistador:** Mas isso era decorrência do sistema da empresa ou era por causa do clima da ditadura ainda?

**Antônio:** Eu acho que era clima da ditadura. Não podia ter grupo, imaginavam greves, porque os direitos de greve, na época, eram cassados. Então nisso aí o pessoal tinha dificuldade, porque meia dúzia de caras contando piada, já eram visados porque os chefes de seção proibiam esse tipo de conversa dentro da firma.

**Entrevistador:** Então você trabalhou nesta empresa por quanto tempo?

**Antônio:** Quatro anos e meio atuando, sempre de noite.

**Entrevistador:** Até 80?

**Antônio:** É, eu saí em 80 pra 81, que eu saí dessa firma. Depois trabalhei dois anos e meio no transporte de ônibus, na antiga SOPAL, e depois voltei pra minha terra.

**Entrevistador:** E durante o tempo que tu trabalhaste no transporte coletivo, se envolveu com sindicato?

**Antônio:** Não, não me envolvi.

**Entrevistador:** Então, tu voltas pra casa em 80?

**Antônio:** Eu voltei em 83 pra 84, e voltei pra agricultura. Meus pais ainda viviam, inclusive voltei pra cá porque minha mãe era paraplégica e meu pai, meu tio que vivia com a gente, tinham problemas. Eu voltei pra cá pra dar uma mão pra eles e não me interessei mais pela cidade.

**Entrevistador:** E aqui, tu não teve nenhum envolvimento, comunitário ou partidário?

**Antônio:** Fiquei uns certos anos retirado, até... eu não me lembro certo os anos que nós criamos o Partido dos Trabalhadores aqui no município de Três Forquilhas.

**Entrevistador:** Isso já era 90, por aí?

**Antônio:** Isso já foi nos anos 2000. Criamos o Partido dos Trabalhadores dentro do município, inclusive fui presidente do PT, onde que eu consegui muita coisa pro município. Por exemplo, um colégio na Boa União, e aproximadamente 400 mil reais, que era uma verba conseguida através de Deputados Federais do PT. O Paulo Pimenta e Marco Xavier que eram do governo do estado. Era mais ou menos em 1998 por ali, foi do Governo do Olívio já. Eu e o meu irmão fomos os primeiros a votar dentro do PT no município. Fomos muito criticados.

**Entrevistador:** Que tipo de crítica era feita a vocês?

**Antônio:** A partir do “nunca vão chegar lá”, “vão sempre perder”, o Lula foi trabalhando de Presidente e a gente sempre votou nele até que ele ganhou, né. E era muito criticado.

**Antônio:** Criticado pelo povo ou pelos líderes políticos?

**Antônio:** Pelos próprios líderes políticos.

**Entrevistador:** Quem foram os partidos que governaram o município?

**Antônio:** Muito tempo foi PP e hoje através do PMDB e os aliados, esse partido novo do ex-goleiro do Grêmio, o PSD.

**Entrevistador:** E nesse período você teve uma posição de oposição aos partidos?

**Antônio:** Sim, sim.

**Entrevistador:** Como surgiu em ti, neste contexto conservador, a ideia de participar na organização de luta contra a ditadura? Quem ou que te influenciou aqui na colônia?

**Antônio:** A minha participação nisto aí, que eu tentei fazer isso mais foi porque eu era um cara pobre e tentei estudar e não conseguia uma bolsa de estudos. Então eu me achei meio injustiçado e resolvi levantar as mangas e trabalhar.

**Entrevistador:** Então tu tinhas um plano de estudar?

**Antônio:** Eu tinha um plano pra estudar, mas na época não consegui, mas pra mim foi muito válido todas essas participações aí, porque eu aprendi muito na vida, eu aprendi que o cara sempre tem que ter uma ideia pra não se deixar enrolar pelos outros e até hoje as pessoas pensam que enrolam o cara, mas o cara pode fazer que tá sendo enrolado, mas no fundo o cara sabe das coisas. Isso aí foi muito bom, eu aprendi muito nessa luta aí, e como funciona os sistemas do país e a organização de firmas e famílias e tudo. É uma escola da vida.

**Entrevistador:** E no teu ramo de agricultor e feirante, também a organização deve ser difícil, porque o pessoal deve ser muito individualista?

**Antônio:** Muito individualista. Se o cara não correr atrás dos seus objetivos, se pensar pela sociedade, tem algumas coisas erradas, o cara não chega lá.

**Entrevistador:** Vocês tentaram formar uma cooperativa aqui?

**Antônio:** Sim, nós somos sócios da cooperativa, meu filho também é - um assunto de família. Meu filho é sócio dela e o objetivo da COMAFIT é oferecer merenda escolar e organizar a produção dos agricultores. Vendemos os produtos para as escolas públicas.

**Entrevistador:** Quer dizer que ela recolhe os produtos dos agricultores e através de programas do governo chega aos colégios?



**Antônio:** Isso.

**Entrevistador:** E na tua avaliação esta cooperativa está alcançando os objetivos aqui?

**Antônio:** Começou muito bem, mas hoje já tem muita infiltração e não tá funcionando mais bem. Tem muita gente poderosa que se apoiaram entre si e os mais fracos tão abandonados, não participam...

**Entrevistador:** Por que os mais fracos estão fora?

**Antônio:** Não é levado e não é organizado um plano de plantio, que tem uma outra cooperativa em Osório que o plano deles é organizado. Cada produtor produz numa semana, noutra semana outro produtor está fornecendo, então tem as fases do plantio e as quantias, tudo bem organizadinho, e aqui não tá sendo organizado. Se alguém perde banana, o outro não tem banana o suficiente, então um está cortando as bananas tudo e o outro tá perdendo. O outro planta tempero, um vende o tempero todo e outro planta menos.

**Entrevistador:** Você falou que aprendeu muito nessa escola da vida e que aprendeu principalmente assim a suspeitar, ver os jogos de poder, ver as coisas que estão por trás. Hoje você atua no campo como agricultor e feirante, mas não tem mais nenhuma participação efetiva em alguma coisa, como partido político...

**Antônio:** Não, não, eu ainda sou filiado ao PT, mas não estou participando mais. Voto no PT, mas trabalhando como político, não pelo menos no momento.

**Entrevistador:** Por quê?

**Antônio:** Falta adesão nos partidos e também porque os partidos em municípios como Três Forquilhas e Itati são muito de familiares, então tem meia dúzia que o povo acredita neles, e o pequeno ficou difícil de trabalhar, inclusive por isso que o PT não emplacou aí, apesar de deputados terem trazido muitos recursos para colônia, mas o povo ainda não acredita. Tem programas familiares que foram feitos aí, inclusive de casinhas e nas eleições eles pregam que foram eles que trouxeram e não foi, os partidos

contrários, né. Os que estão no poder hoje no município não reconhecem que vem do Governo Federal, como o “Minha Casa Minha Vida”. Inclusive eu tive participação no Sindicato também, na criação do Sindicato fui um dos líderes, pra criar o Sindicato em Três Forquilhas. Criamos o Sindicato a fim de trazer mais recursos. O meu filho estava com o projeto de casas, “Minha Casa, Minha Vida”, com 25 casas e como o presidente do Sindicato era ligado mais ao poder da Prefeitura, só queria que a Prefeitura fizesse, não trabalhasse pro povo. Foi cancelado, não foi levado essas papeladas à frente e então não saiu nenhuma casa do município do projeto “Minha Casa, Minha Vida”. As casas que saíram foram feitas por um cara particular, que é o Valdomiro Machado, que participa do MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores. Essas casas estão sendo trazidas até hoje, mas de um cara que foi odiado pelos políticos. Não teve chance de trabalhar. Então ele tá fazendo particular, sendo que a Prefeitura, se ele quisesse, esse projeto “Minha Casa, Minha Vida”, ela podia fazer com muito mais facilidade que um particular, mas não fazem, porque eles querem sempre aquele conjunto de pessoas dependente da prefeitura, pra votar neles. Eles têm um grupo que ajuda com uma mixaria, uma Bolsa Família, uma bolsa alimentação, dão mais um dinheirinho lá na época de eleição pra comprar uns votos e manter os caras, porque se eles ganharem uma casa boa, geralmente não vão precisar mais.

**Entrevistador:** Quer dizer que eles fazem uma política pro cidadão não ter autonomia?

**Antônio:** Sim, para o cidadão não ter autonomia. Hoje nós temos estradas ruins no município. O que funciona mais ou menos dentro do município é a Saúde e Educação, porque é imprescindível que isso tem que funcionar, seja de quem seja, bem ou mal, mas é uma coisa que tem que funcionar. Isto não acontece na agricultura. Tem como sermos bem atendidos, e não somos, muitas vezes falta trator; tem trator pra um poder fazer suas roças e não tem pro outro... ou atrasa porque primeiro é feito pros compadres e quinze ou vinte dias, um mês depois que é feito pro cara que não participa lá dentro, que não é familiar.

**Entrevistador:** E você acha que esta política acontece no município vizinho, Itati, do outro lado do rio?

**Antônio:** Do lado de Itati, de repente tem uns 10 ou 15% melhor que não é tão familiar, como em Três Forquilhas.

**Entrevistador:** Tu és do tempo que a escola era no espaço da comunidade/igreja. Eu lembro que naquele tempo a escola era mantida pela comunidade e lembro por exemplo que sempre em duplas, a gente organizava a sala depois das aulas.

**Entrevistador:** Não tinha funcionário público pra isso. No término das aulas tinha a equipe pra fazer isso, no outro dia tinha outra equipe pra varrer a sala de aula, pra deixar limpo. Na época chamava os bancos de carteira também, onde que a gente sentava, bancos de madeira. Era usado uma casa que era um hospital velho, como salas de aula precárias. Também tínhamos aulas nos barracões da comunidade. Nós tínhamos aula num barracão aberto, também na rua.

**Entrevistador:** Quer dizer que era uma escola da comunidade. Depois ela se tornou uma escola pública. Nessa transição diminuiu a participação da comunidade na vida da escola?

**Antônio:** Em parte sim, porque, automaticamente os governos foram se organizando um pouco mais através da Secretaria de Educação e aí participou mais os diretores né, a partir de que foi feito o colégio novo, porque... quem trabalhou muito pra construir esse colégio foi o Pastor Fischer, né?! Porque o Fischer encaminhou, né! Ele fazia alguma viagem a Porto Alegre tentando recursos pra isso, acho que foi o cara que mais batalhou, né?!...

**Entrevistador:** O Pastor Fischer?

**Antônio:** Sim, o Pastor Fischer.

**Entrevistador:** Ele também teve na fase final da construção do Hospital do Vale Três Forquilhas. Eu vi uma foto da inauguração com ele celebrando.

**Antônio:** E acho que ele tava ali... O Hospital foi inaugurado em que época, entre 50 a 61, se não me engano.

**Entrevistador:** Eu vou descobrir isso... então também ali a comunidade teve uma forte presença, assim como na escola...

**Antônio:** Sim, porque o Hospital foi feito pelas comunidades em conjunto, os membros, inclusive da igreja Católica, da Luterana, do Vale Três Forquilhas, que era um projeto de todas as pessoas. Inclusive este era o nome do Hospital: Hospital Três Forquilhas.

**Entrevistador:** Mas a mantenedora era a Comunidade?

**Antônio:** Sim, a mantenedora era a comunidade, inclusive a Comunidade foi roubada várias vezes pelos médicos que levavam os remédios, as coisas tudo e desapareciam.

**Entrevistador:** Anos atrás a dívida com o INSS estava muito grande, e os responsáveis não assumiam, ficando a dívida para a Comunidade religiosa, que repassou o prédio para a prefeitura. Como é a participação da Comunidade?

**Antônio:** Tá quase zerada.

**Entrevistador:** O processo político não soube lidar com essa mobilização da Comunidade civil e religiosa?

**Antônio:** Perdeu uma grande força, inclusive isto, praticamente no desenvolvimento do município. A nossa região tudo que foi colonizado pelos alemães, não desenvolveu tanto como outras regiões.

**Entrevistador:** Mas aqui o poder público, mesmo quando era de Torres ou Osório, era muito ausente. Os prefeitos não se ocupavam com a agricultura?

**Antônio:** Não se preocupava muito, não.

**Entrevistador:** E você está dizendo que as administrações hoje também continuam com essa mesma política?

**Antônio:** Também continua muito ausente. Falta desenvolvimento, nós temos um rico potencial turístico, nós

temos a Rota do Sol passando do lado do município, temos a Cascata da Pedra Branca, tem um potencial de Pousadas e se hoje procurar uma pousada dentro de Itati e Três Forquilhas, não encontramos, não dá pra citar uma sequer. Uma coisa que a gente prega nas feiras e em outros lugares... nós somos conhecidos no Estado todo, pois fazemos feira no verão com caldo de cana, então é uma referência, hoje já, no litoral. O pessoal pergunta o que tem de bom, e o que a gente vai dizer? Tem tudo de bom e tudo que não presta, porque se vocês vão passear, não vou indicar vocês pra lá porque vocês não vão ter um lugar pra pousar. Vão ter que procurar uma casa de agricultor, particular e não sei se vai aceitar ou não.

**Entrevistador:** Mas voltando um pouco, falávamos que no passado a comunidade teve uma ação muito importante em mobilizar as pessoas pra fazer além da Igreja, o salão comunitário, fazer Hospital, cuidar da Escola... Quer dizer... isso foi a contribuição da Comunidade de Fé, comunidade religiosa. Hoje ela perdeu a força de mobilização. Ela não atua mais neste sentido até porque o poder público encampou tudo isso, mas não o faz mais no sentido comunitário. Isto ainda existia quando estávamos na escola. Um professor te ajudou a ter uma visão crítica?

**Antônio:** O Neri Knack que por muito tempo foi um dos professores que participava do CPERGS; ele foi dirigente do CPERS.

**Entrevistador:** De onde ele veio?

**Antônio:** Ele veio de Ijuí, mas a atuação profissional foi aqui. Era um professor que ensinava a liderança e com uma ideia meio esquerdista de conseguir as coisas pro povo. Ele era um professor bom, ele sempre me dava uma força porque eu era o mais velho e sempre tirava o primeiro lugar, nota 100 em redação. Esse foi um dos motivos porque eu fui depois ser professor naquele programa de alfabetização, e que me levou para a luta de resistência ao regime militar.

**Entrevistador:** Então a escola, que era uma escola da Comunidade Luterana pode ter te ajudado a dar outro passo para participar da organização.

**Antônio:** Sim, pra participar das organizações, o que eu não me arrependo de ter feito. Fazia hoje de novo, se eu fosse um pouco mais novo.

**Entrevistador:** Porque eu queria saber qual era a influência desta escola que era da Comunidade (Igreja)? Hoje, provavelmente, pode ser que estas escolas † não estão mais motivando o envolvimento como o nosso: as crianças tínhamos a responsabilidade de limpar a sala, de limpar o pátio, de cuidar de tudo. Não era o poder público que assumia. Eu lembro que aqui o pessoal não pagava o imposto rural, mas tinha o compromisso de limpar a estrada que também se perdeu depois disso. As estradas eram cuidadas em mutirão de agricultores.

**Antônio:** Se perdeu, mas era organização da comunidade que fazia tudo isso, parece que era 6 dias por ano que cada proprietário prestava pra sociedade, daí tinha um talãozinho, prestava ao município né, limpeza, abrir valos, conservação de estrada e era bem sucedido esse projeto que hoje devia ter ainda...

**Entrevistador:** Quer dizer que o poder público hoje assumiu, mas não envolve mais o cidadão?

**Antônio:** Não envolve mais o cidadão, mas também deixa de fazer.

**Entrevistador:** E nas ideias que vocês aprenderam de socialismo na organização será que esses valores que nós tínhamos aqui e que estão perdidos hoje seriam considerados?

**Antônio:** Eu acho que sim, porque eles aplicam lá, no Socialismo, eles aplicam desses valores; prova disso que nos países socialistas, praticamente não tem ninguém passando fome. E hoje a sociedade perdeu isso aí; se um pobre tá morrendo de fome e tem um capitalista do lado, este não se importa por ele. Pode morrer e lá não existe isso... se ele não é rico, mas ele também está bem vestido e tudo.

**Entrevistador:** Então quer dizer que a nossa vida comunitária, religiosa e social...

**Antônio:** Antigamente ainda era melhor do que hoje, porque antigamente todo mundo se reunia, todo mundo participava duma doação pra fazer uma festa, e daí se reunia lá, e não era tanto valorizado o dinheiro como é hoje e mesmo assim no tempo das vacas magras se construía Igreja, se construía salão, tudo, com os produtos doados pra fazer uma festa. Hoje, tudo é comprado. Tudo porque a sociedade parou de participar, então tem que ser tirado de uma festa os recursos pra manter.

**Entrevistador:** Então o processo político eliminou esse lado comunitário do Vale?

**Antônio:** Geralmente, no Vale eliminou.

**Entrevistador:** Eu concordo contigo, eu acho que a grande mudança nos últimos 25 anos no Vale foi justamente essa: nasceu um poder político que, na verdade, em vez de incentivar a comunidade, engessou a comunidade. Eu não sei se a nossa comunidade/Igreja puxasse alguns projetos, não sei se teria outro futuro.

**Antônio:** Acho que não!

**Antônio:** Porque a Comunidade tá dividida, tem gente de tudo que é partido, se tu vai mexer em alguns projetos coletivos os partidos talvez vão ser os primeiros a detonar esse projeto. Detonam, tenho certeza que detonam.

**Entrevistador:** Então a Ditadura e o Capitalismo tiveram sucesso, não foram as nossas ideias da organização.

**Antônio:** Tiveram sucesso. E outra coisa que eu, na nossa juventude nós tivemos um tipo de juventude... no tempo de 30 anos atrás... hoje nós temos uma grande parte da juventude perdida.

**Entrevistador:** Tu falas de juventude enquanto grupo de Igreja ou mais social assim?

**Antônio:** Mais social, porque hoje a juventude tá preparada pra fazer mais desordem que organização.

**Entrevistador:** Tu estás te referindo a estes movimentos que começaram no ano passado na rua, em 2013?

**Antônio:** Desses movimentos que começaram na rua e tudo. É que na nossa época nós não tínhamos quase drogas, hoje talvez uns 70% da juventude é drogada, que não dá pra conversar em público, o que hoje se refere como droga e então tem uma parte da juventude que parou de lutar por bem... e essa juventude perdida que vai ser o problema do país no futuro, eu acho que é uma juventude perdida... hoje é difícil conversar com um guri de 18 ou 20 anos que dá pra conversar que tem um diálogo com um pessoa mais velha... ele pode fazer uma conversa com outro guri, mas já não tá projetando futuro, não tá projetando nada, ele vai falar sobre televisão, internet ou filme e o que o cara encontra em internet e filme... bichinhos, fantasmas, figurinhas lá...

---

Em homenagem ao colega de primário, que me concedeu a entrevista acima, relembro de um outro líder camponês de Santo Antônio da Patrulha, João Machado dos Santos, que inspirou um hino do MST, como milonga de Antônio Gringo e Paulo Caruso:<sup>2</sup>

João Sem Terra, teu tempo chegou.  
Levanta tua enxada, faz dela bandeira de tua a  
redenção  
Do som do arado que abre as entranhas da terra.

---

<sup>2</sup> RETRATO DA REPRESSÃO POLÍTICA NO CAMPO – BRASIL 1962-1985. **Camponeses Torturados, Mortos e desaparecidos.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. p. 309. João Machado caiu na clandestinidade por ocasião do golpe militar. Atuou desde os anos 50 na luta pela terra. Em 1963, um ano antes do Golpe (Comissão Estadual da Verdade/RS) teve o seguinte período de limitação de pesquisa: 1961-1985). A perseguição aos grupos do Brizola antecede a 1964. Quando a presidência da IECLB ignora a tortura no Brasil, por volta de 1970, o faz por ignorância ou cegueira ideológica. No Rio Grande do Sul, a tortura aconteceu antes do Golpe de 1964 e logo nos primeiros dias do regime civil-militar. No cap. 4, Revoltas e Ocupações: a Ordem desafiada no Sul, p. 301-336, destaca-se um líder de Santo Antônio da Patrulha, João Machado dos Santos, que se tornou o João Sem Terra.



Faz hino de guerra, de pão e esperança.  
Que mude esta história antiga, contadas nas noites de chuvas.  
Em rancho de pobres, daqueles que lutam por uma vida melhor  
João Sem Terra, evoca o passado. Retorna no tempo e prega igualdade entre os teus irmãos.  
Levanta a tua enxada, faz dela bandeira de tua redenção.  
Aí hão de ouvir o teu grito de paz. E não andarás como cusco sem dono.  
Perdido nas terras do imenso Rio Grande.  
Vivendo Sem Terra no imenso Brasil.  
João Sem Terra o teu tempo chegou.

João Machado caiu na clandestinidade por ocasião do golpe militar. Atuou desde os anos 50 na luta pela terra. Em 1963, um ano antes do Golpe (CEV teve o seguinte período de limitação de pesquisa – 1961-1985). A perseguição aos grupos do Brizola antecede a 1964. Logo, se a presidência da IECLB, 1970, por ocasião da transferência da Assembleia para Evian, alega que não há tortura no Brasil, não faltou informação, mas sobrou cegueira ideológica. Havia no RS já antes do Golpe. Os militantes de esquerda estavam sendo perseguidos nas imediações da Rua Senhor dos Passos.

João Machado foi sequestrado, torturado e solto, várias vezes, pelos agentes do DOPS, sob acusação de estar traficando armas para os 12 acampamentos de agricultores sem-terra que existiam na época (p. 303). O mesmo não aconteceu com meu amigo de infância, Toninho Vitt, porque abandonou a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares por ocasião da Copa do Mundo, quando os efeitos do Ato Institucional N. 5, de dezembro de 68, começam a se efetivar em ações repressivas.

Numa certa altura da entrevista Antônio Henrique Vitt (e não Witt) refere-se a um líder da VAR- Palmares, chamado de Losada. O nome de Losada é recorrente nos depoimentos na CEV-RS. Na obra organizada em 4 volumes por Henrique Serra Padrós, professor da UFRGS, dá espaço para uma entrevista concedida por

Antônio Losada, para a jornalista Vânia Barbosa. Losada era um dos líderes de Antônio Vitt. Losada era sindicalista e ex-preso político. Em seu depoimento aparece a repressão aos trabalhadores, por exemplo, da Renner, provavelmente seus donos eram evangélico-luteranos. Na entrevista Losada fala da inspiração que foi a revolução cubana e da participação de Dilma, como uma jovem emprestada de Minas Gerais. Pela entrevista de Losada pode-se confirmar as informações prestados por Antônio Vitt. Parece tudo fechar. Na entrevista concedida pelo cantor e ex-líder político Raul Ellwanger, cujo avô foi presidente da CEPA por volta de 1955, as informações de Antônio Vitt, Xavier era o nome de guerra, conferem quase todas. Solicitei a Ellwanger a leitura da entrevista com Vitt, este membro da Igreja Evangélica Luterana do Vale Três Forquilhas.

## ENTREVISTAS

---

### POLÍTICA PARTIDÁRIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E VIDA PROFISSIONAL

Entrevista: Irmãs Mertz

Porto Alegre, janeiro de 2015.

---

#### OBSERVAÇÃO INTRODUTÓRIA

A presente entrevista só foi possível através da Audiência Pública da Comissão da Verdade/RS, no auditório da UNIJUI em Três Passos, noroeste do Rio Grande do Sul, na metade do segundo semestre de 2014. A audiência pública tinha como objetivo ouvir integrantes do Grupo dos Onze, criados por Leonel de Moura Brizola, quando deputado federal pela Guanabara. O ex-governador do Rio Grande Sul havia lançado um documento formulando a constituição do grupo dos Onze Companheiros ou Comandos Nacionalistas. Onze pessoas formavam uma equipe, como os 11 do futebol, e recebiam aulas pelo rádio, transmitido do Rio, pela Rádio Mayrink Veiga, para todo o Brasil.

A Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade/RS, em Três Passos, foi seguida por um ato da Caravana da Cidadania, do Ministério da Justiça. O ato público da Caravana pede, em nome do Estado Brasileiro, perdão pela tortura e repressão. É um ato bem formal, iniciando com o Hino Nacional e, por fim, entrega de um documento com o reconhecimento do Estado brasileiro do pedido de perdão. Foi nesta oportunidade que conheci a família

Mertz, de tradição luterana. As irmãs, filhos e filhas de Nereu Mertz, em homenagem póstuma, participaram do ato. Havia uma grande faixa em homenagem a Nereu Mertz. Sem a presença naqueles atos não teria conhecido a história de Nereu Mertz.

Cabe destacar que Três Passos, na época com cinco mil habitantes, foi tomada por um grupo de 21 pessoas, liderados por duas pessoas, uma delas era o Coronel Jefferson Cardin Osório. Ele deflagrou um movimento para derrubar, pela luta armada, a ditadura militar. A aventura suicida, assim comentada por companheiros de Brizola, foi até o Paraná, onde foi dizimada por cinco mil homens do exército. A ação deu nome ao Movimento Revolucionário 26 de Março.

**Entrevistadas:** Araci Mertz, Marli Mertz e Lori Mertz

**E1:** Eu sou Araci Mertz, moro em Panambi.

**F2:** Eu sou Marli Mertz, Três Passos e moro em Porto Alegre.

**E3:** Meu nome é Lori Mertz. Também nasci em Três Passos. Moro em Porto Alegre.

**Entrevistador:** Vocês são irmãs do Nereu?

**Marli:** Sim, somos irmãs do Nereu, que foi um militante político da época da ditadura. Foi preso e torturado.

**Entrevistador:** Ele foi vereador, eleito em 68?

**Araci:** Foi fundador do MDB e o vereador mais votado na época.

**Entrevistador:** Na cidade de Três Passos?

**Lori.** É, na cidade.

**Entrevistado:** Era formado em odontologia e atuava como dentista?

**Marli:** Dentista, exatamente.

**Entrevistador:** Alguém me falou que o pai de vocês participava do PTB?

**Araci:** inclusive, ele foi vereador pelo PTB.

**Entrevistador:** Como era o nome dele?

**Marli:** Silvino Teotônio Mertz. Morava em Esperança, que era um distrito de Três Passos e hoje se chama Esperança. Tornou-se município mais tarde.

**Entrevistador;** Então, o envolvimento político vem de uma tradição de família?

**Marli:** Sim, de família.

**Entrevistador:** A família de vocês tinha um envolvimento com a Igreja local?

**Araci:** Bom, assim... nós participávamos, né?!... Na verdade, naquela época não tinha nada pra fazer na cidade. Não precisava... (risos) então tinha que fazer as atividades no colégio, na igreja, mas o nosso irmão não participava.

**Entrevistador:** O Reneu não participava?

**Marli:** Não. O pai também não. O pai só ia nas festas da Comunidade. O pai só colaborava com a igreja, como todos. Sempre era aquela pessoa que dava suporte ao pastor; apoio, entende?! Para que a coisa funcione, porque naquela época era assim, a comunidade tinha que ter aquele núcleo que a mantinha no lugar; o pai era um líder na comunidade em geral. Envolvia-se com o funcionamento da vida da comunidade em geral. E da forma que ele foi um líder que construiu um hospital na comunidade. A igreja ele sempre ajudou, mas também a igreja católica. A nossa mãe era católica. Ele apoiava todas as religiões do local.

**Entrevistador:** E o irmão de vocês, fez curso de odontologia onde?

**Araci:** Ele fez uma parte em Passo Fundo. Como o curso na Universidade de Passo Fundo não era reconhecido pelo MEC, ele foi estudar em Santa Maria, na Federal, onde concluiu o curso.

**Entrevistador:** Ele enquanto estudante participava do movimento estudantil?

**Marli:** Participava.

**Entrevistador:** Voltemos ao assunto da participação na igreja. Vamos detalhar melhor.

**Marli:** Da questão religiosa, da vida de cultos?... Ele não tinha crítica. Mas ele ironizava muito, muito brincalhão, ironizava relacionando as palavras alemão e evangélico.

**Marli:** Eu acho inclusive que era uma coisa assim né, como ele já tinha uma outra formação, que ele tinha saído de Três Passos.

**Lori:** Ele já teve outros vínculos, participava de outros espaços.

**Entrevistador:** Ele estudou no colégio evangélico aqui em Três Passos?

**Marli:** Fez, fez o segundo médio em Três Passos.

**Araci:** Eu acho que alemães evangélicos priorizavam mandar seus filhos nos colégios evangélicos.

**Marli:** Ah, é isso era prioridade.

**Entrevistador:** Ele participou do movimento estudantil, e quando volta para Três Passos concorre a um cargo político?

**Marli:** Eu acho que as primeiras que ocorreram com o ARENA e o MDB, ele já era candidato.

**Entrevistador:** A ditadura deixou ocorrer eleições no âmbito municipal.

**Lori:** Não tinha eleição para prefeito, mas vereador tinha. Ele foi o mais votado. Parece que era em 1968, se não estou enganada.

**Entrevistador:** Mas a participação política dele foi além da função política institucional. Parece-me que ele fez parte de uma organização que dava suporte aos perseguidos políticos que passaram, pelo Rio Turvo, para a Argentina.

**Marli:** Sim, ele participava de uma organização chamada Vanguarda Popular Revolucionaria. Este foi o motivo da prisão dele e da cassação do cargo de vereador.

**Entrevistador:** Vocês se lembram de detalhes de sua prisão?

**Marli:** Ele ficou preso em Três Passos, no quartel da Brigada Militar. Depois foi transferido para Santa Maria.

**Entrevistador:** Mas ele foi preso em função de ser vereador ou em função da participação na VPR?

**Lori:** Por causa da participação na VPR. Apesar de como vereador ele incomodava um pouco. Tenho a impressão de que ele foi preso em março de 1970.

**Marli:** Que ele foi preso... eu não lembro...

**Lori:** Eu sei que foi em 70, sim, agora, tenho dúvidas se foi em março.

**Entrevistador:** Por quanto tempo ele ficou preso?

**Marli:** Um ano e meio, um ano e oito meses. Porque ele ficou provavelmente um ano preso aqui em Três Passos, na Brigada Militar. Também ficou preso no exército. É no quartel do Exército. Eu acho que eles estavam cassando o pessoal da VPR. Ele foi preso e torturado. Sim, ele ficou preso no Sétimo Batalhão, que foi criado quando foi instalada a Ditadura, os militares criaram o comando da Brigada.

**Entrevistador:** Na Comissão da Verdade recebemos um dossiê de um senhor que tinha conhecimento de um movimento de 1965, chamado Movimento Revolucionário 26 de Março. Tenho uma cópia do material que fala a respeito desse movimento. Era liderado pelo Coronel Jeferson.

**Marli:** É esse coronel que liderou o grupo. Eles saíram do interior, chegaram na cidade e tomaram a rádio, depois seguiram para Santa Catarina.

**Entrevistador:** Acho que eles subiram por Santa Catarina e foram dizimados no Paraná.

**Marli:** É isso aí?

**Entrevistador:** Vocês lembram se o falecido irmão falava sobre a atuação política e na organização?

**Marli:** Ah, isso a gente está tentando lembrar. Mas me dei conta, esses dias, à noite, que ele nunca falou.

**Marli:** Mas o Alberi Maffei, um amigo dele, na mesma época, falou de choque elétrico. Ele era estudante de Direito na época, e entrou para a VPR, quando estavam formando um aparelho. Essas informações ficamos sabendo mais tarde.

**Entrevistador:** Mas nem em casa ele comentava a respeito de sua atuação?

**Marli:** Não, nunca comentou. Nunca falou; era totalmente sigiloso. Ele não envolvia a família.

**Marli:** Não, não. Não sei se tu chegaste a conhecer lá em Três Passos um senhor, como chama aquele?! Acho que é Fortini.

Roberto Di Fortini. E Reneu tinha o consultório dele. Fortini auxiliava, fazia papel de auxiliar de nosso irmão. Lembro do dia em que Fortini chegou lá pra fazer o contato com ele. Eu estava com Nereu. Inclusive Di Fortini chegou e perguntou por ele, pelo Nereu. Aí fui lá chamá-lo: Ó, tem um senhor querendo falar contigo. Eles se apresentaram e foram pra uma sala que tinha no fundo, assim pra eles conversarem. E Di Fortini vendia jogos de cama, roupas de cama pra disfarçar. Então vinha arrumar a maleta e tal. Aquele foi o primeiro contato com ele. Depois foram aparecendo outras pessoas.

**Entrevistador:** Durante o período de prisão você foram visitar o irmão?

**Marli:** Sim, podia, lá em Três Passos.

**Entrevistador:** Também na prisão ele nada comentava?

**Marli:** Não, não.

**Entrevistador:** E o que a família pensava sobre a prisão de Nereu?

**Marli:** A família pensava que era assunto da imprensa, de que nosso irmão era comunista. O jornalzinho da cidade botou assim: terroristas, comunistas, elementos perigosos. Sabe, elementos perigosos, que era vereador; ele e mais um outro



vereador. A família ficou chocada. Deus do céu, eu pedi pra morrer! Não era possível, mas era verdade; meu irmão comunista, isto é perigoso! Mas assim aí ficou essa. Então a família ficou totalmente marginalizada. Imagina ser a família de um comunista na cidade!

**Entrevistador:** Na cidade surgiu algum movimento de apoio a ele, ou não?

**Marli:** Não, não. Tinha algumas pessoas, claro. O Dr. Fernando e o pessoal do Partido Comunista.

**Marli:** É, tinha urna rede de apoio. A esposa do Nereu tinha uma menina pequena, a Andreia. Tinha três crianças pequenas. Ela não tinha atividade profissional fora de casa. Ficou de uma hora para outra sem renda e o consultório fechado.

**Entrevistador:** Tiveram que fazer uma Rede de apoio?

**Marli:** Isso, uma rede toda de apoio. O mínimo tem que ter, a comida. Ah, também advogados abraçaram a causa. Felizmente eles fizeram contatos e tinham gastos para visitar ele em Santa Maria. Naquela época era tudo muito difícil por causa do ônibus. Hoje é tudo mais fácil. Tinha muitos gastos de viagem para Santa Maria. Foi uma época de penúria, assim... para a família. Numa dessas viagens eu fui junto.

**Entrevistador:** Quando ele foi solto, voltou a exercer o seu trabalho no consultório?

**Lori:** Sim, sim. Voltou à vida normal, como se nada tivesse acontecido.

**Entrevistador:** Ele volta em 72, por aí?

**Araci:** É, em agosto de 72.

**Entrevistador:** Foi julgamento Militar?

**Marli:** A família toda queria que ele saísse de Três Passos. Que fosse embora, já que um amigo, de Toledo, disse para Reneu começar uma vida nova em outro lugar. Mas ele não quis. Voltou para o seu consultório. Ele era muito comunicativo. Onde ele chegava, era festa. Ele tinha este carisma. Muita atividade com

futebol. Organizou um time, envolveu-se com carreiras. Envolvia-se em tudo; voltou para a política. Tornou-se vice-prefeito, pelo MDB.

**Lori:** Depois se elegeu prefeito. Sempre pelo mesmo partido.

**Marli:** Ele estava na Prefeitura, quando teve um infarto, e morreu. Morreu no exercício do cargo, em 1991.

**Entrevistador:** Ficou sequelas da tortura? Assim, psicológica, física talvez, não!

**Marli:** ficou um pouco surdo dos choques elétricos. Psicologicamente ficou diferente, um tanto desleixado com a saúde. Parece que ele não tinha mais paz. Não parava, sempre andando, agitado, mas sempre rodeado de gente. Fazia muitas festas. Bebia nas festas. Era muita ansiedade. Assim outras pessoas que foram torturadas, elas também tinham este comportamento agitado, sem paz. Ficavam totalmente inquietas.

**Entrevistador:** Para vocês, da família, a morte aos 50 anos guarda algum vínculo com o sofrimento da prisão e com a tortura?

**Marli:** Eu acho que sim.

**Lori:** Eu acho também.

**Marli:** Não se tratava. Parecia e parecia assim meio suicida, não é! Ele era hipertenso.

**Marli:** Certa vez, ele estava voltando pra Três Passos e, pararam num lugar onde estavam medindo a pressão. Quando mediram a pressão dele, pediram para ele não continuar a viagem; precisava ser medicado. Ah! Que é isso?! Ah! Ele não queria saber, saber das recomendações. Levou a vida dele assim, como se fosse uma roleta russa, assim, sabe? Ah, vamos ver! Ah, não vai me acontecer nada. E, ao mesmo tempo, ele tinha um medo incrível, ele tinha um problema crônico no joelho, que ele tinha que operar. Não, não vou operar, dizia ele. No fim estava mancando.

**Entrevistador:** Imagino a cidade de Três Passos como muito conservadora. Mesmo assim o elegeram como vice, depois,

prefeito. Esqueceram-se da acusação de comunista, da prisão, etc.?

**Marli:** É, é... é que ele tinha uma entrada incrível com os colonos e falava a mesma língua deles. Comunicava-se muito bem com os colonos, com os peões. Tentou ajudar a fundar um sindicato para um pessoal que trabalhava num frigorífico, para eles não serem explorados. Ele tinha um discurso que não era grotesco ou paternalista. Ele dizia: “vamos em frente!” Envolvia as pessoas.

**Entrevistador:** Voltemos um pouco para ver se vocês lembram do que se falava sobre a VPR?

**Marli:** Nunca falou da VPR, porque, olha... até aqui a gente descobriu que eles forjaram um discurso de que ele estava de inocente no fim da história, para o julgamento: É um cara do interior que entrou de gaiato, e tal.

**Entrevistador:** Esse era o argumento do advogado?

**Araci:** É, tanto que o Di Fortini não fez o depoimento de que Nereu havia participado da VPR, desde o início. Di Fortini sabia de tudo, mas o discurso era, e nós achávamos isto, como que nosso irmão era um coitadinho, que foi enganado. Foi enganado pelo pessoal da cidade. Este discurso foi colocado para toda a comunidade e para toda a família.

**Marli:** Ele era o querido da família, era querido de muitas pessoas, então não poderia estar com esses caras, porque na época também eles aceitavam essa vida, eles aceitavam o golpe, tinham medo do comunismo, como em Cuba e União Soviética. No fundo os militares assustavam o povo do interior. Nereu era um cara que estava na casa das pessoas, comendo o que eles comiam, sempre brincando. Então, uma pessoa desta não podia ser comunista! Foi criado um mito de que o cara entrou de inocente útil na história. Hoje, ainda dentro da família tem pessoas que dizem: Não, ele sabia o que estava fazendo. Não, na verdade, dizem outras.

**Entrevistador:** Compraram a ideia de que ele era útil? Um ingênuo?

**Marli:** Não acho que ele alimentava de que era um ingênuo. Como eu vim para Porto Alegre, ele me visitava quando vinha a serviço do município. Conversávamos muito, mas ele não falava do período da tortura, da prisão; a gente conversava e conversava muito, mas não falava desse período da tortura, da prisão dele. Falávamos do presente. Já tinha surgido o PT. Ele acreditava na história do MDB, que ele tinha criado, que era uma frente contra a ditadura.

**Entrevistador:** Se não me engano, a Clarisse Mertz, filha de Nereu, falou que a relação com a Igreja se mantinha por rituais, batizando filho e outros ritos. Clarisse disse que ouviu em família que entrou na igreja caminhando para ser batizada. Era uma brincadeira. Quando Nereu foi preso, a esposa estava grávida, ou algo assim. Só batizaram depois que pai saiu da prisão.

**Marli:** E foi a irmã da Clarisse que foi batizada um pouquinho grande.

**Entrevistador:** No tempo em que Nereu estava preso, quem atuava como pastor da Comunidade?

**Marli:** Ah... eu não me lembro... Era o W.?

**Entrevistador:** Era o pastor H.W.?

**Marli.** Parece que este é o nome dele, onde ele está agora?

**Entrevistador:** Está aposentado, mas não sei onde mora. Vou procurar saber.

**Entrevistador:** Acima alguém disse que havia uma escola evangélica vinculada à Comunidade. Vamos, pois, procurar mais informações sobre o contexto da época, quando ocorreu a prisão de Nereu. Qual a relação entre a escola e a política?

**Marli:** Uhum!... É um assunto difícil (Risos e olhares irônicos).

**Entrevistador:** Os diretores da Escola Evangélica foram escolhidos pela Mantenedora, que era a Comunidade Evangélica. E os prefeitos eram escolhidos por quem?

**Marli:** Os interventores na prefeitura eram escolhidos pela ditadura, para governar a cidade. Os diretores da escola evangélica se tornaram, em períodos distintos, os interventores na prefeitura.

**Entrevistador:** Quer dizer que os diretores passaram ao cargo de interventores?

**Marli:** Claro, foi isto que aconteceu. Tenho aqui, um livro a respeito de Três Passos, que revelam os nomes dos interventores. Dois deles vieram da direção da escola mantida pela Comunidade.

**Irmãs Mertz:** (Sussuros) Os nomes são Ivo Geuser e Egon Lautert. Está dito! Está escrito.

**Entrevistador:** Lembram-se de algum fato vivido na escola que pode nos ajudar a entender a afinidade com a ditadura?

**Marli:** Ah, sim, sim, muito interessante como é que eu aprendi ou descobri sobre o comunismo. Certo dia, o professor chegou e falou que em Cuba havia uma praça, na qual existia uma árvore que representava a fraternidade universal. Quando os comunistas tomaram o poder em Cuba, a primeira coisa que eles fizeram foi derrubar essa árvore. A praça era um mar de tranquilidade, de liberdade. Então chegaram os comunistas e terminaram com tudo. Mais tarde, quando acusavam o meu irmão de comunista, quase me dava um treco.

**Entrevistador:** Vocês tinham alguma formação política para não engolir tal história?

**Marli:** (Risos)... É, não, mas aí é muito louca esta história, né?! , porque a gente não teve formação política nenhuma. Talvez porque éramos mulheres ou porque nós éramos desinformadas. Vivíamos no interior, porque eu realmente comecei a me interessar politicamente, assim, quando eu vim pra Porto Alegre.

**Entrevistador:** Muito obrigado!

**Marli:** Eu quero dizer algo mais: Em 1971 eu trabalhava lá e daí, com essa história da prisão do meu irmão, a comunidade se fechou muito. Porque a gente estava lá e, de repente, cheias de amigos, e, de repente, não tinha mais amigos. Na época gostávamos muito de bailes (risos). Quando a gente ia aos bailes,

os rapazes nos isolavam, porque tinham medo de dançar com a gente. Espalharam uma onda de terror, deixando as pessoas com medo. Não éramos mais bem vistas. A gente conseguia dançar com nossos amigos da Brigada Militar; éramos amigas deles antes de acontecer isso com o nosso irmão. Mesmo assim, a gente ouvia a pergunta: Mas escuta, teu irmão é comunista mesmo? Ficavam perguntando coisas assim. A gente se constrangia. Decidi, de vez, vir para Porto Alegre. Depois veio a outra minha irmã. Vim estudar História Econômica na UFRGS. Daí comecei a ter noção de política. O Valter Fischer e a esposa, que eram da nossa Igreja, amigos de lá, nos encontramos aqui.

**Entrevistador:** Seu irmão tinha pretensões de carreira política?

**Araci:** Provavelmente, o partido parece que tinha planos maiores para ele.

**Marli:** O partido é... tinha intenção de que fosse candidato a deputado. Acho que ele nunca abraçaria esta proposta. Mas, quando vínhamos com ele de Três Passos a Porto Alegre e nas viagens de volta, em qualquer posto que ele parava nesses 500 quilômetros, sempre tinha um amigo, um conhecido.

**Entrevistador:** Se vocês querem dizer algo que ainda não foi dito, temos tempo para tal.

**Marli:** O Raul Ellwanger é nosso amigo. Ele foi da VPR, como o nosso irmão. Dilma também estava ligada a essa organização. Dilma foi minha colega de trabalho, na fundação de Economia e Estatística. Ela contava muitas histórias de sofrimento. Tenho muitas lembranças daquela época.

**Entrevistador:** Seria interessante contar a história da VPR.

**Entrevistador:** O irmão de vocês ainda é lembrando em Três Passos, já que as Comissões da Verdade enfatizam a memória?;

**E:** Eu acho que as pessoas de mais idade lembram.

**Lori:** Teve até um vendedor que veio na minha loja, Geraldino Metzger, em Três Passos, quando viu o meu sobrenome, lembrou de meu irmão.

**Marli:** Mas os mais jovens, é claro, que não lembram.

**Araci:** Para Panambi, onde moro, veio muita gente de lá pra trabalhar na indústria. Como eu trabalhava na EMATER, volta e meia tinha contato com muita gente de Três Passos, e quase todos eles me conheciam. “Ah, teu irmão me colocou esta dentadura”. Abriam a boca e mostravam os dentes. (Risos).

**Marli:** Ele era uma pessoa assim muito desprendida. Ele não perguntava se as pessoas podiam pagar pelo seu trabalho. Cuidava dos dentes dos outros sem se perguntar por dinheiro. Deixavam pagar quando podiam, cinco pila uma hora, dez amanhã, e assim ia.

**Marli:** Ele ganhava também, coisas da colônia. Os mais pobres gostavam muito dele. Ele também trabalhava na divisa com a Argentina, lá no porto. Também atuou como dentista no outro lado, na Argentina. Pessoas do interior até pagavam com mercadorias. Enfim, jamais deixou de atender por falta de dinheiro.

**Marli:** E eu fui visitar uma família lá e eles também eram clientes dele, sabe; lembraram perfeitamente que ele não deixava de atender jamais alguém se não tivesse dinheiro; e eles levavam o que podiam, levavam pra ele pra pagar em mercadoria.

**Entrevistador:** Mais alguma lembrança?

**Araci:** Uma coisa assim que eu lembro também, quando já era prefeito. As mesmas pessoas que o prenderam, lá da Brigada Militar, no dia do aniversário dele, vieram com a banda tocar na frente da casa dele. Fizeram uma aurora festiva. Parabéns, fotos.

**Entrevistador:** Era bem recebido pela população?

**Marli:** No dia da posse dele, como prefeito, houve um almoço na casa dele. E lá chegou uma mulher chamada Lucrécia, que perambulava pela cidade. Também ela veio para o almoço. Lucrécia acompanhava as partidas de futebol. Estava em todas elas, estava vestida com a cor de um dos times.

**Entrevistador:** Mais um assunto que estávamos esquecendo, mas que se foi comentado antes de ligar o gravador:

O irmão de vocês recebeu alguma indenização, reparação? Houve anistia?

**Lori:** Sem explicação exatamente. Nunca pediram desculpa.

**Marli:** Nada, enquanto vivo não. Parece que ele não pediu nada. Agora parece que entraram com um processo.

**Entrevistador:** Muito obrigado.

## **OBSERVAÇÃO FINAL**

A conversa se estendeu sem o gravador ligado. As irmãs começaram a lembrar de outros momentos e de outros assuntos relacionados ao jeito de ser de Reneu Mertz. Foram detalhes importantes que deixaram o momento muito emotivo, com muitas lágrimas. O assunto que se destacou naquela hora girava em torno das lembranças do sofrimento da família. As irmãs recorrem ao atendimento da *Clínica do Testemunho*, um programa do Ministério da Justiça que disponibiliza recursos para o acompanhamento das vítimas da repressão e de seus familiares. Em Porto Alegre, a Associação Sigmund Freud está autorizada a cuidar das vítimas da ditadura.

O momento após a entrevista foi bem resumido por uma das irmãs: Ele faleceu em 91. Já se passaram mais de 20 anos, e parece que foi ontem. A dor dos familiares é um capítulo a ser considerado. Na entrevista com Raul Ellwanger este aspecto aparece com força. A família sofre muito.

Destaco que a parte mais significativa da entrevista ocorreu com o desligamento do gravador.



## EIXOS TEMÁTICOS

---

A primeira entrevista permitiu uma viagem para vários países da América Latina, nos quais o militante e músico porto-alegrense, Raul Ellwanger, se refugiou para não ser preso, o que aconteceu na sua volta ao Brasil, muitos anos depois. Lamentavelmente não tivemos tempo para analisar o repertório de Ellwanger, com muitos ritmos do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Ellwanger narrou com detalhes os momentos em que, como universitário, participava do movimento estudantil e de festivais musicais no Rio Grande e no Brasil. A música foi uma forma de protestar, mas nela também buscou alento e esperança diante das ameaças do poder arbitrário. Deixou o Brasil para não ser preso; deixou o Chile quando Allende foi derrubado em 1973. Saiu do Chile para a Argentina onde, em 1976, houve um golpe militar que matou e fez desaparecer milhares de pessoas. E, quando voltou ao Brasil, foi preso por torturadores da marca de Pedro Seelig, o qual, muito tempo antes havia torturado a moça que agora esperava um filho, esposa de Raul. Na volta, sofreu tortura psicológica sendo obrigado a ouvir nas madrugadas os gritos de dor de presos comuns. As torturas psicológicas promovidas por agentes do Estado não pouparam seu pai, sua mãe, irmão e irmã. Não se furtou de lembrar de sua infância nos espaços da igreja luterana na rua Senhor dos Passos, 201, trazido pelos avós. Daquele período lembra do aprendizado de música, que o acompanha por sua vida afora. E sem ressentimento perguntou pelo silêncio da Comunidade religiosa luterana, cujo avô fora presidente entre 1950 a 1955. Toca a vida como toca muito bem o violão e fez e faz canções para amigos/as que foram desaparecidos. Um deles foi numa esquina de Buenos Aires comprar remédio, e nunca mais voltou.

A participação no movimento estudantil e de jovens da Igreja e a luta por terra são relatados na entrevista com o pastor Werner Fuchs, em 2015. Filho de pai e mãe de orientação pietista, Werner é engajado por estudantes mais velhos nas ações com

jovens na Igreja Evangélica de Confissão Luterana, inspiradas pelo projeto Rondon, através do qual estudantes participavam de ações solidárias em outros contextos de empobrecidos. Com este horizonte preparavam grupos de jovens evangélico-luteranos para acompanharem de perto a Assembleia da Federação Luterana Mundial, em 1970, no Brasil. Já estudante do curso superior de Teologia, em São Leopoldo, foi eleito representante do Centro Acadêmico para acompanhar a Assembleia em Evian, onde se manifestou junto com outros através da imprensa internacional, denunciando as torturas dos agentes do Estado brasileiro. Com esta postura foi ameaçado de expulsão da Faculdade de Teologia pela direção da Igreja em seu retorno ao Brasil. Mas o Corpo Docente da Faculdade de Teologia lhe dá guarida, na perspectiva de que lhe cabe proteger Werner do DOPS e de decisões da direção da IECLB.

Com este ímpeto foi para o pastorado em Comunidades do mundo rural, onde a diferenciação social era mínima. Mas logo foi convidado por colegas para acompanhar os conflitos em torno da desapropriação de terras por parte da Itaipu no oeste do Paraná. Passa a ser assessor do movimento dos agricultores cujas terras foram inundadas pela formação do lago de nossa maior hidroelétrica. Com fortes movimentos dos agricultores atingidos pela barragem, vencem o regime militar conquistando quase todas as reivindicações. Portanto, seu trabalho de assessoria foi visado pelos detentores do poder ilegítimo – por nunca terem sido eleitos pelo povo -, sofrendo um processo que lhe condenou a uma pena de dois anos, que cumpriu em liberdade enquanto atuava como docente na Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo. Em Werner Fuchs os movimentos dos trabalhadores sem terra têm uma referência combativa permanente. Hoje atua como assessor da agroecologia na perspectiva de produção de alimentos para a merenda das escolas públicas do Paraná.

A terceira entrevista permite adentrar num tema também tratado por Werner Fuchs. O professor Hans Benno Asseburg, egresso da Faculdade de Teologia, começa o seu doutorado em Teologia na Universidade de Hamburgo por volta de 1966. Lá, foi protagonista na universidade estatal, onde havia um programa de

doutorado em Teologia Evangélica (protestante) em que cursavam sobretudo estudantes de denominações protestantes, sem exclusão de católicos. Seu atrito com a direção da IECLB de então nasceu da constatação de que jornais alemães anunciaram que o anfitrião da Assembleia da Federação Luterana Mundial havia dito que no Brasil não havia tortura. Benno e os demais conviviam com informações trazidas pelos exilados da ditadura militar brasileira, que foram acolhidos pela Alemanha. Hamburgo era, segundo ele, um ambiente de discussão sobre o Brasil, pelo menos no programa de doutorado em Teologia. De volta ao Brasil, após o doutorado, há um diálogo ríspido com pessoas da direção da IECLB, cobrando os seus posicionamentos públicos na Universidade alemã, de onde seu orientador tinha contatos com as lideranças da Igreja Luterana no Brasil. Narra com detalhes aquele encontro e relata sobre suas dificuldades para voltar a estudar e trabalhar na Alemanha.

Benno, ex-professor da Unisinos e assessor, por meio do CECA, das pastorais ecumênicas da libertação, narra o início de sua consciência cidadã, a exemplo de Fuchs. Ambos atribuem a professores do Instituto Pré-Teológico, com forte formação humanista na perspectiva da germanidade, os impulsos para o engajamento sócio-político ainda na adolescência, que se aprofunda no curso superior e o acompanha até hoje. Mais do que instituições de ensino, são alguns professores que são lembrados como parceiros de uma visão de mundo democrática, comprometida com a superação da miséria e da alienação política, essa, de certa forma, uma herança da família e da comunidade de fé.

A participação da Comissão da Verdade permitiu-me descobrir um colega de infância do antigo primário (1961-1967) no Vale Três Forquilhas, cortado pelo trecho final da Rota do Sol. Antônio Henrique Vitt (grafia comum- Witt) fez parte, por volta de 1968, de um projeto de alfabetização para homens e mulheres do campo. À noite, com luz de lampião, homens e mulheres da roça, num galpão de uma casa de um líder petebista, recomeçavam a alfabetização. Antônio, mais conhecido como Toninho, foi escolhido como monitor da turma por pessoas de Porto Alegre, que coordenavam o projeto de alfabetização. Viu naquela

possibilidade a superação de sua decepção por não ter tido bolsa para continuar os estudos. Como a maioria dos jovens da região, após o curso primário e já durante o mesmo, se trabalhava nas lides agrícolas. Obstinado em seus sonhos e já despertado para uma consciência crítica, ainda destituída de fundamentos teóricos, líderes do projeto lhe dão formação política em Porto Alegre e Capão da Canoa. Lembra que a formação, naquela cidade litorânea, acontecia na casa de Leonel Brizola, já no exílio. Conforme a sua entrevista, realizada na casa que meu irmão e eu herdamos em Itati, Toninho revela a sua formação política naquela organização clandestina, onde atuava nos trabalhos de contatos e panfletagens, não tendo acesso direto às lideranças da Organização. Aprende sobre Marx, Lenin e a revolução cubana. Até hoje tem Che Guevara como revolucionário inspirador. Sua memória fala de situações e nomes de pessoas que atuavam na resistência, também mencionados por Raul Ellwanger.

Hoje, planta hortaliças e frutas, as quais vende diretamente nas feiras das cidades do Litoral Norte. Mora numa casa do programa federal Minha Casa Minha Vida, que, segundo ele, foi boicotado pelas prefeituras locais. Como Werner e Benno, também atribui a um professor (Neri Knack), do curso primário, a sua grande motivação para a sua trajetória para um filho de pequenos agricultores. Relembra que seu professor inspirava porque atuava como protagonista além da escola, chegando a ser, mais tarde, liderança do CPERS-Sindicato. Cabe ainda destacar que fomos a turma do primário que experimentou a transição de uma escola comunitária confessional para a pública. Somos de opinião que tal transição era necessária, mas não precisava substituir e apagar o engajamento comunitário na vida escolar. Lamentamos que o comunitário foi transformado em estatal, quando poderia ter sido público. Toninho continua a luta.

A exemplo de Antônio Vitt, a participação na Comissão da Verdade me levou a descobrir, em Três Passos, numa audiência pública com agricultores que fizeram parte do Grupo dos Onze, organizados e conduzidos por Leonel de Moura Brizola, a família de Reneu Mertz, político de oposição e apoiador de Organizações de resistência à ditadura. Reneu Mertz faleceu prematuramente

no cargo de prefeito, por volta de 1990. Fora eleito vereador, através do MDB, oposição consentida ao regime militar. Em razão de sua atuação em organização clandestina foi preso por quase dois anos num espaço militar em Santa Maria, onde sofreu torturas. Segundo as irmãs que concederam a entrevista, seu irmão ficou com sequelas físicas e desinteressado pelos cuidados com a própria saúde. Gozando da popularidade de dentista, formado pela Universidade de Santa Maria, onde atuou no Movimento estudantil, fez uma trajetória política em sua cidade Três Passos. Seu Partido tinha planos mais altos para o prefeito Mertz.

Suas três irmãs lembram do período em que o irmão fora preso. A mídia local apresentava como um comunista perigoso. Com este estigma sobre a família, elas eram preteridas até nos bailes. Sempre voltava a pergunta: Teu irmão é comunista? Numa cidade conservadora do interior isto impactava muito na família, além de ter que sustentar a esposa de Mertz e as crianças, porque o seu consultório ficou inativo. Ao voltar da prisão, retoma a vida profissional na mesma cidade, por insistência pessoal, e prepara sua volta para a política local, elegendo-se vice-prefeito e em seguida prefeito. A população, que outrora estava sob o poder estigmatizante da mídia, o acolhe como seu líder político.

Como Ellwanger, de quem as irmãs Mertz são amigas, o relato sobre o sofrimento da família ainda é algo muito presente. No caso da família Mertz, há um ressentimento do isolamento por causa do irmão “comunista” preso. Tanto a Comunidade religiosa, como outras instituições, não conseguiram se solidarizar com a família. O compromisso, implícito ou explícito com o sistema ditatorial, tem como decorrência a falta de acolhimento e de acompanhamento pastoral. É isto que fica dito nas entrelinhas. Contudo, ali onde as instituições falharam, mais tarde o Estado democrático de direito cria programas como o Clínica de Testemunhos, a fim de acolher os que sofreram por causa das torturas. Mas, como dizem as irmãs Mertz, parece que tudo foi ontem. E, com o gravador desligado, a dor aflora revelando muitas dores e lembranças da ação de um Estado de exceção, como é caracterizado por estudiosos da repressão. Há muito que fazer

pelas dores ainda provocadas, especialmente nos pobres, pelo Estado brasileiro. Vejam o que diz Darcy Ribeiro, antropólogo que fez do seu saber um instrumento de luta contra a ditadura. Uma passagem dele nos revela a violência sistêmica e histórica das camadas dominantes sobre os pobres, especialmente sobre os/as negros/as escravizados/as.

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais tenra e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviziar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária.<sup>1</sup>

Como vimos até aqui, as entrevistas permitem o levantamento de uma série de temas que poderão gerar novos estudos. Elenco alguns deles. A formação da consciência crítica e cidadã de jovens a partir da influência de professores que

---

<sup>1</sup> RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 120.

entendem o seu trabalho para além da sala de aula. Werner Fuchs, Antônio Vitt e Benno Asseburg podem ser exemplos dessa consciência docente. O despertar para a cidadania nasce, portanto, de posturas pessoais de docentes; talvez muito mais do que de teorias. Evidente que esta hipótese precisa ser testada com mais pesquisa.

O silêncio conivente da Igreja frente à tortura num período de forte repressão inviabiliza o acompanhamento das famílias por parte das Comunidades religiosas e suas lideranças pastorais. As famílias Mertz e Ellwanger testemunham de formas diferentes a ausência de um acompanhamento pastoral. Não seria necessário se manifestar abertamente contra o arbítrio para acompanhar as vítimas do mesmo. Por outro lado, a ausência pastoral junto às famílias que sofrem, testemunha a dimensão política de quem deveria acompanhá-las. Já sabemos que neutralidade sempre significa postar-se ao lado do mais forte. As escutas feitas pelas Comissões da Verdade e pela Caravana da Cidadania criaram espaços para a expressão das dores de décadas, nos espaços do Estado, de onde, outrora, veio a tortura. Se o Estado pede perdão, como fator terapêutico, outros espaços institucionais da sociedade civil poderiam proceder de forma semelhante.

A simultaneidade da participação na Comissão da Verdade e a pesquisa sobre Igreja, Ditadura e Direitos Humanos permitiu uma troca de saberes. Mas mais do que isto, escancarou um desconhecimento meu da história política do Rio Grande do Sul, onde mais da metade da membresia da IECLB se faz presente. Nesta perspectiva, os relatos das pessoas entrevistadas não deixam de ser um manancial de informações adquiridas na participação do Movimento Estudantil, Político e Social. Parece-nos que ainda é tempo para a educação formal integrar a busca da verdade através da memória.

Um outro eixo temático que merece uma pesquisa constante, relaciona-se à relação entre Estado e Instituições religiosas, aqui representadas por Igrejas. Embora haja um preceito constitucional sedimentado em nossa república, frutos de séculos de embates ferrenhos e com muitas mortes, cada

configuração histórica permite dizer que não há um padrão universal. O Estado laico assume características conjunturais, como se a política fosse influenciada pela cultura de um país, mas mais ainda pelo poder econômico associado à mídia. Sempre é necessário ser vigilante o tempo todo, especialmente em nossa época com bancadas religiosas no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. No caso em debate notamos dois aspectos que precisam de mais pesquisa. Uma direção de Igreja, por seu vínculo com a Alemanha que passou pelo nazismo, isto é, por um Estado de exceção, tinha recursos históricos para não silenciar diante de um outro Estado de exceção. A Igreja Confessante, que contestou o nazismo, poderia ter sido uma referência para não repetir o compromisso que eliminou vidas, torturou e exilou. A relação Igreja e Estado, que foi objeto de posicionamento em Concílio após a transferência da Assembleia para Evian, em razão de que representantes de comitativas internacionais não queriam a presença de um presidente general na referida Assembleia, poderia ter levado para um outro lado, sem legitimação do *status quo*.

Após a menção destes quatro eixos temáticos que contemplam a educação, o aconselhamento em situações de risco político, a história da Igreja e a história regional e a relação entre Estado e Igreja, confesso que ainda explorei muito pouco a riqueza de dados da pesquisa bibliográfica, de campo e da participação na Comissão da Verdade. Seria necessário dedicar muitos recursos e tempo para aprofundar as questões. Por exemplo, uma pesquisa sobre o papel do Centro Acadêmico Dr. Ernesto Schlieper – CADES nos debates e posições sobre a ditadura.

Por fim, mas não menos importante, transcrevo um texto do profeta Ezequiel, de nossa tradição judaico-cristã. Ele tem um tom provocativo, especialmente porque mostra o Espírito recriando um povo que tinha sido um monte de ossos secos. A ressurreição de um povo é um contraponto complementar à compreensão individualista moderna do pós-morte.

Veio sobre mim a mão do senhor; ele me levou pelo Espírito do senhor e me deixou no meio de um vale que



estava cheio de ossos, e me fez andar ao redor deles: eram mui numerosos na superfície do vale e estavam sequíssimos. Então, me perguntou: Filho do homem, acaso poderão reviver esses ossos? Respondi: Senhor Deus, tu o sabes. Disse-me ele: Profetiza a estes ossos e dize-lhes: Ossos secos, ouvi a palavra do Senhor. Assim diz o senhor Deus a estes ossos: Eis que farei entrar o meu espírito em vós, e vivereis. Porei tendões sobre vós farei crescer carne sobre vós, sobre vós estenderei pele e porei em vós o espírito, e vivereis. E sabereis que eu sou o senhor.

Então, profetizei segundo me fora ordenado; enquanto profetizava, houve um ruído, um barulho de ossos que batiam contra ossos e se juntavam, cada osso ao seu osso. Olhei e eis que havia tendões sobre eles, e cresceram as carnes, e se estendeu a pele sobre eles; Mas não havia neles espírito. Então, ele me disse: Profetiza ao espírito, profetiza, ó filho do homem, e dize-lhe: Assim diz o Senhor Deus: Vem dos quatro ventos, ó espírito, e assopra sobre esses mortos, para que vivam. Profetizei como ele me ordenara, e o espírito entrou neles, e viveram e se puseram em pé, um exército sobremodo numeroso (Ezequiel 37, 1-10).



# IGREJA E DITADURA CIVIL-MILITAR: VOZES DISSONANTES<sup>36</sup>

---

O que ouvimos e aprendemos,  
o que nos contaram os nossos pais,  
não o encobriremos a seus filhos.<sup>37</sup>

É porque, em realidade, nunca estamos sós.<sup>38</sup>

A indicação do meu nome para a Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL) cuja tarefa principal foi fazer transparecer um período de nossa história, 1961-1985, reorientou momentaneamente os meus temas de pesquisa. Como professor de Ciências da Religião e pesquisador das religiões, atento ao que falam os/as que creem indistintamente, aguicei meus ouvidos nas audiências com pessoas que passaram pela tortura ou com os seus parentes, acrescentando a estas a escuta de evangélico-luteranos que participaram da resistência à ditadura e sofreram, algumas delas, com o silêncio de sua Igreja. O Estado que perseguiu e torturou por meio de seus agentes, é assim caracterizado por Carolina S. Bauer: “as ditaduras civil-militares de segurança

---

<sup>36</sup> O presente texto nasce como desdobramento teórico de um artigo publicado em Anais do II Congresso Internacional da Faculdades EST, 2014, mas inova a partir da análise de entrevistas com evangélico-luteranos que participaram da resistência ao regime militar, por volta de 1970. Em relação ao texto anterior, os conceitos de Justiça de Transição e Memória tornam-se mais destacados.

<sup>37</sup> Livro dos Salmos 78. 3-4. In: BÍBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. ed. rev. e atual. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil.

<sup>38</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2014. p. 30. Conforme Halbwachs, nossas lembranças permanecem coletivas porque elas nos são lembradas pelos outros.

nacional e o terrorismo de Estado marcaram inexoravelmente as sociedades do Cone Sul nas décadas de 1960 a 1980 [...].” (BAUER, 2012. p. 29). Adotamos, pois, a expressão “terrorismo de Estado” para designar o período em análise neste artigo.

Para iniciar esta conversa com quem desconhece o acontecimento que motiva o presente problema em debate, ainda embrionário do ponto de vista da pesquisa, faço referência a um organismo denominado Federação Luterana Mundial (FLM) que reúne igrejas nascidas a partir da Reforma Protestante, do século XVI, na Alemanha e em outros países. A FLM, com sede em Genebra, na Suíça, reúne instituições eclesiásticas que compreendem aproximadamente 70 milhões de fiéis e realiza a cada sete anos uma Assembleia Geral. A Assembleia de 1970 era para ter acontecido no Brasil, mas foi transferida poucas semanas antes da sua realização para Evian, na França. Qual foi o motivo da transferência? Representações luteranas de diversos países suspenderam a sua participação em razão de que os Direitos Humanos estavam sendo violados pelo Governo brasileiro, o qual tinha sido convidado para o evento. Líderes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de então olhavam com desconfiança para as denúncias de violação dos direitos humanos feitas no exterior. Para aquelas lideranças a violação dos Direitos Humanos, por agentes do Estado Brasileiro, era propaganda de setores da mídia internacional. Destacamos algumas vozes dos entrevistados, iniciando por Werner Fuchs, pastor da IECLB, na época estudante de teologia:

A leitura que a gente fazia era mais estrutural, de que era uma estrutura autoritária. Ai que o presidente da IECLB acabou convidando o presidente da república, general E. G. Médici, para fazer a abertura da V Assembleia. O general aceitou. Então começou a pressão internacional para transferir a assembleia.<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida, em 30.04.2015, por Werner Fuchs, pastor da IECLB. Fuchs foi representante do Centro Acadêmico Doutor Ernesto Schlieper nas atividades preparatórias com jovens tendo em vista a Assembleia.

Hans Benno Asseburg, também egresso da Faculdade de Teologia, doutorando na Universidade de Hamburgo por volta de 1967, traz como depoimento de sua atuação no movimento estudantil de lá o debate ocorrido em razão das violações aos direitos humanos não reconhecidos pelo então pastor presidente Karl Gottschald.

[...] quando se preparava a Assembleia Mundial Luterana [...] apareceu uma entrevista na imprensa do pastor presidente da IECLB, Karl Gottschald, que estava de viagem pela Alemanha. Os jornalistas fizeram perguntas sobre a situação da repressão no Brasil, sobre torturas e a respeito das notícias sobre matança de indígenas. Gottschald respondeu que nada disso estava acontecendo no Brasil, que tudo isto era mentira e invenção da imprensa. Essa entrevista repercutiu muito mal entre os estudantes de Teologia e em geral nos meios eclesiais da Alemanha. O dirigente da IECLB, que iria hospedar a Assembleia da Federação Luterana Mundial, simplesmente ignorava a repressão política de seu país.<sup>40</sup>

Transferida a Assembleia, o convite ao Governo Militar foi desfeito. Assim, o general Emílio G. Médici perdeu a oportunidade de falar para vários países. Este fato gerou um grande debate no interior da IECLB, cuja sede se encontra em Porto Alegre. Presumo que aquele debate interno, nascido da crítica de comitivas internacionais, foi o embrião de uma nova fase com

---

Também participou da Assembleia em Evian. Mais tarde, quando pastor, foi coordenador da Comissão Pastoral da Terra, no Paraná. Enfrentou um Inquérito Policial Militar em função de sua atuação ao lado dos pequenos agricultores, sendo por esse condenado.

<sup>40</sup> Entrevista concedida, em 12.09.2014, por Hans Benno Asseburg, que fez doutorado em Teologia na Universidade de Hamburgo, a partir de 1966. Quando de volta ao Brasil, décadas mais tarde, atua como assessor no Centro Ecumênico de Evangelização e Assessoria – CECA. Benno atuou como assessor de pastorais de igrejas decorrentes da Teologia da Libertação. Também foi professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

desdobramentos importantes para o engajamento de evangélico-luteranos em temas levantados por Movimentos Sociais nos anos subsequentes à transferência da Assembleia.

Nesta exposição resgato alguns debates que aquele episódio produziu nos anos 1980. Falo em resgate em razão do fato de que existe pouca pesquisa sobre aquele acontecimento. Também devo dizer que não sou historiador, mas, certamente, os impactos da Constituição das Comissões da Verdade trarão à luz um acontecimento desconhecido, e de grande impacto posterior para o engajamento social e político de uma igreja que saiu do Gueto à Participação, conforme Rolf Schünemann (1992) em sua dissertação de mestrado, que serve de base bibliográfica para minha exposição de caráter introdutório. Ainda cabe destacar as limitações da minha análise por ser um *insider*, isto é, pertença à instituição que investigo.

## PERCEPÇÕES TEÓRICAS

Assim que comecei a participar dos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade, duas percepções me sobressaltam constantemente. Uma parece bastante mórbida. No terceiro ano do estudo de Teologia, éramos levados para o Instituto Médico Legal (IML), a fim de acompanhar a atuação dos legistas sobre aqueles corpos inertes expostos numa mesa tosca. Os instrumentos que abriam os corpos eram rudimentares, como os de um matadouro de gado no interior, denunciando, talvez, o descaso dos órgãos públicos com aqueles seres humanos. Aquelas cenas impactaram a minha percepção a respeito da vida. Elas me acompanham e reacendem com mais impacto quando escutamos depoimentos de parentes e amigos de pessoas torturadas e/ou mortas por agentes do Estado brasileiro nos anos de chumbo. Nas sessões de escuta de torturados e nos relatos de pedido de justiça para que restos mortais sejam identificados, sinto-me voltar ao Instituto Médico Legal num domingo de manhã de 1978.

A segunda percepção me deixa envergonhado. Quando me lembro dos preparativos do Brasil para a Copa do Mundo de 2014,

vem à memória o tri-campeonato mundial de 1970. Enquanto gritávamos de alegria pelos gols de Gérson, Jairzinho, Pelé e Tostão, nos porões da ditadura outros gritavam de dor por causa das torturas. A Copa do Mundo de 1970 reforçou a ideologia do esquecimento, que ainda encobre as torturas de hoje por parte de agentes do Estado. Essas duas percepções me fizeram visitar novamente um texto já esquecido por mim, o de Walter Benjamin, da Escola de Frankfurt, que viveu as atrocidades do nazismo.

Resgato, então, dois tópicos sobre o conceito de história. No ponto oito, Benjamin diz o seguinte:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, percebemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isto, nossa posição ficará mais forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é assombro filosófico. Ele ainda gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável. (BENJAMIN, 1985, p. 226).

Saudado como o século do progresso irreversível, o século XX trouxe duas guerras mundiais, fascismo, nazismo, stalinismo, dizimações étnicas e continuou no século XXI com a queda das torres gêmeas, fruto do fundamentalismo moderno e de interesses políticos hegemônicos dos Estados Unidos da América do Norte (EUA). Reportando-se ao nazismo e fascismo, Benjamin fez da exceção uma regra para a nossa história. A exceção se tornou regra na América Latina no século XX através das ditaduras militares. O “estado de exceção”, que se tornou regra, teve suporte ideológico nas instituições eclesiásticas, empresariais e da Sociedade Civil. Como estudante secundarista (1972-1974) de uma

escola evangélica fui obrigado por uma professora, de família de generais, a reproduzir o discurso de posse de um presidente militar, General Emílio G. Médici, numa prova.

Walter Benjamin, no mesmo texto, comenta um quadro de Klee, que se chama *Ângelus Novus*:

Há um quadro de Klee que se chama *Ângelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1985, p. 226).

Em *A Luta da Memória Contra o Esquecimento*, Myriam S. dos Santos faz significativas reflexões sobre os trabalhos de Jacques Derrida e Walter Benjamin, os quais serão retomados com mais intensidade noutro momento da pesquisa. Aqui cabe apenas destacar um aspecto conclusivo colocado pelo texto da autora:

Nos trabalhos de Benjamin e Derrida, encontramos uma descrença total quanto à possibilidade de que a história e memória recuperem o passado através de narrativas e imagens do presente. Com vimos, estes trabalhos nos mostram que as imagens do mundo contemporâneo são resistentes à tarefa interpretativa e que elas possuem uma lógica própria, inerente a elas mesmas e à sua materialidade. Com isto, esses autores apontam a impossibilidade de encontro entre essência e aparência, entre presente e passado. (SANTOS, 1998, p. 365).



Baseado nestes aportes teóricos, vemo-nos impedidos de chegar aos fatos históricos no horizonte da objetividade positivista. Agrego-me à visão da autora de que:

[...] nós estamos sempre procurando dar sentido às nossas histórias quando as contamos; portanto, embora este sentido varie de acordo com o momento em que vivemos e de acordo com nossas intenções, ele não é independente do que fomos e do que seremos e, principalmente, de como representamos nossas vidas. (SANTOS, 1998, p. 366).

O debate teórico sobre história e memória conta com uma valiosa pesquisa do sociólogo Maurice Halbwachs, que por ora não vamos aprofundar. Se pudéssemos resumir a sua obra numa frase, tendo como referência o texto em epígrafe, diria que não nos lembramos sozinhos. No entanto, a memória coletiva envolve as memórias individuais. Nos depoimentos das pessoas que tiveram a sua dignidade violada pela tortura, por parte de agentes do Estado, percebe-se que a memória coletiva se ampara nas lembranças individuais sem cair na visão fatal do passado. Noutra perspectiva, a ser aprofundada na continuidade da pesquisa, destacamos uma tese de Pierre Nora: “a memória é um fenômeno sempre atual, um vínculo vivido no presente eterno, e a ‘história, uma representação do passado.’” (NORA, 2007, p. 413).

A este quadro teórico embrionário é necessário mencionar um dos aspectos epistemológicos que norteou a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) da África do Sul, fundamental nos processos marcados por uma Justiça de Transição, também muito válido para o nosso debate. O texto que segue confirma, de certa forma, a visão de que Myriam dos Santos, mencionada acima, tem da luta da memória:

A CVR sul-africana afirma também – não só em seu mandato, mas sim no seu informe final – o valor fundamental da verdade, independente dos processos judiciais, como construção social com potencial curativo tanto no nível das vítimas individuais como no

nível da sociedade. A CVR sul-africana é sumamente “autoconsciente” e torna explícito seu marco epistemológico, enriquecendo o conceito de “verdade” que – até então – havia sido reduzido à descrição factual dos acontecimentos. (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA FINAL REPORT apud CUEVA, 2011, p. 344).

A partir deste esboço, como quadro teórico, analisaremos o debate embrionário sobre a transferência da referida Assembleia e os discursos de pessoas que sofreram com o regime e com o silêncio de sua Igreja, e o faremos através da escuta, na perspectiva da memória como “fenômeno atual”. Logo, não tenho compromisso com a história enquanto fato do passado, mas com a memória enquanto busca de uma verdade não cativa da injustiça, conforme o apóstolo Paulo.<sup>41</sup>

Portanto, as lembranças vivas do nazismo, entre lideranças da IECLB, por volta de 1970, poderiam ter impedido a cegueira em relação às violações aos direitos humanos das pessoas que lutavam por liberdade e democracia. Para não esquecermos e repetirmos as tragédias, vamos à busca de uma verdade libertada da injustiça.

## **FRAGMENTOS DE UM ACONTECIMENTO**

Não temos aqui o espaço necessário para caracterizar o desenvolvimento de uma igreja étnica, nascida do processo de imigração e colonização alemã a partir da chegada de pessoas de diversos estados alemães a partir de 1824, em São Leopoldo, bem como em Petrópolis, no Rio de Janeiro, e em Três Forquilhas, em 1826, área rural do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, de onde provenho. Noutra oportunidade disse em tom de brincadeira que grande parte do luteranismo brasileiro viveu fechado na “roça e na

---

<sup>41</sup> Romanos 1.18b. A concepção paulina de que a criatura foi adorada no lugar do Criador nos desvia de uma leitura moralista do texto, como é comum nos meios religiosos de hoje.

raça”, e que a sua relação com o Estado brasileiro foi marcada por suspeitas por parte deste. Assim, ao etno-luteranismo teuto-brasileiro, com base na pequena propriedade rural, foi se acoplando uma visão teológica bastante diversa, mas que deitava as suas raízes na diversidade da Reforma Protestante do século XVI e nos seus desdobramentos teológicos ao longo da modernidade. Uma frase de alguém que se ocupou com um Serviço de Desenvolvimento, órgão da própria igreja, foi bem escolhida por Schünemann e resume a concepção de sociedade na década de 1960:

Assim a nível oficial e no nível das comunidades o máximo de preocupação social que se conseguia apurar era o da assistência social ou serviço social que não tocasse nas questões estruturais do país. Questionar o sistema significava aliar-se às correntes teológicas de “teologia da revolução” ou setores subversivos da sociedade brasileira.<sup>42</sup> (SUDHAUS *Apud* SCHÜNEMANN, 1992, p. 81).

Seguindo a linha de raciocínio de Schünemann, a constituição de uma igreja nacional motivou o ingresso da IECLB em organismos internacionais, nos quais “gradativamente as questões sociais e políticas passaram a fazer parte da pauta da discussão.” (SCHÜNEMANN, 1992, p. 81). Desta forma, grupos minoritários de pastores certamente faziam pressão para que esta pauta voltasse para dentro da própria IECLB. A FLM, fundada em 1947, em Lund, na Suécia, havia elaborado uma pauta em direção à sociedade. Ecumenismo e questões sociais caminhavam juntos neste organismo internacional. O termo “mundo” tinha conotações variadas. Mas os que estavam em desacordo com as ditaduras e que almejavam manifestações de envolvimento com as causas da sociedade tinham pouco espaço na IECLB. Jovens

---

<sup>42</sup> Um grupo de teólogos protestantes se deixou influenciar pela revolução cubana, liderada por Fidel Castro, fazendo daquele evento um lugar para a reflexão teológica. Ainda não se falava, por volta de 1960, em Teologia da Libertação. SUDHAUS *Apud* SCHÜNEMANN, 1992, p. 81.

brasileiros,<sup>43</sup> por exemplo, queriam “aproveitar a presença dos delegados do exterior e dos jornalistas internacionais para falar e denunciar ao mundo a crueldade e violência do regime brasileiro no que tange ao desrespeito aos direitos humanos.” (SCHÜNEMANN, 1992, p. 85).<sup>44</sup> Em sua entrevista, Werner Fuchs revela as estratégias dos jovens brasileiros em convidar, por exemplo, o “bispo vermelho”, Dom Hélder Câmara, para um encontro preparatório da Assembleia da FLM, no Vale do Rio do Sinos, o que aconteceu sem a presença do bispo católico.<sup>45</sup>

Como a Assembleia da FLM reuniria delegações luteranas de diversos países, que defendiam os direitos humanos, e o fato dos dirigentes da IECLB hipotecarem “todo o apoio ao regime militar instaurado em 1964, o conflito se instalou nas reuniões de preparação”. Contudo, a resistência interna às lideranças foi neutralizada. Por parte das delegações do exterior, do lado europeu e norte-americano:

[...] havia uma intensa preocupação com a necessidade de emitir um posicionamento claro acerca da relação fé-mundo, fé-sociedade. As torturas infligidas a presos políticos, bem como notícias sobre massacres de índios, figuravam na imprensa do Primeiro Mundo. Os círculos eclesiásticos luteranos não conseguiram disfarçar que a realização da V Assembleia Geral da FLM em Porto Alegre/RS traria consigo a responsabilidade de não decepcionar os demais círculos eclesiásticos que já haviam se posicionado claramente pela condenação do regime brasileiro por causa da violação dos direitos humanos. (SCHÜNEMANN, 1992, p. 85).

---

<sup>43</sup> No Arquivo Histórico da IECLB, sediado na Faculdades EST, há pastas de documentos que relatam a participação de jovens evangélico-luteranos nos debates em torno do tema deste artigo. Na entrevista de Número II, concedida por Werner Fuchs, o referido tema é exposto de forma bem detalhada e com referência à mesma fonte.

<sup>44</sup> Refere-se a entrevistas concedidas por pastores: Werner Fuchs, Godofredo Boll, Nelson Kirst, Ricardo Wangen.

<sup>45</sup> Entrevista concedida em 30.4.2015.

Por parte das comitivas do exterior havia o temor de que o presidente da república, general Emílio G. Médici, e mais autoridades civis e militares, procurassem instrumentalizar a Assembleia para legitimar o regime frente à opinião pública nacional e internacional. (SCHÜNEMANN, 1992, p. 86). Relembramos que “uma nota do 1 Exército publicada nos jornais, informava que havia uma minoria no exterior que procurava, numa campanha internacional, difamar o Brasil e que queria implantar o comunismo” (SCHÜNEMANN, 1992, p. 85), aprofundou o debate. Cabe ainda destacar que uma matéria publicada na Alemanha fazia referência a um dossiê de posse da FLM, no qual havia 254 fichas de vítimas que apresentam as circunstâncias da prisão, lugar e data das torturas, tipos de torturas, torturadores, autoridades mais diretamente responsáveis, testemunhas e fontes de informação e outros dados importantes. (SCHÜNEMANN, 1992, p. 98).

Os conflitos se desenrolam entre Porto Alegre e Genebra. A Assembleia é cancelada em Porto Alegre e transferida para Evian, na França. Os impactos deste acontecimento serão considerados a seguir.

## **IMPACTOS DA TRANSFERÊNCIA E VOZES DISSONANTES**

No mesmo ano em que ocorreram o cancelamento e a transferência da V Assembleia da FLM, por razões relativas ao não reconhecimento por parte de lideranças eclesiais das violações dos direitos humanos, o debate continuou impactando as discussões na IECLB. Meses depois da transferência, realizou-se em Curitiba o seu Concílio Ordinário, no qual participam pastores, mas com uma maioria de leigos. Segundo Schünemann:

[...] a consciência crítica havia despontado aqui e acolá, mas a conjuntura eclesial e nacional inibia o seu crescimento, pois era facilmente neutralizada. A transferência da V Assembleia da FLM de Porto

Alegre/RS para Evian/França por motivos políticos trouxe à baila a necessidade de uma autocrítica. (SCHÜNEMANN, 1992, p. 98).

Acima já fizemos breves referências aos depoimentos de duas pessoas que se inconformaram com as violações aos Direitos Humanos promovidas por agentes do Estado brasileiro no período ditatorial, e com o silêncio conivente da direção ignorando a atuação de próprios membros, que, em minoria, já atuavam na redemocratização do Brasil, ou, como disse Schünemann, buscavam uma autocrítica. Tais pessoas, dentro ou fora da Igreja, já atuavam nos bastidores, em organizações estudantis ou em partidos, clandestinos ou tolerados, em busca da redemocratização do país. Elas fazem parte de um conjunto de cinco entrevistas com evangélico-luteranos que participaram da resistência ao regime militar instaurado em 1964. Tais entrevistas realizadas entre 2014 e 2015 fazem parte de um projeto de pesquisa denominado *Direitos Humanos, Ditadura militar e Igreja: Vozes Dissonantes*.<sup>46</sup>

Mais do que justificativas da violação aos direitos humanos para aqueles que não queriam ver a opressão, os depoimentos de evangélico-luteranos colhidos por nossa pesquisa, são provas de que antes do Ato provisoriamente institucional Número 5, de dezembro de 1968, a perseguição política e a tortura eram fatos que podiam ser percebidos. Tal Ato que fechou o Congresso Nacional e cassou inúmeros deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, integrantes do Poder Judiciário, Ministros do Supremo Tribunal Militar e 66 professores universitários, entre os quais Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso (CUNHA, 2010, p. 179-224), já tornara visível a perseguição política aos que se opunham aos donos do poder no Brasil. Como prova desnecessária, nos limites dos espaço desta comunicação, faremos breves referências às pessoas entrevistadas. Não são provas retroativas, mas memórias como construção presente de um

---

<sup>46</sup> O Projeto de Pesquisa fora aprovado pelo Comitê de Ética da Faculdade EST e o termo de Consentimento Livre e Esclarecido está em mãos do pesquisador.

tempo que, se não for contado e recontado para as novas gerações, poderá voltar como mais uma tragédia latino-americana.

Entrevistamos o cantor e compositor Raul Ellwanger, hoje militante em Comitês de Verdade e Memória, na sede da IECLB no centro de Porto Alegre, em cujo espaço pôde recordar a sua infância com cultos em alemão. Seus avós evangélico-luteranos, oriundos do mundo rural gaúcho e teuto-brasileiro, vieram para Porto Alegre em busca de novas condições de vida. Ellwanger, quando criança, era trazido pelos seus avós para as atividades de igreja, como culto em alemão e jardim da infância. Como leigo, o seu avô ocupou um cargo importante de liderança na comunidade de fé. Mesmo com todo este convívio e influência de pastores na área da música, arremata muitas décadas depois: “Nada disso me deixou religioso”.<sup>47</sup> De fato, em todo o seu discurso sobre a sua militância no Brasil, Chile e Argentina não se percebe a presença eclesial e religiosa, nem como ressentimento nem como busca de apoio espiritual. A igreja da infância está ausente. Seu discurso é bem secularizado. Sua militância refere-se apenas a espaços de salões paroquiais da Igreja Católica de Porto Alegre que serviam aos sindicatos que se organizavam para a defesa das causas dos trabalhadores.

Da mesma forma, Antônio Henrique Vit<sup>48</sup>, meu colega de curso primário na colônia, viu na sua capacitação para ser monitor de um programa de alfabetização de jovens agricultores uma oportunidade de estudo, a qual havia almejado quando concluiu o curso primário. Por ter sido motivado por um professor da escola comunitária evangélico-luterana, que passou para as mãos do Estado entre 1962-1967, Antônio se destacou no programa de alfabetização promovido por uma organização clandestina que buscava lideranças para a luta política. Por meio de uma organização política recebeu curso de formação na área do marxismo. Um dos cursos aconteceu por volta de 1967/68, em Capão da Canoa, na casa de Leonel Brizola. Atuou na VAR-Palmares no trabalho de panfleteação e outras ações de rua. Em

---

<sup>47</sup> Entrevista concedida em 10.12.2014.

<sup>48</sup> A grafia correta é Witt, mas por erro de cartório, assina Vit.

meados de 1970, abandona a organização quando os companheiros “começaram a cair”; em outras palavras, eram presos. Retorna por um tempo para as atividades rurais. Mais tarde, volta para trabalhar numa empresa metalúrgica em Porto Alegre, onde exerce alguma liderança e exercita a sua crítica às multinacionais como símbolo do imperialismo norte-americano. Anos depois, volta para a sua terra natal, onde atua na fundação do Partido dos Trabalhadores no município de Três Forquilhas, litoral norte do Rio Grande do Sul. Reconhece, pois, o incentivo de um professor para a sua luta política e social; o referido professor, na década de 90, torna-se um líder do CPERGS<sup>49</sup>, confirmando para Antônio a sua admiração ao mestre de uma escola comunitária confessional.<sup>50</sup>

Por ocasião de uma audiência pública promovida pela Comissão Estadual da Verdade, em meados de 2014, para ouvir agricultores que fizeram parte dos Grupos do Onze (GONZALES, 2010, p. 98), organizados e liderados por Leonel Brizola, tive a oportunidade de conhecer a família Mertz. Como vereador do MDB, Reneu Mertz teve uma atuação destacada na oposição ao regime, por volta de 1967/68. Simultaneamente integrou uma organização que dava guarida a pessoas perseguidas pela repressão militar, a fim de que fugissem para a Argentina. Por seu envolvimento, o dentista de Três Passos foi preso e torturado nas dependências militares em Santa Maria. Após cumprir a sua pena, volta à política reelegendo-se vice-prefeito e, posteriormente, prefeito de sua cidade. Filho de um vereador do antigo PTB, morre em 1991, no meio de seu mandato. Na entrevista concedida por suas irmãs a história do irmão é contada nos mínimos detalhes, dos quais destaco a suspeita de morte prematura decorrente do período de prisão e tortura.

Como família tradicionalmente luterana, participavam pouco da vida eclesial, além de estudar no colégio evangélico local,

---

<sup>49</sup> Sindicato dos Professores do ensino público estadual gaúcho. O professor de referência chamava-se Neri Knack, lembrado como alguém que fortalecia os laços entre Escola e Igreja. Foi diretor do CPERGS.

<sup>50</sup> Entrevista Concedida, em 15.07.2014, em Três Forquilhas/RS.



cuja mantenedora era a comunidade religiosa e cujos diretores, passaram a ser interventores na prefeitura. Dizem as irmãs que Reneu Mertz usava de ironia quando se tratava da Comunidade Evangélico-luterana; seu comportamento se caracterizava por uma certa crítica ao vínculo entre igreja e etnia teuto-brasileira. Além disso, elas se ressentem de falta de apoio da Comunidade em geral e da Comunidade religiosa no período em que foram estigmatizadas por terem um irmão “comunista” preso. Dão a entender que a Igreja poderia ter sido mais solidária com a família.<sup>51</sup>

Cabe destacar brevemente que os militantes ou as familiares destacadas aqui relatam a vinculação, em níveis diferenciados, à VAR-Palmares, organização nascida em junho/julho de 1969 da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA), e da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A referida organização alcançou abrangência nacional.

Seu nome inspirou-se na heroica epopeia de Palmares, região entre Alagoas e Pernambuco onde negros fugidos do cativeiro organizaram um Estado independente, no século XVII, resistindo durante cem anos às sucessivas campanhas militares de cerco e aniquilamento, executadas pelas forças escravistas através dos Bandeirantes. (COMISSÃO DE ANISTIA; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 597-598).

A participação de pessoas dos quadros pastorais e teológicos, aqui representados por Werner Fuchs e Hans Benno Asseburg, acima já mencionados, produziu embates com a direção da estrutura eclesial. Num primeiro momento, o Movimento Estudantil foi o lugar a partir do qual se deu participação dessas pessoas. Tanto num caso como no outro, autoridades eclesiais forjaram fortes críticas à atuação dessas pessoas. No caso de Werner Fuchs, houve uma tentativa de exclusão, por parte da direção da Igreja, do curso de Teologia, em São Leopoldo. Tal tentativa fora contornada pelo Corpo Docente, que assumiu a

---

<sup>51</sup> Entrevista concedida em 26.01.2015 pelas irmãs Mertz, Marli, Araci e Lori.

responsabilidade pelo estudante, propiciando, assim, uma proteção diante das autoridades militares.<sup>52</sup> Em relação a Asseburg, é importante destacar uma conversa de autoridades eclesíásticas a respeito de sua participação no Movimento Estudantil em Hamburgo, e que estava entalada na garganta delas. Segundo Benno, ela aconteceu na sede da Igreja e numa forma inquisitorial. Lembra também de uma conversa com um pastor amigo, seu ex-professor Bertholdo Weber, pioneiro do ecumenismo e grande incentivador nas aulas de grego e de filosofia para o estudo da realidade brasileira, como motivação para o engajamento sócio-político. Assim Weber comenta os bastidores da Igreja e do Regime, após Benno ter comentado a reação dos líderes eclesíásticos por volta de 1970 e anos seguintes:

Na conversa com ele comentei aquele interrogatório do Secretário Geral da IECLB a respeito da forma como entrei no Brasil sem ser perseguido por agentes do regime militar. Ai o pastor Weber falou: Benno, tu não sabes que o teu nome está numa lista que a Igreja entregou ao Exército? Nela estão nomes de pessoas suspeitas de colaborar com a subversão.<sup>53</sup>

Por sua vez, Werner Fuchs reconhece que o carro usado por ele na Comissão Pastoral da Terra, Paraná, que organizava os agricultores cujas terras tinham sido inundadas pelo lago da Itaipu e fora doado pela direção da Igreja que com ele conflitava.<sup>54</sup>

## CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Do debate teórico depreende-se a concepção de que o exercício de memória atualiza os acontecimentos que se passaram há 40 a 50 anos, mas não numa perspectiva de representação dos fatos passados. Reiteramos o que disseram os teóricos mencionados acima: a memória é um acontecimento atual, pelo

---

<sup>52</sup> Entrevista Concedida em 30.04.2015.

<sup>53</sup> Entrevista concedida em 12.09.2014.

<sup>54</sup> Entrevista concedida em 30.04.2015.

qual “não acontece a domesticação do evento e ele mantém o seu caráter sinalizador”, conforme Karin Wondracek, citando Rüssen (WONDRAECK, 2014, p. 103). Sendo, pois, atual, mas não esquecido no passado, o evento sinaliza para uma sociedade democrática no presente e no futuro, na qual o Estado e seus agentes não mais precisarão, para se constituírem como seres dignos, sugarem a vida dos que lutam pela justiça.<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Relembro de uma audiência interna na Comissão Estadual da Verdade na qual a depoente disse que os torturados não queriam só informações; também sugavam a nossa dignidade.



**PÓS-FACIO:**  
**A LUTA CONTINUA:**  
**DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE**  
**HISTÓRICA**

Claudete Beise Ulrich<sup>56</sup>

«No chão me deito à maneira dos desesperados»  
(Carlos Drummond de Andrade)

O livro do Prof. Dr. Oneide Bobsin transpira compromisso como participante da Comissão Estadual da Verdade (CEV) no Rio Grande do Sul, decretada em 17 de julho de 2012, pelo governador Tarso Genro. Esta Comissão atuou até fevereiro de 2014. A constituição da CEV estava vinculada com a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que foi criada pela Lei Federal n.º

---

<sup>56</sup> Dr.ª. Claudete Beise Ulrich é Professora na graduação em Teologia e na Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Faculdade Unida Vitória - ES, onde coordena Grupos de Pesquisa (Religião, Gênero, Violências: Direitos Humanos); Cátedra de Teologia Pública e Estudos da Religião.

**Textos da Prof.ª Claudete sobre a ditadura:**

ULRICH, Claudete Beise. Movimento de mulheres e feminismo em tempos de ditadura militar (1964-1989) e a sua relação com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. **Protestantismo em Revista**, n. 18, p. 30-37, 2009. Disponível em:  
<<http://www.periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2031>>.  
Acesso em: 12 dez. 2018.

ULRICH, Claudete Beise. Mulheres e homens luteranos: leituras feministas e identificações com o feminismo em tempos de ditadura militar no Brasil (1964-1989). **História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 59-86, jan.-dez. 2009. Disponível em:  
<<http://www.revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=164&path%5B%5D=165>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

12.528 pela presidenta Dilma Rouseff, de 18 de dezembro de 2011, sediada em Brasília. Um dos objetivos da CEV foi: “examinar e esclarecer as graves violações aos direitos humanos praticados no Estado do Rio Grande do Sul, sem excluir o exame das violações cometidas em outros Estados da Federação e no estrangeiro, de cidadãos naturais deste Estado, durante o período compreendido entre 1º de janeiro de 1961 e 5 de outubro de 1968, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e auxiliar os esforços nacionais em favor da reconciliação nacional”.

Sobre este período histórico brasileiro paira ainda muito silêncio. Muitas pessoas, especialmente, jovens lutaram contra a ditadura civil-militar e a redemocratização do Brasil. Bobsin assim como os outros participantes da CEV participaram de muitas sessões onde ouviram e colheram depoimentos de pessoas que foram torturadas, presas e de parentes que ainda buscam os restos mortais de suas pessoas queridas desaparecidas. A CEV constituiu-se, portanto, o espaço do Estado para ouvir, registrar e dar encaminhamento das questões que envolveram pessoas torturadas, presos políticos, desaparecidos, famílias que sofreram pela militância de parentes, tendo como objetivo tornar mais visível o direito à memória e à verdade histórica. Para que esta história trágica não mais se repita é necessário ouvir, registrar e apresentar publicamente o que de fato se passou, pedir perdão público e indenizar os torturados pelo estado. Marx uma vez lembrou: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.”<sup>57</sup> Que esta história brasileira não mais se repita, que o silêncio, a invisibilidade e o ocultamento dos fatos deste período histórico possam se tornar conhecidos a partir das fontes documentais e, principalmente, das fontes orais!

---

<sup>57</sup> MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/18brumario.htm>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

O professor Bobsin, como participante da CEV, assim se expressou: “Como professor de Ciências da Religião e pesquisador das religiões, atento ao que falam os/as que creem indistintamente, aguicei meus ouvidos nas audiências com pessoas que passaram pela tortura ou com os seus parentes, acrescentando a estas a escuta de evangélico-luteranos que participaram da resistência à ditadura e sofreram, algumas delas, com o silêncio de sua Igreja.” Ao escrever o presente livro, colocou o seguinte objetivo: “ouvir vozes ignoradas na IECLB, que lutaram contra a ditadura civil-militar e pela redemocratização do Brasil.” Neste sentido, o autor inicia fazendo uma cronologia do período da ditadura e da democratização brasileira, com uma justiça de transição lenta, gradual e injusta. Apresenta então cinco entrevistas, dentro da metodologia de entrevista compreensiva, isto é “o entrevistador está envolvido com a temática da pesquisa e provoca o entrevistado” com os seguintes títulos: cantando a América Latina torturada; movimento estudantil, trabalhadores sem terra e igreja; movimento estudantil, educação e cidadania; da escola comunitária eclesial para a resistência à ditadura e política partidária, administração pública e vida profissional.

Entrevistar significa estar disposto a ouvir de forma sensível. De acordo com Michael Pollak: O ato de lembrar recupera a “memória proibida” e “clandestina”.<sup>58</sup> O De acordo com Eckert: “O tempo lembrado não é, então, a permanência do passado, mas viver no presente a partir de valores socialmente ressignificados”.<sup>59</sup>

Os/as entrevistados recordam lugares, pessoas, professores, espaços geográficos, familiares, amigos/as, professores/as, escolas, pastores, mundos rurais e urbanos, escolas, universidades, comunidades religiosas, militância política, perseguição, prisão entre outras tantas lembranças a partir do tempo presente e das perguntas realizadas pelo entrevistador. Eclea Bosi salienta que:

---

<sup>58</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 5, 1989.

<sup>59</sup> ECKERT, Cornelia. A vida em outro ritmo. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. **Velhice ou terceira idade?: estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 176.

“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado”.<sup>60</sup> O lembrar não consiste simplesmente na conservação do passado, mas na transformação ativa do presente. As entrevistas denotam sofrimento, dor, exílio, lutas, reflexões, buscas de novas perspectivas para um país, chamado Brasil.

Neste sentido, que o músico Ellwanger, na entrevista cantando a América Latina torturada se manifestou: “Eu procuro transformar isso em energia construtiva pra aquilo que eu acho certo que é a memória deles. Não só a memória deles, mas que essa memória sirva pra que esta violência antiga não seja referendada atualmente. Eu acho que o Brasil é um país que, como ele não puniu o grupo de criminosos, ele sinalizou e continua sinalizando que aqui pode torturar e matar”. A memória é ativa, emotiva, afetiva, comprometida com a vida, e aponta para a falta de punição para aqueles que propagaram a perseguição, a tortura, a prisão e a morte. Não houve um julgamento e se tenta buscar esquecer a história do sofrimento do período da ditadura civil-militar e luta pela democratização do país.

O sofrimento, no entanto, ainda hoje atravessa o corpo e a alma. Há veias abertas no Brasil, na vida das pessoas, das famílias, na sua relação com a igreja, com o estado brasileiro. Há famílias que ainda hoje procuram o seu ente querido para poder oferecer um sepultamento digno. A publicação das entrevistas e dos eixos temáticos apresentados por Bobsin tem justamente esta perspectiva: alertar para que esta história marcada pela dor da tortura, do exílio e pelo desaparecimento de pessoas não mais se repita. É necessário falar, ouvir, refletir, registrar e trazer a público a memória sobre os acontecimentos vividos pelas pessoas. Um relato/uma entrevista pessoal é uma janela para entender perspectivas históricas mais amplas, e assim conseguir fazer relações. Segundo Bobsin: “Não são provas retroativas, mas memórias como construção presente de um tempo que, se não for

---

<sup>60</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 9. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 55.



contado e recontado para as novas gerações, poderá voltar como mais uma tragédia latino-americana.”

O objetivo específico do autor do livro foi perceber como a instituição Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) esteve ou não ao lado das pessoas entrevistadas que lutaram contra o regime ditatorial?

Perceber, no entanto, o silêncio da igreja, a sua ausência ou sua concordância com os acontecimentos daquele período histórico incomodam muito, mas por outro lado mostram o contraditório desta instituição humana. Uma das tarefas da Igreja é proclamar em palavras e ações o amor misericordioso, solidário e acolhedor de Jesus de Nazaré, o crucificado. No entanto, a IECLB teve e ainda tem muita dificuldade de se tornar uma igreja em solo brasileira, isto é, de entender e acompanhar a dinamicidade do conflito das classes sociais, da das diferenças étnicas, de se inculturar nas periferias deste país, chamado Brasil. Ela continua em grande parte sendo uma igreja da classe média branca europeizada, com uma mentalidade colonizada, muitas vezes, introvertida e fechada em suas quatro paredes. Como a IECLB pode e deve ouvir as vozes dissonantes? Como superar o mito do comunismo que continua a provocar tanto medo nas pessoas de tradição luterana? Que espaços existem nas comunidades para a escuta sensível de pessoas que foram presas, torturadas devido a ditadura e a luta pela redemocratização no Brasil? Importante lembrar que nos diferentes estados brasileiros houve pessoas ligadas à IECLB que estiveram envolvidas na luta contra a ditadura civil-militar e pela democratização do país.

O livro do Prof. Oneide se une a outros livros e textos que se colocam contra as tendências existentes no Brasil de produzir uma cultura do esquecimento, onde se procura esquecer a memória e a história daqueles/as que lutaram contra a opressão, a injustiça, a desigualdade social. As pessoas que lutaram, morreram e desapareceram tem rostos, nomes, famílias, histórias, memórias, verdades a ser contadas. São memórias subversivas que apontam para outras verdades além daquelas contadas e conhecidas. Há também rostos e nomes de militantes cristãos, motivados por uma

fé ativa no amor, evangélicos e/ou católicos, os quais nunca foram ouvidos ou quem sabe encontram-se desaparecidos. Enquanto alguns querem esquecer, as igrejas cristãs têm a vocação de lembrar-se desses nomes, criar espaços adequados de memória, ajudar a encontrar seus lugares de enterro e possibilitar o luto, ouvir e chorar junto a dor. O cristianismo é uma religião de memórias que afirmam que a morte não teve a última palavra e sim a ressurreição, a vida. Foi assim que o anjo anunciou para as mulheres (Maria, Joana, Maria Madalena): Ele não está aqui, ressuscitou (Lucas 24.1-12). O anjo trouxe a boa notícia, apontando para a perspectiva de novas possibilidades históricas e as mulheres seguiram lutando pela vida boa.

O anjo da história, refletido por Walter Benjamin, a partir do quadro de Klee, que parece nada pode fazer diante da tempestade, a qual se denomina de progresso, interpela as relações construídas entre profano e o sagrado de nossa história brasileira. O Anjo da História gostaria de parar, cuidar das feridas das vítimas esmagadas sob os escombros amontoados, mas a tempestade o leva inexoravelmente a repetição do passado: novas catástrofes, novas hecatombes, cada vez mais amplas e destruidoras.<sup>61</sup> É a partir da tomada da reflexão consciente dos escombros, dos caídos às beiras das estradas, das narrativas dos sofridos, presos e torturados que se reconstitui a memória subversiva cidadã, para que a história não se repita mais, nem como tragédia e nem como farsa. É necessário superar o esquecimento. É necessário lembrar e narrar.

O Anjo dos Evangelhos anunciou com alegria do verbo esperar que o Cristo crucificado venceu a morte, impulsionando a Igreja a recuperar o seu papel profético e solidário, que é cuidar das feridas das vítimas esmagadas e sofridas, espalhadas pelas periferias, ouvir e consolar de forma solidária – tornar-se um espaço de escuta sensível e respeitosa à dor, ajudar a secar as lágrimas, a valorizar a memória dos presos,

---

<sup>61</sup> BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas I**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Maria Gagnebin. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 226.

torturados, daqueles/as que ainda buscam os restos de seus entes queridos. A memória histórica dos/as sofridos e perseguidos poderá ser um farol para que a IECLB assumo o seu papel profético, empático e solidário em solo brasileiro, pela vida de todas as pessoas. Sejam todos e todas nós os anjos da história que anunciem a possibilidade de um novo tempo, já no presente, que impeça o esquecimento para que a barbárie não se implante novamente em nosso país. O direito à memória e a verdade histórica dos/as sofridos/as torturados/as nos compromete na luta pela vida de todos brasileiros e todas brasileiras!



## **ANEXO 1 : RESENHA “MULHERES, DITADURAS E MEMÓRIA”**

---

ROSA, SUSEL OLIVERIA DA. **Mulheres, Ditaduras e Memória**: “não imagine que precise ser triste para ser militante”. Prefácio de Margareth Rago. Apresentação de Nilce Cardoso, Yara Gouvêa e Miriam Paglia. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013. (Coleção Entregêneros)

### **A VIDA SECRETA DAS PALAVRAS**

Susel Olivera Rosa, doutora e pós-doutora em História, gerou um texto de rara beleza e leveza mesmo quando tratou das dores de mulheres que sofreram torturas por parte dos agentes do Estado ditatorial militar de 1964. Nilce, Danda, Flávia e tantas outras, com seus codinomes de luta, fizeram de seus corpos-testemunha um campo de batalha contra o arbítrio. Os corpos de militantes não se masculinizaram ao oferecer resistências inimagináveis, apesar de seus camaradas afirmarem que as lutas feministas teriam lugar depois da revolução. Após dias de torturas, com o corpo alquebrado num hospital, Nilce provoca nas enfermeiras o temor da ameaça de suicídio ao pedir uma gilete para se depilar e um banho para lavar outras sujeiras em seu corpo, a fim de mostrar, pelas suas feições, aos torturadores e ao mundo que ela havia resistido. Ao contrário de outras camaradas, lutadoras e companheiras de camaradas, que na organização deveriam se parecer como homens, Nilce e outras não se renderam à família patriarcal da direita e da esquerda de então.

A obra de Susel reflete três anos de pesquisa de pós-doutoramento com três mulheres associadas a tantas outras. Não é fácil resenhar um texto que narra as dores e os gritos das

torturas sem perder a ternura e a amizade que fecundou entre elas ao longo do processo de entrevistas, que se emoldura por meio de obras da literatura e cinema. Ao relatar sobre a escrita de Susel, não posso manifestar a estranheza entre as investigações feitas pelos torturadores e a investigação realizada pela historiadora Susel. São investigações com hermenêuticas polarizadas e, ao mesmo tempo, semelhantes. Segundo Nilce, nas sessões de torturas, os torturadores não queriam apenas informações, mas a própria vida das torturadas. Arrisco a dizer que a perversidade dos torturadores denunciava a falta de vida em si. Já a investigação de Susel nada tem de antropofágica, pois as entrevistas são mediadas pela ternura e amizade, emolduradas por obras de arte, com sustentação em Deleuze e Hannah Arendt, entre tantas outras.

Quando Susel combina a entrevista com Nilce, esta sugere o filme *A Vida Secreta das Palavras*, cuja protagonista é Hanna Amiran, uma refugiada da guerra dos Balcãs. Hanna e sua amiga voltam alegres da escola, mas se dão conta que estão dentro de uma cena de guerra. Assim, transformado aquele local em campo de exceção, as mulheres eram abusadas pelos soldados. E nada mudou com a chegada das tropas da ONU. A violência contra as mulheres em tempos de guerra só muda de tropa. O estupro é uma prática de guerra.

Hanna, que ficou surda por causa da tortura, valia-se desta condição quando não estava disposta a ouvir. De certa forma a vida de Hanna e Nilce se cruzam. Depois de uma sessão de tortura nas salas frias dos agentes da ditadura Nilce foi até o fim, sem entregar os camaradas da Ação Popular. Os torturadores estavam acompanhados por um médico que dizia que ela aguentaria mais, até ser levada para o hospital. Em outras oportunidades, médicos agiram de forma diferente, mesmo que os olhos da ditadura estivessem por todos os lugares.

Em suas memórias Nilce fala de seu início de militância estudantil, entrada na Ação Popular e os primeiros encontros com as favelas urbanas, desconhecidas por ela. Na Ação Popular “os camaradas machos” definiam os lugares das mulheres na

organização nos moldes da família patriarcal. Discutir sexualidade, votos e outros temas da intimidade, etc. eram assuntos para depois da revolução. Susel assim sintetiza a concepção patriarcal da esquerda de então:

Em primeiro lugar estava a infraestrutura econômica, as outras discussões – como as propostas pelas feministas – eram periféricas, superestruturais. Para Lênin, por exemplo, “sexo não era assunto para as mulheres tratarem; em vez disso deviam discutir salários, desempregos, impostos. Quando estas questões estiverem resolvidas, o resto entraria nos eixos.” Ou seja, o marxismo não alterou a ordem misógina do mundo, muito pelo contrário, o feminismo continuou relegado pela esquerda. (p. 38).

As memórias das mulheres que participaram das organizações, militantes e ex-militantes, entre os anos 70 e 80 “teceram a crítica a esse padrão de pensamento” (p. 39), padrão presente nos *Subterrâneos da Liberdade*, obra de Jorge Amado, lida como referências na organização onde Nilce e outras participavam. Susel, sempre parceira de suas entrevistadas, fala da personagem principal da obra de Jorge Amado, como “mulher completa”, que deu a luz a um menino e sempre aprendia com os homens da luta, num papel coadjuvante ou nem isto. Afinal, casada com o camarada João, fora transformada em “esposa do camarada João”.

Danda Prado lembra que o termo “família” origina-se do latim *famulus*, que significa “o conjunto de servos ou dependente de um senhor”, entre eles a esposa e os filhos. O livro **Esposa, a mais antiga profissão**, diz que as palavras “mulher” e “esposa” são usadas indeterminadamente em quase todas as línguas. Mariana, que no início do romance era “filha de” um comunista, encarregada de continuar os seus passos, agora era a esposa, a mulher, a “companheira” de João, um dirigente, logo, deveria considerar-se honrada e com mais “responsabilidade”. (p. 39).

Sob este padrão, nas organizações que combatiam o regime militar, as mulheres ocupavam o mesmo lugar que na família patriarcal. Nilce era uma jovem universitária extrovertida nas festas de sua faculdade, mas na Ação Popular precisou se tornar invisível e discreta, como milhões de mulheres. Assim entrou para a clandestinidade, invisível, mas alegre. Relembro a frase subtítulo da obra que estamos resenhando: “não imagine que precise ser triste para ser militante”. Nilce se orientava por esta frase que ainda hoje é atual.

Por não se entregar e entregar os camaradas da Ação Popular, as técnicas de tortura iam mudando. Desta vez, nas salas de torturas da Operação Bandeirantes (OBOAN) foi usado uma nova técnica para fazer falar o que é segredo para os torturadores. Denominavam a técnica de “Encontro com o Diabo”, conduzido pelo “doutor Mangabeira”. Era preciso atingir Nilce no psicológico: “tentaram me desmoralizar como mulher, questionar meus valores, minha inteligência e tudo fizeram para que eu não soubesse distinguir entre realidade e alucinação.” (p. 71).

O “encontro com o diabo” aconteceu na sala de torturas, onde Nilce duelou com seus torturadores e os seus “espíritos”. Vamos ver qual dos diabos é o mais forte, o meu ou o teu?, disse Nilce. Assim, sem se intimidar pela fumaça e a voz invisível, o feitiço voltou-se contra o feiticeiro. Como era torturada todos os dias por um mês, no dia do “encontro com o diabo” Nilce tinha um “dia de folga”. E mais adiante ela disse em entrevista que “cada vez que eles vinham eu ficava mais forte, aparecia outra força não sei da onde.” (p. 75).

Mais forte ficava quando fez amizade com outra companheira de luta. Susel narra, com auxílio de Deleuze, o valor dos afetos e de amizade nos momentos em que a vitória do opressor parece estar garantida. Então veio a prisão de sua companheira e amiga Delsy e, em seguida, uma “acareação” entre as amigas, na qual os torturadores responsabilizavam Nilce pelos sofrimentos da amiga. Mas nada conseguiram tal a fidelidade da causa e da amizade. E diante dos torturadores as duas se portaram como desconhecidas.



Em muitos momentos a memória de Nilce era seletiva, como se fosse um mecanismo para resguardar o resto de vida que existia nela. Também houve momento de “apagão” total, situação esta vista por Nilce como um mecanismo de resistência contra a tortura, e, por ser mulher, o estupro ou a ameaça constante dele, o que dá no mesmo. Tudo isto comandado por Pedro Seelig, no período do General Médici. O torturador morreu sem ser julgado.

Liberada do DOPS/SP em final de 1972 volta para Porto Alegre, onde semanalmente deveria se apresentar no prédio da Auditoria Militar. Sempre que se deslocava para aquele prédio temia ir e não mais voltar. E, mesmo que seu processo fora arquivado por falta de provas, as perseguições seguiam até o final da ditadura. Foram as amigades que a sustentaram suas memórias e esperanças. Morou com uma amiga, mesmo que esta pensasse diferente dela. Compartilharam alegrias porque “tinham em comum o desejo de transformar o mundo, cada uma a sua maneira.” (p. 103). Susel conclui o capítulo a respeito de Nilce de forma instigante e nos mostrando que na pesquisa a outra/ o outro nunca é objeto, como quer o patriarcalismo nas ciências:

Assim, depois de muitas entrevistas e de conviver pessoalmente com Nilce, posso afirmar que a aposta numa ética da amizade, enquanto espaço de resistência e reinvenção do político que reflete o cuidado consigo e com o mundo, é central em sua trajetória. Ela que, aos sessenta e sete anos, atuando como psicopedagoga clínica e trabalhando muitas horas por dia em seu consultório ou nos cursos de que ora participa, ora ministra, permanece no combate, mantém seu corpo-testemunha em luta, produzindo constantemente novos olhares sobre a sua experiência, produzindo dobras que potencializam a vida, fazem esta voltar-se contra o poder. (p. 103).

## DANDA PRADO E A CORAGEM FEMINISTA

Danda Prado aproveitou o exílio em Paris para pesquisar e articular mulheres em torno das ideias feministas. Aos dezessete anos falava sobre sexualidade na Associação do Partido Comunista no Rio de Janeiro. Não só se insurgiu contra a ditadura militar; também desconstruiu saberes que generizam os humanos em formatos binários, pois há um entre-dois do corpo-homem e corpo-mulher. (p. 111-113). Exilada, fundou em Paris o *Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris*. Da capital francesa divulgou para América Latina o Boletim *Nosotras*. Entre tantos temas do Boletim do Grupo de Mulheres destacavam a desnaturalização do papel de esposa na ordem patriarcal e a descriminalização do aborto. Com a Anistia de 1979, volta para o Brasil e continua com sua atuação. Participa do “Coletivo de Mulheres no Rio de Janeiro, editando *O Sexo finalmente explícito e a Revista Impressões*”. (p. 111). Através da Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, continua subvertendo a ordem androcêntrica.

Com o devir nômade, como filosofia de vida, Danda e outras colegas não se deixam enrijecer pelos códigos e as normas que nos prendem. Outros temas vêm para as reflexões de Danda e suas companheiras de feminismo. Gera um livro sobre aborto a partir de um caso que estava tornando público ao voltar, após anistiada, para o Rio de Janeiro. A mãe, uma operária nordestina de uma empresa têxtil vê sua filha grávida aos 13 anos. Seu padrasto a estupra enquanto a mãe estava fora trabalhando.

Danda acompanhou Cícera na luta pelo aborto, já permitido legalmente, mas os médicos se negavam a fazê-lo. Acompanhando a trajetória de Cícera, Nanda escreveu um livro sobre o caso que tinha tornado público porque a mãe, não sabendo mais o que fazer, apelou para um programa da mídia dirigido por Cidinha Campos. Em 1981 publica o livro “**Cícera: um destino de mulher: autobiografia de uma imigrante nordestina, operária têxtil.**” Cícera se torna coautora do livro sobre a sua vida. Cícera não foi objeto de pesquisa; transformou-se em protagonista. Também aí se descontrói o viés patriarcal da pesquisa que transforma tudo em

objeto. Cícera é uma protagonista juntamente com Danda. São coautoras da obra e da vida.

Segundo Susel, Danda tematiza as cirurgias de transgenitalização a partir do filme *XXY*. A mãe e o pai de Alex não deixam que os médicos façam intervenções cirúrgicas para definir o sexo logo após o nascimento. Nem deixam a criança ser filmada por sua “anormalidade”. Para deixar Alex escolher no futuro, vão morar num outro lugar. Mas Alex cresce e começam a aparecer as suas diferenças que não cabem no binarismo sexo-gênero do mundo patriarcal e também da medicina. A decisão fica por conta de Alex. “A surpresa advém da resposta de Alex: e se eu não quiser nada? [...] Não quero comprimidos, nem operações [...] Quero que tudo continue igual.” (p. 119). E assim continuou sofrendo pressão externa, mas não porque decidiu escolher. Preferiu fugir dos efeitos cirúrgicos que popularmente se expressam dizendo que é mais fácil fazer um buraco do que erigir um poste.

A não linearidade do texto de Susel permite voltar a assuntos importantes da atuação de Danda. Em Paris parece que ela estava cansada com as reuniões dos exilados onde quase só os homens falavam sobre revolução. Além disso, os exilados ficavam em casa e as mulheres iam para o trabalho. Um depoimento de Danda a Susel merece ser transcrito:

A primeira reunião surgiu de minha irritação com homens exilados que ficavam em casa, discutindo a revolução enquanto as mulheres saíam para trabalhar, fazer faxinas, além das tarefas habituais de esposas em casa. E eu quis falar dessa situação na reunião [...] quer dizer, eu tinha ouvido contar inclusive que uma delas havia sido espancada e precisou sair de noite pela rua [...] E essas história circulavam... então pensei em fazermos alguma coisa... pelo menos estar juntas e contar o que se passava nos movimentos de mulheres [...]. Foi assim que organizamos a primeira reunião. (p.139).

As reuniões do primeiro grupo de feministas no exílio eram muito comentadas pelas suas participantes. Susel resgata vários

depoimentos descritos por elas. Uma dela disse que sai alegre das reuniões. “Os encontros do grupo produziam alegria, potencializam as forças das mulheres ali reunidas, possibilitando para muitas – em meio à solidão do exílio – multiplicar afetos, como diz Maricota.” (p. 142). Naquelas reuniões as mulheres teciam as suas redes. Danda teceu a sua, uma tese de doutorado sobre **Esposa: a mais antiga profissão**.

Como já anunciamos acima, na breve apresentação de Danda, o Grupo de mulheres exiladas gerou um Boletim *Nosotras*. O Boletim circulou pelo mundo, especialmente na América Latina. Susel, através de Danda, apresenta vários depoimentos de mulheres de nosso continente. Há depoimentos de mulheres do México, Portugal, Brasil, Argélia, entre tantos outros. O Grupo das Exiladas de Paris foi se reproduzindo noutros contextos. Danda passou a viajar por aqueles contextos onde os grupos se formavam, fazendo novas amizades, sem deixar de estar com os olhos para as torturas no Brasil com seu “milagre econômico”; milagre este que chegou a representar algumas tentações em certos camaradas e “depressão” noutros que viam a vitória do opressor.

Como não foi possível resumir tantos depoimentos pessoais de inúmeras mulheres exiladas e outras, buscamos uma percepção de Hannah Arendt em seu livro *Tempos Sombrios*, base teórica para Danda e Susel:

Para Hannah Arendt, por mais que as coisas nos afetem, elas só se tornam “humanas” quando podemos discuti-las com outras pessoas, “só falando daquilo que se passa no mundo em nós próprios é que nos humanizamos.” A afirmação da filósofa inspira-se no conceito grego de amizade, que incluía o desejo de partilhar o mundo com outras pessoas. Partilha que acompanhou a trajetória de Danda, como mostram os depoimentos de Branca Alves e Suely Gomes Costa. Ou como mostram as cartas, as ações e os demais depoimentos ao longo do texto. (p. 232).

Como Nilce e tantas outras, Danda não se aquietou. Continuou inquieta com as injustiças, com a violência. “Danda permanece profundamente empenhada com o mundo, desejando torná-lo mais filógeno.” (p. 233).

## **FLÁVIA SCHILLING E A SUBJETIVIDADE REVOLUCIONÁRIA**

Gaúcha de Santa Cruz do Sul-RS, região de colonização alemã, emigrou para o Uruguai com sua família porque seu pai era perseguido por suas ideias políticas no Brasil. Com Flávio Koutzi e Flávio Tavares, Flávia Inês Schilling esteve nos cárceres (uruguaios e argentinos) por causa de sua militância junto ao Movimento Tupamaro.

Antes de começar o longo processo de entrevistas Flávia disse para Susel que não aceitava ser colocada no lugar de vítima. “Além disso, antecipou que não gosta do prefixo ex – “Não sou” “ex-presa política”, não sou “ex-militante revolucionária”. Cedo recusou, também, transformar os anos que passou na Militância do Movimento Tupamaro e nos cárceres uruguaios em profissão política. (p. 238). Continua seu raciocínio dizendo que nunca militou ou se filiou a um partido político, mesmo quando votou ao Brasil depois de oito anos nos cárceres uruguaios. Nas entrevistas pouco comentou sobre as suas situações traumáticas nas cadeias – calabouços onde não se podia dar mais de cinco passos.

Flávia se identificava com o pensador Michael Foucault. Nele buscou entender a “subjetividade revolucionária” que não passou por um partido político. Foucault mostra que a conversão à revolução enquanto tecnologia de si do século XIX foi sendo absorvida, enxugada e anulada pelo partido revolucionário. Os grandes convertidos de hoje são os que não creram na revolução (Foucault) e morreram de “amores pelo poder”. Dada à influência de Foucault na visão de mundo de Flávia, cabe transcrever nesta resenha ampliada algumas pistas expostas pelo filósofo francês sobre a “subjetividade revolucionária”, já que a leitora e o leitor deste E-book não terão acesso com muita facilidade às obras

citadas por Susel. Além do mais, tais pistas são cada vez mais atuais nos “tempos sombrios” em que estamos vivendo:

Esta arte de viver contrária a todas as formas de fascismo, que sejam elas já instaladas ou próximas de ser, é acompanhada de certo número de princípios essenciais, que eu resumiria da seguinte maneira se eu devesse fazer desse grande livro um manual ou um guia da vida cotidiana:

- Libere a ação política de toda a forma de paranoia unitária e totalizante;

- Faça crescer a ação, o pensamento e os desejos de proliferação, justaposição e disjunção, mais do que por subdivisão e hierarquização piramidal;

- Libere-se das velhas categorias do Negativo (a lei, o limite, a castração, a falta, a lacuna), que o pensamento ocidental, por longo tempo, sacralizou como forma de poder e modo de acesso à realidade. Prefira o que é positivo e múltiplo; a diferença à uniformidade; o fluxo às unidades; os agenciamentos móveis aos sistemas. Considere que o que é produtivo, não é sedentário, mas nômade;

- Não imagine que seja preciso ser triste para ser militante, mesmo que a coisa que se combata seja abominável. É a ligação do desejo com a realidade (e não a sua fuga, nas formas de representação) que possui uma força revolucionária;

- Não utilize o pensamento para dar a uma prática política um valor de verdade; nem a ação política, para desacreditar um pensamento, como se ele fosse apenas pura especulação. Utilize a prática política como um intensificador do pensamento, e a análise como um multiplicador das formas e dos domínios de intervenção da ação política;

- Não exija da ação política que ela restabeleça os “direitos” do indivíduo, tal como a filosofia os definiu. O indivíduo é o produto do poder. O que é preciso é “desindividualizar” pela multiplicação, o deslocamento e os diversos agenciamentos. O grupo não deve ser o laço orgânico que une os indivíduos hierarquizados, mas um constante gerador de “desindividualização”;
- Não caia de amores pelo poder. (p. 240-241).

Vamos destacar das pistas acima, publicada no prefácio da obra *Introdução à Vida não Fascista*, a frase que encontra no subtítulo da obra que está sendo apresentada: *Não imagine* que seja preciso ser triste para ser militante. Susel afirma ser estranho ler Flávia falando em “alegria” no calabouço, de 1,5 metros por 2,5. Inclusive criaram um movimento na prisão: “Movimiento Hilariante para la Liberación”. Susel afirma, no que concerne a este “Movimiento Hi”, que ele sustentou as memórias das presas políticas. Outras formas de resistência são criadas e testemunhadas no seu livro: não sou “uma presa”, mas “estou presa”. Entre outros recursos, relativos às resistências, Flávia leu livro sobre iogas. (p. 268). Ainda sobre ioga Flávia diz ser possível bancar de palhaças quando a praticamos. Também ensina a ser flexível como um bambu chinês. No caso das sessões de tortura, a flexibilidade era importante: diante do torturador se curvar e depois voltar-se ao alto novamente. E do livro de Flávia *Querida Liberdade*, publicado em 1980, pela Global, Susel destaca uma “comemoração” baseada em personagens de um cartunista argentino Quino: “amanhã, festejo dois anos de calabouço, dos quais passei 23 meses completamente sozinha [...] também pensei que já estou cheia de mim mesma! Acho que vou fazer como o Miguelito (de Mafalda) e, através de um golpe de estado, derrotar a minha velha personalidade.” (p. 269).

Flávia fez de sua trajetória e experiências de superação uma dissertação de mestrado na Unicamp, concluída em 1991. Para realizar a pesquisa de mestrado voltou ao Uruguai a fim de entrevistar suas companheiras de prisão. Deixou com elas um gravador. Depois transcreveu as fitas para entender a resistência

das pessoas, que se tornou tema de sua dissertação. Em entrevista a Susel, Flávia comenta que a dissertação – **Estudos sobre Resistência** - foi o melhor trabalho acadêmico que ela fez. “Como se resiste, por que se resiste, contra quem se resiste, é o eixo central do trabalho de mestrado”. (p. 256).

Em outro artigo onde trabalha o tema “memória da resistência ou a resistência como construção da memória”, cita o escritor português Saramago que fala do talento de dizer “não” a serviço do “sim”: “abençoados os que digam não, porque deles deveria ser o reino da Terra”. Deveria, disseste. O condicional foi deliberado, o reino da Terra é dos que tem talento de pôr o não a serviço do sim, ou que, tendo sido autores de uma não, rapidamente o liquidam para instaurarem um sim, conforme Flávia Schilling.

Um aspecto importante a ser considerado na trajetória de Flávia refere-se ao Movimento Feminino pela Anistia no Rio Grande do Sul, liderado por uma mulher. Foi este Movimento que deu partida a uma grande luta pela libertação de Flávia que tomou a região e o país todo. A palavra movimento e nomadismo, presentes nas entrevistas, precisam ser destacados. Foi levada ao calabouço por participar do Movimento Tupamaro. Foi o Movimento da Anistia que deslançou a pressão para a sua liberdade. E, de volta ao Brasil, Flávia insiste na liberdade, nos movimentos, não partidos, nada de organização que de alguma forma limitem a sua ação. (p. 311).

Ainda cabe destacar o valor das obras literárias para quem está no Cárcere. Diz ela que “os livros povoaram os silêncios, me enriqueceram diariamente. Foram essenciais para a sobrevivência e para minha vida posterior”, segundo um artigo de Flávia citado por Susel. Inclusive cita Borges positivamente, um escritor tido como conservador. Por meio da literatura é possível traçar linhas de fuga mesmo nos calabouços. De minha parte acrescentaria que as linhas de fuga que não se subordinam aos códigos e as normas do poder, também são necessárias para quem vive nos calabouços aqui fora.



Por último, mas não menos importante, Flávia retoma a sua palavra no texto de Susel, que pode ser estendida para Nilce, Danda e tantos outros e tantas outras que buscam entender mulheres, homens e os entre-lugares como abertos, num devir constante e num nomadismo sem tréguas, já que a resistência tem esta “natureza”. Segue uma frase síntese de sua dissertação de mestrado, citada por Susel.

Eu penso estar nas brechas e nos interstícios, nos lugares pouco iluminados pela grande luz da racionalidade. Meu objeto é humilde, rumor, opacidade, algo que talvez não exista, algo que talvez esteja sempre morrendo, sobrevivendo, quem sabe num olhar, num suspiro, num desejo mal formulado. Dai que palavras que o retratam sejam assim, redondas, não consigam deter-se, se repetem, e pulam e somem. (p. 314).

Se os estudiosos e estudiosas do Sagrado lessem este pensamento-síntese de Flávia perceberiam a proximidade com suas teses: o Sagrado não se deixa prender nas gaiolas verbais, conforme Bauman interpretando o Sagrado de Rudolf Otto.

Como podem ver na leitura desta resenha ampliada exponho no parágrafo anterior o meu olhar de teólogo protestante, já que o termo “protestante” pode ser entendido como um princípio que não se dobra ao fato de que a realidade é o que é. Idolatria consiste em fazer do meio um fim, de um texto um fetiche que não remete às fontes. A liberdade está nos “entre-lugares”, ou no “já e ainda não”.

É urgente lermos Susel e as obras citadas em seu livro. “Os tempos sombrios” assim o exigem. Assim, fica aqui o convite para ler a obra de Susel, a qual não pode ser substituída por resenhas.



## ANEXO 2: RELATÓRIO AZUL 2014

---



## Recomendações

A **Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul**, criada pelo Decreto n.º 49.380, de 17/07/2012, para auxiliar os trabalhos da **Comissão Nacional da Verdade**, na apuração das mais graves violações a direitos humanos ocorridas no território riograndense, ou mesmo fora dele, mas contra seus naturais, no período compreendido entre 1º de janeiro de 1961 e 5 de outubro de 1988, em atendimento ao disposto nos artigos 3º, inciso VII, e 10, *caput*, daquele diploma, e

CONSIDERANDO os fatos revelados em oitenta e um depoimentos (81) a ela prestados, em nove (09) audiências públicas e em vinte e sete (27) audiências internas, bem como a profusa documentação por ela recolhida, acerca da constituição, no Rio Grande do Sul e no Brasil, dentro e à sombra das instituições estatais, de aparato repressivo criminoso, voltado contra os adversários, reais, potenciais ou imaginários, do regime ditatorial implantado após o golpe de estado de abril de 1964;

CONSIDERANDO que os sequestros, prisões ilegais, torturas, mortes, desaparecimentos forçados, perseguições políticas, cassações, demissões e exílio de milhares de cidadãos riograndenses, desde a implantação da ditadura e ao longo dos vinte e um anos de sua duração, constituem atos típicos de *terrorismo de estado*, voltados que eram não apenas às vítimas diretas da repressão, mas também à cidadania como um todo;

CONSIDERANDO que os sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos forçados constituem, ademais, *crimes lesa humanidade*, assim previstos pelo Direito Internacional Penal e pelo Direito Humanitário, em tratados e convenções firmados pelo Brasil e ratificados por seu Parlamento;

CONSIDERANDO ainda que, passadas quase três décadas após a redemocratização do país, a permanência de instituições, práticas e rotinas implantadas durante o período ditatorial, sob inspiração da *ideologia da segurança nacional*, impede até hoje a plena efetivação da demo-

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

---

cracia no país, apresenta à **União Federal** e ao **Estado do Rio Grande do Sul**, as seguintes

**Recomendações:**

(i) relativamente ao processo de **justiça de transição**:

- dar continuidade ao excelente trabalho desenvolvido pela **Comissão Nacional da Verdade**, mediante projeto de lei destinado a reinstituí-la de forma definitiva, inscrevendo-a na estrutura administrativa da **União Federal**, preferencialmente na Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos, assegurada participação da sociedade civil, sob a forma de Conselho Deliberativo, no qual tenham representação os órgãos públicos e instituições ligadas à defesa dos direitos humanos, da cidadania, e de memória e verdade;

- reinstituir a **Comissão da Verdade**, no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, mediante projeto de lei que a inscreva, de forma definitiva, na estrutura administrativa, preferencialmente junto à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, assegurada participação da sociedade civil, sob a forma de Conselho Deliberativo, com representação de órgãos públicos e instituições ligadas à defesa dos direitos humanos, da cidadania, e de memória e verdade;

- remeter ao **Ministério Público Federal** os depoimentos colhidos e os documentos reunidos pela Comissão, visando à instauração de procedimentos criminais contra os autores, diretos e indiretos, das graves violações a direitos humanos ali reportadas;

(ii) relativamente às **leis e instituições** do país:

- apoio às iniciativas em curso no sentido de revisar a interpretação dada, no ano de 2009, pelo **Supremo Tribunal Federal**, no julgamento da **ADPF n.º 153**, ao dispositivo do artigo 1º, § 1º, da **Lei de Anistia**, de forma a excluir do conceito de "crimes conexos" os **delitos lesa humanidade**

Relatório Azul 2014

---

praticados pelos agentes do aparelho montado, pelos governos ditatoriais, para reprimir seus opositores, permitindo assim sua responsabilização criminal pelos sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos forçados de milhares de brasileiros – tal que determinado na sentença condenatória, proferida contra o Brasil, pela **Corte Interamericana de Direitos Humanos**, ao julgar o chamado “caso Lund”;

- adoção de medidas, legislativas e administrativas, no sentido da *desmilitarização das polícias estaduais*, desconstituindo a formatação que lhes foi dada durante os governos ditatoriais, que as transformou em forças auxiliares do *Exército*, e lhes imprimiu feição militar, até hoje mantida, incompatível com a natureza da função de policiamento ostensivo, a ser cumprida por instituição civil, ainda que seus membros devam atuar fardados;

- alteração das regimentos militares e de polícia, permitindo o controle social democrático sobre as instituições armadas do país;

- revogação pelo **Congresso Nacional** da *Lei de Segurança Nacional* (Lei n.º 7.170/83), ou declaração de inconstitucionalidade de seus dispositivos, pelo **Supremo Tribunal Federal**, em especial dos artigos que tipificam crimes;

- dar continuidade ao excelente trabalho realizado pela **Comissão de Anistia** do Ministério da Justiça, visando ao aprofundamento do processo de reparação, moral e patrimonial, à cidadania perseguida pelo aparato repressivo político montado durante os governos ditatoriais, incluindo a disponibilização, pelo sistema público de saúde, de atendimento psicológico às pessoas afetadas psiquicamente pelas violências então sofridas, nos moldes do projeto *Clinicas do Testemunho*, desenvolvido por aquele Colegiado;

- instituição de política pública de *sítios de memória*, em nível federal e estadual, com a identificação e o tombamento de imóveis utilizados, como centros de repressão ou locais de detenção, durante o período ditatorial, visando ao seu futuro aproveitamento como memoriais ou museus, inclusive

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos

---

com a adoção das medidas necessárias à sua recuperação e/ou restauração;

(iii) relativamente a **ensino e memória**:

- alteração dos currículos das academias militares e de polícia, com a introdução de conteúdos relativos ao processo de *justiça de transição*, em especial, sobre os crimes praticados pelo sistema repressivo político montado pelos governos ditatoriais, inclusive com a adoção da bibliografia acerca destas matérias, usada nas universidades públicas brasileiras;

- alteração dos currículos das academias militares e de polícia, com a introdução de conteúdos relativos aos direitos humanos e sua promoção e defesa, bem como sobre as garantias e direitos, individuais e coletivos, e demais prerrogativas da cidadania brasileira;

- alteração dos currículos das disciplinas de História, Ciências Sociais e Naturais, nos três níveis (fundamental, médio e superior), com a introdução de conteúdos relativos ao golpe militar de abril de 1964, e dos vinte e um anos de governos ditatoriais que se seguiram, com ênfase nas violências praticadas pelo sistema repressivo político por eles montado;

(iv) relativamente à **política de comunicação**:

- realização de exposição itinerante sobre o resultado do trabalho da **Comissão Nacional da Verdade**, com curadoria técnica, a cargo de pessoal especializado das áreas de História, Ciências Sociais, Comunicação, Informática e Artes Visuais, exposição esta que deve percorrer as capitais do país durante dois anos, dando ênfase aos aspectos relacionados ao regime ditatorial e à violência de estado, aí incluídas suas manifestações presentes (p. e., as relações entre a ditadura e a violência ainda hoje institucionalizada, dirigida contra pobres, mulheres, jovens, negros, índios, homossexuais e transexuais);

---

Relatório Azul 2014

---

- realização, paralela à exposição acima sugerida, de ciclos de palestras e atividades artísticas, inclusive com a produção de filmes de mídia e curta metragem, tendo por tema o trabalho das **Comissões de Verdade**;

- no plano estadual, a criação, dentro do *Arquivo Público do Estado*, de espaço próprio destinado a hospedar o acervo da **Comissão Estadual da Verdade**, em forma de exposição permanente, com a disponibilização dos testemunhos a ela prestados, e da documentação por ela reunida, à população em geral, e de modo especial, aos alunos das redes públicas, estadual e municipais;

- adoção de campanhas públicas permanentes, inclusive e preferencialmente, na rede escolar, contra a prática de tortura e demais formas de tratamentos cruéis e degradantes.

**Tudo para que nunca se esqueça,  
Para que nunca mais aconteça!**

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2014.

**Aramis Nassif**  
**Carlos Frederico Barcellos Guazzelli (coordenador)**  
**Céli Regina Jardim Pinto**  
**Oneide Bobsin**



## ANEXO 3: CERTIFICADO COMISSÃO DA VERDADE





# ANEXO 4: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

---

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: “Direitos Humanos, Ditadura Militar e Igreja: Vozes Dissonantes”

Nome do Pesquisador: Prof. Dr. Onécide Bobsin

1. **Natureza da pesquisa:** a/o sra/sr..... está sendo convidada/o a participar desta pesquisa que tem como finalidade de resgatar a sua participação na resistência ao regime civil-militar que violou os direitos humanos de quem a ela ofereceu resistência, por volta de 1970.
2. **Participantes da pesquisa:** sete participantes vinculados à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.
3. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo a/o sra/sr permitirá que o pesquisador registre a memória da sua participação na resistência ao regime militar (1964-1985). A/o sra/sr tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto e, se necessário através do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.
4. **Sobre as entrevistas:** realizaremos 7 entrevistas, que serão gravadas e transcritas. Elas situarão a participação de evangélicos luteranos na resistência ao regime civil-militar em sua trajetória de vida, partindo das motivações e buscando descrever os compromissos posteriores no campo sócio-político.
5. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. As pessoas contatadas para as entrevistas manifestaram o seu desejo de registrar as memórias de sua participação. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade.
6. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas com as entrevistas servirão de base para estudo da participação política e social na resistência a um Estado de exceção e serão publicadas através de artigos acadêmicos e/ou livro.
7. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa a/o sra/sr não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre um

momento crítico da História do Brasil, de forma que o conhecimento que será construído a partir desta pesquisa possa trazer à memória das novas gerações os acontecimentos que sofreram com a política do esquecimento.

8. **Pagamento:** a/o sra/sr não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem:

#### **Consentimento Livre e Esclarecido**

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Nome do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante da Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Local e data

#### **TELEFONES**

**Pesquisador:** xx5135894905/81228342

**Orientador:** Oneide Bobsin

**Nome e telefone de um membro da Coordenação do Comitê de Ética em Pesquisa:** 51 21111419

# ANEXO 5: APRESENTAÇÃO DO LIVRO “CONFLITO, LIBERTAÇÃO E RECONCILIAÇÃO”

---

MOYA, CÉSAR. **Conflito, libertação e reconciliação: ética teológica para a reconciliação a partir das vítimas na América Latina.** São Leopoldo: Sinodal, 2014.

## Apresentação

Quando o governador do Rio Grande do Sul me convidou para integrar a Comissão Estadual da Verdade, perguntei-lhe sobre o lugar de um teólogo neste projeto que visa lançar transparência sobre um passado a fim de resgatar a memória daquelas pessoas que lutaram por ideias distintas daqueles que usurparam o poder legítimo do povo por meio de golpe de Estado. O governador Tarso Herz Genro respondeu prontamente dizendo que alguém da Teologia teria condições para colaborar na busca da verdade.

O livro do menonita César Moya, que chega ao público brasileiro, faz uso de relatórios de Comissões da Verdade de países latino-americanos como fonte de pesquisa, entre tantas outras. Seu olhar analítico sobre as causas de tanto sofrimento e sobre a busca de superação individual e estrutural das condições que geraram e geram a violência passa pelo crivo de uma leitura atenta em busca de um marco ético-teológico da tradição bíblica judaico-cristã.

Sustentado por uma reflexão embasada em teólogos e teólogas, César Moya inspira-se nos argutos pensamentos de Gustavo Gutiérrez e Dietrich Bonhoeffer, esse último vítima do nazismo e aquele articulador da Teologia da Libertação latino-americana. Um olhar a partir de baixo lança luz sobre as práticas violentas dos de cima e anima os/as violentados/as a inspirar-se numa esperança nada espiritualizada, quietista. Bonhoeffer instiga-nos a ver os grandes acontecimentos do mundo a partir de baixo, das perspectivas dos inúteis, dos oprimidos, dos desprezados; enfim, na perspectiva dos que sofrem.

A coerência do texto que está sendo apresentado pode ser vista nas perguntas que o autor faz para a sua tradição eclesial fortemente influenciada pela busca de uma mudança espiritual individualista. Esse acerto de contas com sua própria tradição é condição básica para refletir sobre o tema da reconciliação numa perspectiva integral. Embora contemple o debate em torno do perdão entre vítimas e victimizadores, Moya não deixa de ver a necessidade da transformação estrutural da sociedade que gerou tanta violência e tantas vítimas.

Temas teológicos como perdão, conversão, reconciliação, cura, entre outros, são arrancados de seus lugares eclesiais, tingidos pelo individualismo espiritualizante, o qual ainda hoje faz das igrejas mecanismos institucionais de legitimação da violência. Diante das situações de violência que feriram profundamente a dignidade

humana, provocadas por estruturas de poder político, o chamado divino não se dirige apenas para uma transformação da sociedade, mas às próprias igrejas.

Como em outras partes do mundo, na América Latina foram agentes do Estado que feriram a dignidade daqueles que resistiam ao poder ilegítimo da ordem imposta, torturando, matando, exilando, sumindo com os corpos etc. Não faltaram as torturas sexuais contra mulheres e homens, bem como outras formas bárbaras para arrancar informações, ainda encobertas pela ideologia dominante do esquecimento. A busca da verdade com o objetivo de construir um novo futuro com dignidade para todos os seres humanos passa pela crítica reveladora dessa ideologia. Nessa perspectiva, a cura das vítimas transcende as relações entre essas e seus vitimizadores. Por serem imprescritíveis os seus crimes, a justiça precisa ser realizada como meio pelo qual a sociedade possa ser libertada do passado violento e transitar para a dignidade de todos os seres humanos.

Além de uma perspicaz leitura da realidade de sofrimento, causada por guerras e golpes de Estado na América Latina, a obra que chega às suas mãos instiga os cristãos e as igrejas a uma profunda conversão de seus discursos e práticas. Assim como a verdade descobre a memória manietada pela injustiça, da mesma forma os resgates de temas teológicos da tradição judaico-cristã revelam verdades da fé encobertas por interesses que nunca dignificaram os seres humanos. Dessa forma, o texto de César Moya nos tira da zona de conforto, porque o sangue de Abel, bebido pela terra, clama em voz alta e chega até os céus, não clamando por vingança, mas por justiça.

A leitura deste instigante livro permitirá às comunidades cristãs acompanharem de olhos abertos os impactos da constituição da Comissão da Verdade pelo Estado brasileiro, bem como a atuação de grupos da sociedade civil que defendem a memória dos que sofreram violência por resistir à tirania.

*Oneide Bobsin*

*Reitor da Faculdades EST*

*Membro da Comissão Estadual da Verdade/RS*



Nasci e me criei numa área rural de pequenos agricultores de origem teuto-brasileira, no Litoral Norte do Rio Grande Sul - Itati/Vale Três Forquilhas. Minha primeira lembrança de política vem do meu avô materno, líder comunitário e político brizolista. Em 1961, quando tinha seis anos, vi o meu avô batendo num velho rádio sem funcionamento para escutar os discursos de

Leonel Brizola, governador gaúcho que defendia a legalidade. Com a renúncia de Jânio Quadros forças políticas ditatoriais não queriam deixar João Goulart, vice-presidente, assumir o lugar vago. O golpismo contra os eleitos é uma tradição da política das classes poderosas em nosso país.

Fiz o antigo primário numa escola fundada pela Comunidade evangélico-luterana. Durante o período de estudos, ela transitou da Comunidade para a esfera do Estado, com grande prejuízo para a participação. Em 1975, ainda no período ditatorial civil-militar, comecei o curso de Teologia em São Leopoldo, hoje Faculdades EST. Segui meus estudos na PUC em São Paulo a partir de 1981, onde fiz o Mestrado em Ciências da Religião e o Doutorado em Ciências Sociais/ Sociologia Política.

Desde 1996 sou professor titular de Ciências da Religião na Faculdades EST. Atuei como reitor da EST entre 2007 a 2014. Sou editor de Protestantismo em Revista. Entre 2013 a 2014 integrei a Comissão da Verdade Gaúcha, da qual veio a inspiração para produzir este E-book, que buscou resgatar a memória de pessoas que lutaram contra o regime de exceção que insiste em perdurar.

Oneide Bobsin

ISBN 978-857005030-4



9

788570

050304